

As Reformas Militares do Século XX

Português –

Da I República ao fim do Estado Novo

Rui Alexandre Dias Sena

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

SETEMBRO, 2010



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica de
Professor Catedrático Fernando Rosas

DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 15 de Setembro de 2010

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

O(A) orientador(a),

Lisboa, de Setembro de 2010

Dedico esta Dissertação

À minha família nuclear. Pai, Mãe e Irmã.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar umas breves palavras de agradecimento a determinadas pessoas que me marcaram ao longo da minha vida pelo lado positivo. Mais propriamente, desde o meu nascimento até à actualidade. Agradecer em primeira instância ao meu pai, mãe e irmã. Sem eles certamente eu não teria chegado até aqui. Agradeço o apoio que me prestaram em todos o campos da minha vida.

Agradecer igualmente ao Professor Manuel Pestana que leccionou a disciplina de Português B durante a minha estadia no Liceu Pedro Nunes, mais propriamente no ano lectivo 2001/2002. Sem a sua orientação, nunca me teria interessado pelo mundo da leitura. Se não tivesse tomado contacto com tal personalidade certamente que hoje não estaria licenciado em História e a prestar provas para obtenção do grau de Mestre.

Quero também agradecer, a todos os Professores do Secundário que de uma maneira ou outra, por vezes com pequenas conversas ou ideias que transmitiam, faziam pensar e problematizar diversas questões. A nível académico, agradecer ao Professor Mário Varela Gomes, Professora Ana Caessa, Professor Francisco Caramelo, Professora Alexandra Pelúcia, Professora Susana Munch Miranda e ao Professor Vítor Rodrigues porque todos eles, por diversas razões representam para mim, o modelo do que é ser um bom Professor.

Agradecer a alguns colegas que ao longo destes anos debateram questões comigo ao nível da História e da Política, foi graças a eles que senti o que era o “mundo académico” a esse nível. Caso contrário teria sido um passeio solitário e errante ao longo destes cinco anos. Em especial aos ainda resistentes: Gonçalo Paulino, Patrícia Matias e Vanessa Pires.

Um obrigado aos diversos amigos e conhecidos que me acompanharam ao longo deste percurso nos meus tempos livres. Nuno Pinto, Francisco Simões, David Teixeira, Afonso Rodrigues, Paulo Canongia e Miguel Duarte.

Quero deixar um saudoso agradecimento ao Professor de Português, Filipe Manuel Marcelino pela revisão do texto e pelas suas sugestões.

Por fim agradecer ao Professor Doutor Fernando Rosas pela clarividência e orientação para esta minha dissertação.

RESUMO

DISSERTAÇÃO: As Reformas Militares do Século XX Português – Da I República ao fim do Estado Novo

Rui Alexandre Dias Sena

PALAVRAS-CHAVE: reformas, militares, século XX

O objectivo da presente dissertação consistia em investigar e problematizar as diversas reformas militares efectuadas nas Forças Armadas Portuguesas ao longo do século XX. Tendo como baliza temporal: a implantação da Primeira República (1910) até à queda do regime do Estado Novo (1974). Por reformas militares entendeu-se toda a aquisição de material bélico (e o consequente salto tecnológico por ele provocado), as alterações na doutrina militar ao nível estratégico e tático, as diversas modificações orgânicas, as mudanças nas infra-estruturas militares, a criação de novas forças militares e a relação do poder militar com o poder político ao longo do século XX português.

Pretendeu-se ao longo desta dissertação problematizar as diversas consequências de cada uma das reformas militares para as Forças Armadas Portuguesas enquanto corpo, para Portugal enquanto Estado soberano e qual a relação entre o poder militar e o poder político perante cada um dos períodos temporais abordados. As reformas militares foram agrupadas em quatro balizas temporais: a Primeira República de 1910 a 1925, do 28 de Maio de 1926 até ao fim da Segunda Guerra Mundial, as reformas NATO 1949/1959 e as reformas militares para e durante a Guerra Colonial 1959/1961 a 1974

ABSTRACT

DISSERTATION: The Military Reforms of the twentieth century Portuguese - From the First Republic to the end of the Estado Novo

Rui Alexandre Dias Sena

KEYWORDS: reforms, military, twentieth century

The objective of this thesis was to investigate and discuss the various military reforms made in the Portuguese Armed Forces throughout the twentieth century, from the First Republic (1910) until the fall of the *Estado Novo* (1974). For military reforms it was understood that the acquisition of military equipment (and the consequent technological leap it provoked) resulted in changes in military doctrine at the strategic and tactical level, as well as in organization, military infrastructure, the creation of new military forces, and in the relationship of military power with political power throughout the twentieth century in Portugal. This dissertation aims to look at the various consequences of each of the military reforms for the Portuguese Armed Forces itself, for Portugal as a sovereign state, for the relationship between military power and political power in each of the time periods covered by the military reforms, grouped into four temporal boundaries: the First Republic from 1910 to 1925; the military coup of May 28, 1926 until the end of World War II; NATO reforms from 1949 to 1959; and military reforms to and during the Colonial War in 1959 / 1961-1974.

ÍNDICE

1. A dissertação	11
1.1. Objectivos e cronologia	11
1.2. O Estado da Questão	12
1.3. Metodologia e fontes	13
 2. A República e as reformas militares	
2.1. A I República Portuguesa, a sua situação internacional como trampolim para a reforma militar	14
2.2. As várias faces de uma reforma militar	16
2.3. Armada e a Primeira República	24
2.4. A Aeronáutica Militar e Naval	28
2.5. Corpo Expedicionário Português (CEP), outra reforma republicana no Exército ...	31
 3. Salazar e Santos Costa – As Reformas militares de 1926 a 1945	
3.1. Os vários períodos do regime e consequentes reformas militares: desde o 28 de Maio até às reformas de 1937	33
3.2. As reformas militares em Portugal desde a Segunda Guerra Mundial até à entrada na NATO	47
 4. As Reformas militares NATO 1949/1959	
4.1. Portugal e a Guerra Fria	54
4.2. A década militar de cinquenta portuguesa	57
4.3. O Exército	60

4.4. A Armada	62
4.5. A Força Aérea	65
 5. Reformas da Guerra Colonial 1959/1961 a 1974	
5.1. Portugal e a Guerra Colonial perante a comunidade internacional	69
5.2. A política portuguesa de defesa durante a Guerra Colonial	71
5.3. Exército durante a Guerra Colonial	79
5.4. A Armada durante a Guerra Colonial	85
5.5. A Força Aérea Portuguesa durante a Guerra Colonial	90
 6. Conclusão	95
7. Fontes e Bibliografia	105
8. Anexos	110

ABREVIATURAS

CAP - Corpo de Artilharia Pesada Independente

CC - Comandante-Chefe

CEME - Chefe do Estado-Maior do Exército

CEMGFA - Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CEP - Corpo Expedicionário Português

CIOE - Centro de Instrução de Operações Especiais

CSDN - Conselho Superior de Defesa Nacional

EME - Estado-Maior do Exército

FAP - Força Aérea Portuguesa

FNE - Força Naval de Exercícios

GE - Grupos Especiais

GEP - Grupos Especiais de Pára-Quedistas

GF - Guarda Fiscal

GNR - Guarda Nacional Republicana

OGME - Oficinas Gerais de Material de Engenharia

ONU - Organização das Nações Unidas

OPVDC - Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil

T- Tonelagem

SGDN - Secretariado-Geral da Defesa Nacional

ZA - Zona de Acção

1. A dissertação.

1.1. Objectivos e cronologia

Os principais objectivos do plano e correspondente dissertação consistiam em investigar, compreender, interpretar e problematizar as diversas reformas militares efectuadas nas Forças Armadas Portuguesas ao longo do século XX. Mais especificamente, tendo como baliza temporal a implantação da Primeira República (1910) até à queda do regime do Estado Novo (1974). É igualmente importante para além da baliza temporal, indicar o que se entende por reformas militares para esta dissertação: entende-se assim, toda a aquisição de material bélico (e o consequente salto tecnológico por ele provocado), as alterações na doutrina militar ao nível estratégico e tático, as diversas modificações orgânicas, as mudanças nas infra-estruturas militares, a criação de novas forças militares e a relação do poder militar com o poder político ao longo do século XX português.

Pretendeu-se, ao longo desta dissertação, problematizar as diversas consequências de cada uma das reformas militares para as Forças Armadas Portuguesas enquanto corpo, para Portugal enquanto Estado soberano, e qual a relação entre o poder militar e o poder político perante cada um dos períodos temporais desta dissertação. As reformas militares, quer as “principais” quer as menores, foram assim agrupadas em quatro balizas temporais: a Primeira República de 1910 a 1925, do 28 de Maio de 1926 até ao fim da Segunda Guerra Mundial, as reformas NATO 1949/1959 e as reformas militares para e durante a Guerra Colonial 1959/1961 a 1974

1.2. O Estado da Questão

Não existe um trabalho único e exclusivamente dedicado à questão das reformas militares nas Forças Armadas Portuguesas na baliza temporal que nos dispusemos a investigar. Todavia, há um número elevado de bibliografia relativamente aos conflitos em que Portugal interagiu quer directamente, quer indirectamente: a Primeira Guerra Mundial, a Guerra Civil Espanhola, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e a Guerra Colonial, sendo que durante estes conflitos, Portugal se preparou militarmente e moldou-se perante os diversos cenários possíveis que teria de enfrentar e que influenciaram constantes reformas no aparelho militar. Esse elevado número de bibliografia possui de forma sucinta duas possíveis abordagens: uma primeira apresenta o desenrolar do conflito em que Portugal esteve envolvido, qual o seu papel e desfecho do mesmo, concluindo trata-se de uma história militar factual e de pouca problematização. Serve para a dissertação no que toca a compreender toda a envolvente factual, ou seja, o desenrolar bélico em que Portugal esteve inserido directamente. A segunda abordagem, reflecte já não uma história militar factual, mas sim de problematização sobre os conflitos em que Portugal esteve envolvido. Serve acima de tudo como suporte para compreender e reflectir sobre o que se problematizou acerca desta baliza temporal que nos propusemos investigar. Ambas as abordagens foram úteis para a dissertação que pretendíamos redigir. Todavia, nenhuma delas se dedica exclusivamente às reformas militares como já foi mencionado. Pelo contrário, a maioria da bibliografia não é factual no que diz respeito às reformas militares, nem problematiza a questão das mesmas, sendo que apenas uma minoria dedicou algumas linhas à questão. Há, por essa razão, poucos estudos exclusivamente dedicados à questão das reformas militares, como a tese de Telmo Faria, *As chefias militares no Estado Novo: das vésperas do conflito espanhol aos inícios da guerra mundial, 1935-1941*. A obra de Rui Ramos, *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal séc. XIX-XX*. Igualmente significativo o contributo de António José Telo, para toda a questão do armamento e equipamentos adquiridos por Portugal; a juntar a este autor temos também alguns elementos muito valiosos na colecção: Os *Anos da Guerra Colonial* através da coordenação de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes. Sobre a questão das relações entre o poder militar e o poder político foi extraordinariamente útil a obra de António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional de 1919-1958* e, por fim, temos a obra que se apresentou como linha geral para a elaboração desta dissertação a *Nova História*

Militar, Vol. 4, tendo como coordenadores Nuno Severiano e Manuel Themudo Barata. Esta obra agrega inúmera informação sobre as reformas militares efectuadas durante a baliza temporal pretendida. Contudo, a obra carece de uma problematização aprofundada sobre cada uma das reformas militares e a sua própria estruturação não favorece essa mesma problematização, pois cada conflito foi abordado por cinco autores, originando contradições a vários níveis. Espera-se que esta dissertação possa trazer algum contributo sobre esta temática que nos propusemos investigar.

1.3 Metodologia e fontes

Para esta dissertação foi consultado: a Biblioteca Nacional de Portugal, o Arquivo Histórico Militar e o Conselho Fiscal do Exército. Incidimos para a realização desta dissertação a nossa investigação sobre as publicações periódicas das Forças Armadas Portuguesas: *Jornal do Exército*, *Nação e Defesa*, *Revista da Armada* e *Revista Militar*. Por fim, foram consultadas as publicações das *Ordens do Exército*, *Diário do Governo* e *Diário da República* dos anos de 1910 a 1974. Ambas as publicações foram fundamentais para constatar quais foram as diversas alterações legislativas relativas às reformas militares ao longo de uma baliza temporal de 64 anos.

2. A Primeira República e as reformas militares

2.1. A Primeira República Portuguesa, a sua situação internacional como trampolim para a reforma militar

No final da Monarquia Portuguesa, como refere Nuno Severiano Teixeira, a política externa de Portugal encontrava-se dividida entre dois processos: a nível colonial e a nível peninsular. No primeiro nível surgia a questão de rivalidade hostil entre a Inglaterra e a Alemanha dentro da Europa. As duas maiores potências da Europa encontravam-se numa clara disputa para a hegemonização, as colónias surgiam na geoestratégia de ambas as nações como uma possível forma de evitar um conflito europeu. A nível peninsular, esse processo estava relacionado com o fim do isolamento internacional da Espanha e de uma aproximação espanhola à Inglaterra. Portugal temia que esta reaproximação lhe retirasse importância geoestratégica política e militar no quadro peninsular e que tal facto colocasse em perigo a sua soberania e independência enquanto Estado.¹

Para além da política externa, importa compreender as razões para a República não ter sido bem recebida a nível internacional. De forma sucinta, Portugal mudou de sistema político e, no quadro político europeu, Portugal não podia constatar muitas repúblicas, tendo por isso poucos apoios. Por fim, a forma como foi conseguida a mudança política em Portugal não auferia grande prestígio ao regime republicano.

A República terá de se legitimar internacionalmente e, ao mesmo tempo, apetrechar-se a nível militar para fazer frente às vicissitudes internas e externas. Apesar de obter o reconhecimento dos diversos Estados, tal facto não implicava um bom relacionamento com estes; logo, a soberania portuguesa não estava assegurada a nível peninsular e colonial. Por estas razões, o regime republicano procurou entrar na primeira linha da cena internacional para legitimar a posição de Portugal e do regime. A Grande Guerra surgiu como sendo a melhor hipótese para Portugal recuperar o prestígio internacional. Foi pelo Partido Democrático que Portugal entrou na guerra; este sempre defendeu que era pela guerra que a defesa externa e interna de Portugal poderia ser assegurada.² Para participar na Grande Guerra, o poder político apressou as reformas

¹ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Guerra», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.14.

² Idem, *Ibidem*, p.21.

iniciadas após a implantação da República e modificou as Forças Armadas para ingressarem numa guerra moderna de tipo novo. Por essa razão, a criação do Corpo Expedicionário Português (CEP), é apenas um caso das restantes reformas militares que ocorreram neste período.

De facto, após a instauração da República, o novo regime tinha como uma das principais prioridades, a questão militar. Perante a revolução, as Forças Armadas tomaram na sua maioria uma atitude de expectativa, aguardando para qual dos regimes pendia a vitória. O novo regime político tinha noção de que, apesar de sair vencedor e de não ter contado com a hostilidade das Forças Armadas, não significava que estas não lhe fossem ou não pudessem ser futuramente hostis, e é essa mesma noção que implica a necessidade de reformar as forças militares. Portanto, as reformas militares possuem dois objectivos: o interno e o externo. O primeiro, para responder à ordem interna do país e o assegurar *status quo* do regime vigente e o segundo, para responder da melhor forma possível ao novo quadro da política internacional. Ou seja, a República procurava uma reforma militar consistente com vista à modernização das Forças Armadas, emergindo o conceito “povo em armas” e, ao mesmo tempo, criava pilares nessa reforma para assegurar o regime.³

³ Idem, *Ibidem*, p.22.

2.2. As várias faces de uma reforma militar

As reformas militares iniciadas em 1911 pretendiam alcançar vários objectivos. O primeiro passo para a reforma militar surgiu com aprovação pelo Governo Provisório da nova lei do recrutamento publicada a 2 de Março de 1911. Esta lei satisfazia a opinião republicana radicalizada.⁴ A República propunha a transição de um exército permanente ao estilo monárquico, para um exército miliciano de carácter universal. Assim, instituía-se o serviço militar obrigatório e universal. Ao nível dos oficiais existiriam dois quadros: o quadro permanente e o quadro miliciano de oficiais.⁵ A legislação previa uma instrução preparatória aos 17 anos em caso de guerra. Em caso de paz, a incorporação era aos 20 anos, sendo o tempo de permanência nas fileiras reduzido ao mínimo indispensável. A cada alistado esperava-lhe 10 anos de serviço nas tropas activas, seguidamente de outros 10 anos na reserva; o restante tempo, até completar os 45 anos, seria passado em forças territoriais.⁶ «De acordo com a lei, de 15 a 30 semanas, segundo a arma ou serviço. Uma vez desmobilizado, o cidadão frequentaria, anualmente, durante um período de sete a nove anos, uma “escola de repetição” de duas semanas, em tempo de paz.»⁷

Ao nível das “escolas” existiam dois tipos, a “escola de recrutas”, destinada à instrução para os incorporados e a “escola de repetição” que, nesta dissertação, irá mencionar-se por “escola de prontidão” e como o nome indica era nesta “escola” onde os cidadãos praticavam e reaprendiam as manobras e exercícios militares. Estas escolas estiveram activas apenas entre 1912 e 1913 e cessaram funções com o começo da Grande Guerra.⁸ Este facto é ambíguo, pois as “escolas de prontidão” deviam ter continuado a formar os cidadãos-soldados que iriam pouco tempo depois actuar na Flandres, enquanto que o quadro permanente do Exército combateu nas zonas coloniais, Angola e Moçambique. Segundo Luís Salgado de Matos, as escolas que deviam preparar os oficiais milicianos nunca chegaram a existir. Sendo que os seus efectivos

⁴ Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.124.

⁵ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Guerra», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.22.

⁶ Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.129.

⁷ Idem, *Ibidem*, p.23.

⁸ Idem, *Ibidem*, p.129.

seriam pouco mais de 500 em 1911, havendo assim uma relação de 6 oficiais de carreira para 1 miliciano, em 1915 apenas rondavam os cerca de 250 elementos.⁹ Para completar a instrução militar que não se ficava por estas “escolas”, estavam previstos ainda cursos de tiro, de aperfeiçoamento técnico e tático, escolas de tiro e instrução profissional dos quadros permanentes.¹⁰

Como geralmente acontece, apesar de existir uma lei, não significa que esta seja aplicada de forma correcta. A Lei do recrutamento proibia as remissões a dinheiro e as substituições,¹¹ mas tal proibição nunca foi efectiva no sentido em que o serviço militar nunca foi de facto obrigatório, havendo uma elevada taxa de refractários. Na prática, eram poucos os que cumpriam o serviço militar obrigatório.¹² Maria Carrilho transmite-nos um exemplo claro dessa mesma fuga e das falhas no carácter universal do recrutamento. «Em 1915, dos 70 mil mancebos a inspeccionar apenas se apresentaram 22 862, ou seja apenas 32,9%.»¹³ A Lei do Recrutamento também previa a não exclusão da obrigação militar por estudos do cidadão.¹⁴ Para não prestar serviço militar, era necessário pagar uma taxa militar. Simbolicamente esta taxa era vista como uma contribuição para o armamento e munições. Ou seja, era uma compensação pela falta do cumprimento do serviço militar obrigatório e tal prática era puramente elitista.

O projecto do exército miliciano esbarrou no quadro permanente que era necessário manter: cerca de 1772 oficiais e 9926 praças.¹⁵ O projecto de “povo em armas” foi interrompido, o cidadão-soldado igualmente parou de existir, as escolas de

⁹ Idem, *Ibidem*, p.130.

¹⁰ «A revolução de 1910 e a reorganização do Exército de 1911», *Jornal do Exército*, Agosto, 1980, pp.4 – 5.

¹¹ Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.129.

¹² Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Guerra», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.23.

¹³ Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no sec. XX: Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, p.209.

¹⁴ Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.129.

¹⁵ Número apontado por António José Telo, cit. Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Guerra», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.20.

prontidão funcionaram apenas dois anos (1912-1914).¹⁶ O quadro permanente mostrou-se sempre necessário porque Portugal tinha de agir militarmente nos seus territórios de Angola (1911 a 1914), Moçambique (1912 a 1914) e na Guiné, Índia e Timor (os três no ano de 1912). A juntar à questão colonial, temos as ameaças ao regime com as incursões monárquicas em 1911 e 1912.¹⁷ Podemos então afirmar que em Portugal, de um exército permanente durante a Monarquia, passou a co-existir um hibridismo de exército permanente e de exército miliciano, durante a Primeira República. Na teoria, devia existir apenas o exército miliciano com um pequeno quadro de oficiais permanentes mas o que se sucedeu, na prática, foi a existência dos dois processos, originando deficiências em ambos os modelos.

Outra das alterações introduzidas nesta época surgiu com o Decreto-Lei de Maio de 1911, que procedia à reorganização no que diz respeito à orgânica territorial nos campos da composição e distribuição geográfica das divisões do exército metropolitano. De seis divisões no tempo da monarquia seriam acrescentadas mais duas. Portugal passava a ter divisões em Lisboa, Viseu, Porto, Évora, Coimbra, Vila Real, Tomar e Braga. A cada uma destas estavam atribuídos quatro regimentos de três batalhões (regimentos de infantaria, cavalaria, esquadrões de reserva e grupos de metralhadoras); em caso de mobilização, teriam de reforço unidades de engenharia, de saúde e apoio logístico. Estava igualmente previsto apetrechar oito companhias de sapadores mineiros, oito secções de pontes, dez secções de telegrafistas de praça, dois regimentos de artilharia de montanha, um grupo de artilharia a cavalo, dois grupos de obuses e três baterias de montanha independente para as ilhas).¹⁸ A estes efectivos estava ainda previsto o enquadramento de oficiais milicianos formados por um período de oito semanas. Existiam ainda os dois comandos nos Açores e Madeira.¹⁹ Criou-se a Companhia de Telegrafia sem fios e melhorou-se as unidades de projectores que tinham

¹⁶ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Guerra», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.24.

¹⁷ Idem, *Ibidem*, pp.23 e 24.

¹⁸ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Guerra»; Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”»; António José Telo, «Os começos do século»; in *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp.23 e 125 e 364.

¹⁹ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Guerra», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.23.

funções para a defesa nocturna do Campo Entrincheirado de Lisboa e da barra do Tejo.²⁰

Com a República pretendeu-se separar definitivamente as funções de defesa nacional e a de ordem pública. Durante a Monarquia, existia a Guarda Municipal, mas a sua jurisdição era sobre as áreas urbanas, cabia ao Exército as funções de policiamento rural. A concretização dessa separação de funções surgiu com a criação da Guarda Nacional Republicana (GNR) com funções de policiamento específicas para o espaço rural português que substituíra a Guarda Municipal, entretanto extinta.²¹ Esta divisão vem estabelecer uma distinção clara entre a função militar e a função de polícia.²² Evidentemente que a GNR foi criada com outros propósitos nomeadamente políticos, pois seria um instrumento do regime republicano. Ao ser criado, de raiz não possuiu um passado histórico e deve a sua existência ao actual regime, originando laços de fidelidade. Para além disso, foram colocados elementos revolucionários no interior da GNR e não se admitiu praças e oficiais da extinta Guarda Municipal por temer nesses indivíduos lealdade monárquica e hostilidade perante o novo regime político. Com a República, cabia agora ao Exército uma função de defesa nacional e não de policiamento, pelo menos na teoria, pois o Exército acabaria por ser utilizado para reprimir greves. Por outro lado, o regime, através da GNR, conseguia munir-se de um corpo militarizado que estaria a seu lado para o defender. A posição do Exército ficava enfraquecida perante a GNR enquanto braço armado da República e, para além disso, existia agora mais uma instituição para armar e equipar. Apesar desta suposta divisão de funções, foram várias as vezes que o Exército interveio em áreas de domínio da GNR; mais uma vez, a teoria republicana não correspondia à prática quotidiana do país.

A República reformou também o Alto Comando das Forças Armadas, para subordinar tanto quanto possível os militares ao poder político, pois não pretendia que nenhum oficial pudesse deter poder total sobre o Exército e a Armada. Para tal, criou-se diversas estruturas de comando para dividir e lançar uma burocratização do próprio comando. Sendo por vezes impraticável essa mesma cadeia de comando e o regime

²⁰ António José Telo, «Os começos do século», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.364.

²¹ Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.119.

²² Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Guerra», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.23.

colocava no topo de cada uma dessas cadeias de comando um civil ou militar republicano.²³

Um aspecto bastante interessante da reforma militar deste período conjuga com a mudança do próprio regime político, ou seja, havia necessidade de efectuar um corte com o passado Monárquico. A tal facto, não se assiste nos restantes períodos investigados nesta dissertação, nunca nenhum regime como a Primeira República procurou apagar o passado histórico da nomenclatura e da iconografia das Forças Armadas. Pode-se apontar dois objectivos distintos para tal preocupação, o primeiro era fazer um corte com o tipo de tropa que se pretendia para as Forças Armadas, pois já não se pretendia, um guerreiro. Era necessário sim, um espírito militar, pretendia-se um militar científico e mais elaborado. Numa componente mais instruída, cabia ao exército moldar o «cidadão soldado».²⁴ Para uma noção mais clara do novo tipo de militar que se pretendia criar, são muito importantes as palavras de Abel Botelho, Oficial do Estado-Maior. Pretendia-se assim um “cidadão consciente” a vários níveis e que para tal devia ser instruído ao máximo possível. A instrução militar devia ser conseguida através das escolas, palestras, conferências e leituras no seio da caserna militar. Toda esta instrução era necessária para dotar o cidadão de valores: sentido do dever, amor à pátria e o sentido da disciplina e da hierarquia. Segundo o autor, seria a única forma de Portugal possuir, de facto, um exército e, mais importante, conseguir um «Exército nacional» que, segundo Abel Botelho, seria um exército do povo que todos os portugueses queriam integrar, não se tornando assim o Exército numa pequena elite que possuía vários privilégios e regalias perante a restante população.²⁵

Em segundo lugar, a República tinha como objectivo retirar à tropa o seu passado e simbolismo militar que tinham forte ligação ao regime monárquico, tendo sido abolidas as ordens honoríficas e as condecorações com assimilações nobilitantes. Elaborou-se um novo conjunto de uniformes para o Exército, mas a Armada, com ligações mais estreitas à República, não adquiriu novos uniformes, apenas o Exército tinha necessidade de renascer para uma nova Era. Todavia, estas medidas não

²³ Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.119.

²⁴ Idem, *Ibidem*, p.120.

²⁵ «A revolução de 1910 e a reorganização do Exército de 1911», *Jornal do Exército*, Agosto, 1980, pp.4-5.

resultaram da forma pretendida pela República, principalmente ao nível das condecorações, pois foi necessário recuar voltando-se a conceder medalhas militares.²⁶

Outro corte com a tradição monárquica deu-se com a Orgânica do Ministério de Guerra que, tendo sido também remodelado, passou a possuir duas direcções-gerais. A primeira trata de promoções a general e oficial, e assuntos de justiça. Esta direcção-geral incluía um Conselho Superior de Promoções sendo chefiada por um general. A segunda direcção-geral, também era chefiada por um general e tratava de assuntos gerais.²⁷ Segundo Luís Salgado de Matos, podemos falar de uma terceira direcção-geral, o Estado-Maior do Exército (EME) que passou a ser dirigido por um major-general. O EME mantém-se o centro do Exército, estando estruturado em duas direcções de serviços. A primeira direcção era chefiada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), na qual se tratava dos assuntos operacionais. A segunda direcção era de carácter administrativo debruçando-se sobre o estudo económico da guerra. A primeira direcção estava dividida em cinco repartições. A primeira trata de informações e relações com as outras entidades militares, posteriormente temos a segunda que trata dos estudos das questões relativas à defesa do território nacional. A terceira analisa os possíveis inimigos e as “leis” da guerra. A quarta repartição trata dos planos para as mobilizações militares e, por último, a quinta repartição trata das questões e informações sobre os exércitos estrangeiros no que toca a aspectos técnicos-militares.²⁸

Outra questão, são as Armas e Serviços que passaram a estar organizadas numa hierarquia única a partir de 1911: Engenharia, Artilharia, Cavalaria, Infantaria, Serviços de Saúde Militar, Serviço Veterinário Militar, Serviço de Administração Militar, Secretariado Militar, Quadros Auxiliares. Toda esta organização é novamente desdobrável. Ao nível da Engenharia dividia-se em pioneiros, telegrafistas, caminhos-de-ferro, torpedos e fortificações. A Infantaria estava organizada em regimentos de batalhões, três para o território de Portugal Continental e dois no caso das ilhas atlânticas.²⁹

²⁶ Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.120.

²⁷ Idem, *Ibidem*, p.127.

²⁸ Idem, *Ibidem*, p.127.

²⁹ Idem, *Ibidem*, p.127.

O Campo Entrincheirado consistia num conjunto de tropas que tinham como missão a defesa de Lisboa que ao nível da artilharia era composto por artilharia de campanha e a pé, que se subdividiam em guarnição, de costa e técnica.³⁰

No que diz respeito ao grau de prontidão para combate do Exército Português estava estruturado em três níveis. A primeira linha estaria apta a entrar num conflito, a segunda linha possuía um grau de prontidão mais teórico que prático e a terceira linha, que era na verdade a verdadeira tropa de “reserva”, não possuía nenhum grau de prontidão e a instrução seria fraca. As tropas de primeira linha estavam organizadas em oito divisões, cada divisão tem um regimento de cavalaria divisionária a três esquadrões e era comandada por um general.³¹

Ao nível industrial, Portugal manterá as suas indústrias militares exclusivamente viradas para o fardamento, arreios, munições e algum armamento ligeiro. Estando completamente dependente do exterior para o armamento pesado. A indústria militar portuguesa não tinha conseguido acompanhar as inovações tecnológicas na indústria, acima de tudo devido à falta de pessoal técnico e à falta de matéria-prima para ser trabalhada.³² A República ainda procurou acompanhar os avanços tecnológicos até ao rebentar da Grande Guerra, criou a Escola de Metralhadoras Pesadas, um parque automóvel militar, e teve a pretensão de vislumbrar algo com vista à Aeronáutica Militar.³³ Todavia, esses avanços tecnológicos eram poucos, e mais teóricos que práticos.

As reformas militares não se ficaram apenas pelo que foi dito até agora; na verdade, a República teria a noção de que para agradar e sustentar os militares era necessário dotá-los de boas condições de vida e às respectivas famílias. O Decreto-Lei de Maio de 1911, instituiu uma associação de mutualidade para oficiais e o Montepio dos Sargentos, destinados aos familiares dos associados em caso de falecimento dos militares.³⁴ Para além da Cooperativa Militar em Lisboa, foram inauguradas novas

³⁰ Idem, *Ibidem*, p.127.

³¹ Idem, *Ibidem*, p.128.

³² Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Guerra», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.22 e 24.

³³ Idem, *Ibidem*, p.23.

³⁴ Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.121.

cooperativas noutros locais de Portugal, ambas tinham em vista fornecer bens e serviços que eram subsidiados pelo Estado português para os militares e seus familiares.³⁵ No que diz respeito ao Instituto Militar dos Pupilos do Exército de Terra e Mar, este possuía duas funções, ajudar e educar os filhos dos sargentos e praças dos quadros permanentes da Armada.³⁶ O Instituto Infante D. Afonso destinava a auxiliar as viúvas de oficiais do Exército e acolher as filhas descendentes dos oficiais falecidos. Com a implantação da República em 1910, foi rebaptizado para Instituto de Torre e Espada e após a reforma de 1911, voltou a mudar de nome, ficando conhecido como Instituto Feminino de Educação e Trabalho, passando a dar instrução básica, curso de liceu e comercial.³⁷ O caso do Instituto de Torre e Espada é mais um caso do corte com o passado histórico monárquico. Mas algumas entidades nascidas durante a monarquia acabaram por sobreviver entre as quais se destaca a *Associação Philantropica Alumnos do Real Colégio Militar* que fora fundada em 1903 e só em 1924, recebeu a designação de Associação *Philantropica* dos Alunos do Colégio Militar.³⁸

Ao nível da justiça militar, que deve ser considerada no âmbito da dimensão social do Exército, a República manteve o antigo *Código de Justiça Militar* de Fontes Pereira de Melo, datado de 1875, a Armada e o Exército tinham tribunais próprios, podendo recorrer ao Supremo Tribunal Militar. Em Janeiro e Março de 1911 foram publicados respectivamente o *Regulamento Disciplinar do Exército* e o *Código de Processo Criminal Militar*, ainda no primeiro mês de 1911, foi criado o Tribunal Disciplinar do Exército que fora substituído, passados dois anos, pelo Conselho Superior de Disciplina.³⁹

Ao nível cultural a *Revista Militar* e a *Revista de Artilharia* continuaram a ser editadas; foram fundadas em 1848 e 1904 respectivamente. Apesar das suas origens

³⁵ Oliveira, *História do Exército Português*, Vol. IV., p.537 ss., cit. Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.121.

³⁶ Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.121.

³⁷ Oliveira, *História do Exército Português*, Vol. IV., p.460 ss., cit. Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.122.

³⁸ Idem, *Ibidem*, p.460.

³⁹ Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp.122-123.

monárquicas, sobreviveram devido a serem revistas demasiado técnicas, não apresentando qualquer tipo de ameaça para o regime vigente.⁴⁰

2.3. Armada e a Primeira República

Na Armada, a reforma começou com um Decreto-Lei, ainda durante a Constituinte em Agosto de 1911, tendo as colónias sido retiradas ao Ministério da Marinha. Segundo Luís Salgado de Matos, foi com este Decreto instituído um Estado-Maior Naval, que não teria grande influência, e o major-general, enquanto oficial mais antigo da Armada, conservou todos os poderes que então possuía, mantendo-se por isso quase intacta a reorganização ainda recente, mas monárquica que tinha ocorrido em 1907.⁴¹ Houve ainda alterações ao nível dos comissários navais e dos maquinistas navais que passaram a desfrutar de títulos similares aos oficiais da classe de marinha (primeiro-tenente, capitão-tenente, capitão-de-fragata, capitão-de-mar-e-guerra).⁴²

O maior vulto e defensor de uma reforma militar consistente para a Armada foi Pereira da Silva, que pretendia que Portugal pudesse ser equiparado às restantes nações ocidentais no que diz respeito ao poderio naval. Esta força tinha de ser pensada à escala portuguesa: no entanto, era previsto uma frota do mais moderno que existia na época. Todavia, para colocar o plano em prática, era necessário a aquisição de dois corpos de batalha naval, cada um com três couraçados, peças de 20 000 t, equivalentes aos maiores *dreadnought* da Inglaterra.⁴³ Segundo Oliveira Marques, ao nível da marinha mercante a situação não iria melhorar pelo contrário tendo em comparação o período da Monarquia.⁴⁴ Pereira da Silva defendia que Portugal não devia permanecer na velha concepção geoestratégica, ou seja, contar com o apoio seguro da Inglaterra. Era urgente dotar-se de uma política de defesa marítima ao nível das restantes forças ocidentais: dominar os mares para defender os seus portos. Devia-se valorizar o eixo Lisboa-Açores com uma esquadra de carácter ofensivo. A juntar ao desejo de Pereira da Silva, havia na

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p.122.

⁴¹ Idem, *Ibidem*, p.123.

⁴² Idem, *Ibidem*, p.123.

⁴³ António José Telo, «Os começos do século», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.366.

⁴⁴ A. H. De Oliveira Marques (Dir.), *História da 1ª República Portuguesa: as estruturas de base*, p.265.

cena internacional uma corrida ao armamento e melhoria tecnológica a nível naval.⁴⁵ Por isso, o seu plano não estava desajustado aos “tempos de mudança” que se viviam, a nível naval e internacional. Por essa razão, as suas propostas receberam o interesse do regime republicano, pois este pretendia modernizar a Armada, para manter e aumentar a sua fidelidade e passar uma mensagem para a opinião pública de modernização do país através das Forças Armadas, era por isso uma campanha de propaganda do próprio regime.

O governo acabaria por aprovar, através do Decreto-Lei de 26 de Julho de 1912, a execução da primeira parte da renovação da Armada; nesse plano, adquiriu-se três couraçados, três cruzadores ligeiros ou avisos, doze contratorpedeiros, seis submarinos, dois torpedeiros e navios auxiliares que iam desde rebocadores e navios-escolas.⁴⁶ Como refere António José Telo, esta aprovação é mais simbólica que prática, tendo por de trás de si diversas funções: passava uma mensagem forte perante a Inglaterra, transmitia uma lógica de defesa militar para o país, pressionava o Exército e unia mais o regime à Armada.⁴⁷ Para além disso, entrou na corrida ibérica e, ao entrar nessa corrida, adere a uma corrida europeia. Não que a possa vencer, mas o facto de nela participar demonstrava que Portugal acompanhava as inovações e a política de defesa de primeira linha ocidental e, como já foi mencionado, o próprio regime passava uma imagem inovadora a nível interno e externo. Esta manutenção de imagem seria uma necessidade constante deste regime.

O plano para a Armada não foi cumprido escrupulosamente pois, como já foi dito, era mais simbólico que vinculativo. Por essa razão, Portugal chegava ao ano de 1914 com uma Armada com quatro cruzadores, três contratorpedeiros, quatro torpedeiros, um submarino (adquirido em 1913 baptizado de *Espadarte*, vindo de Itália),⁴⁸ doze canhoneiras, duas lanchas-canhoneiras, dois transportes, quatro vapores, dois avisos e dois navios auxiliares.⁴⁹ No ano de 1917, Portugal recebeu os três

⁴⁵ António José Telo, «Os começos do século», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.366.

⁴⁶ Idem, *Ibidem*, p.366.

⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p.367.

⁴⁸ Aniceto Afonso, *Batalhas da História de Portugal - Grande Guerra Angola, Moçambique e Flandres 1914-1948*, p.65.

⁴⁹ António José Telo, «Os começos do século», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp.367- 368.

submarinos que estavam encomendados, formando-se, a partir desse ano, a esquadilha de submarinos que seriam o bastião defensivo de Lisboa.⁵⁰

No que diz respeito à política de defesa dos portos e da costa portuguesa, Portugal recebeu apoios da Inglaterra e da França. Na Inglaterra, em 1916, formaram-se alguns oficiais portugueses na guerra de minas e defesa dos portos. A colaboração naval previa, a defesa dos portos e costa por parte de Portugal e a Inglaterra defenderia as ilhas atlânticas e asseguraria as comunicações com o Império Português.⁵¹ Com a França, ficou acordado a utilização do território português para utilização de um depósito de combustível no Lazareto e o porto de Leixões seria usado pelos navios-patrolha franceses. Portugal recebeu em troca material bélico de carácter defensivo (torpedos fixos e minas) para as barras do Tejo e do Douro.⁵²

Portugal, para a vigilância da sua costa e dos portos, improvisou diversos meios de que dispunha, foram armados navios de pesca, cabotagem e gasolinas. Juntar-se-iam a estes as embarcações dos clubes náuticos. A Armada propriamente dita teria um acréscimo do seu potencial através de seis unidades apreendidas aos alemães. Outra esquadilha foi formada através de nove vapores adaptados a caça-minas.⁵³ A função da Armada, nas ilhas, passava pelas escoltas a navios de cabotagem e defesa dos principais portos.

Com o fim da Grande Guerra, o regime republicano pretendia modernizar de novo a Armada. Entre os anos de 1919 a 1921, Portugal conseguiu adquirir pequenos *sloops* britânicos⁵⁴ e recebeu quatro torpedeiros austríacos da classe *TB82F*⁵⁵. Da Alemanha, recebeu-se dois rebocadores, lanchas e barças, juntando-se às restantes unidades. Como afirma António José Telo, a Armada era uma heterogeneidade de

⁵⁰ Aniceto Afonso, *Batalhas da História de Portugal - Grande Guerra Angola, Moçambique e Flandres 1914-1948*, p.65.

⁵¹ António José Telo, «Os começos do século», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.380.

⁵² Idem, *Ibidem*, p.380.

⁵³ Idem, *Ibidem*, pp.380-381.

⁵⁴ Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.138.

⁵⁵ Alguns autores referem seis unidades, tal facto é verdadeiro mas apenas quatro unidades chegaram ao território português.

unidades, desactualizadas e incompatíveis.⁵⁶ Em 1923, para responder às necessidades financeiras, a Armada vendeu dois cruzadores.⁵⁷ António Paulo Duarte traz-nos uma visão ainda mais precisa da heterogeneidade da Armada portuguesa, indicando que em 1926 a capacidade da Armada ao nível das tonelagens totalizava, as 29 590 t, que correspondiam a 44 unidades, sendo que apenas 15 unidades eram datadas de 1914 ou anos posteriores.⁵⁸

A Armada sofreu duas mudanças estruturantes, a primeira com um Decreto-Lei de Novembro de 1921, em que os poderes do major-general são distribuídos pelo ministro e pelos oficiais. Os almirantes passaram a ter um poder disciplinar quase soberano, pois o ministro apenas podia desempatar uma votação no Conselho Geral da Armada.⁵⁹ A segunda mudança foi uma contra-resposta à primeira reforma. Sendo assim, e ao fim de três anos, já com Pereira da Silva como Ministro da Marinha, a contra-reforma consistia em juntar todos os serviços que diziam respeito apenas ao âmbito militar da Majoria, e os não militares à Intendência. Ou seja, era uma tentativa de não dispersar os vários órgãos e torná-los mais adequados à realidade da Armada.⁶⁰ Mais explicitamente, o Ministério da Marinha passou a responder hierarquicamente ao ministro, este apenas respondia perante o parlamento. A Majoria e o Conselho Geral são extintos, em contra-partida foi criado o Comando Geral da Armada constituído pelos comandantes-gerais. O Estado-Maior Naval tinha como função preparar a guerra, enquanto que a Superintendência da Armada tratava das questões logísticas; por último, a Direcção-Geral de Marinha para o âmbito civil dirigia a marinha mercante e das pescas.⁶¹ Pereira da Silva reestruturou ainda o corpo de marinheiros e do corpo de oficiais. Os marinheiros ficariam divididos em brigadas: marinheiros, artilheiros, mecânicos e guardas navais. Enquanto que os oficiais passariam a estar divididos em

⁵⁶ António José Telo, «Entre regimes (1919-1930)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.393.

⁵⁷ Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.138.

⁵⁸ António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*, p.24 - 26.

⁵⁹ Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.136.

⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p.137.

⁶¹ Idem, *Ibidem*, p.137.

classes: marinha, engenheiros construtores, saúde naval, engenheiros maquinistas, administração, músicos e auxiliares da Armada.⁶²

2.4. A Aeronáutica Militar e Naval

Durante a Primeira República, deram-se os primeiros passos para a criação da Aeronáutica Militar. Foi pela mão de Pereira de Eça que foi apresentado o projecto para a criação da Aeronáutica e a respectiva Escola de Aeronáutica Militar que ficaria instalada em Vila Nova da Rainha, ambas foram criadas através da legislação de 14 de Maio do ano de 1914, mas Aeronáutica Militar só foi uma realidade em 1915. O ministro de Guerra, Norton de Matos, abriu concurso para o curso de Aeronáutica a ser frequentado no estrangeiro, as vagas estavam destinadas a oficiais do Exército e da Armada. Foram admitidos onze elementos que posteriormente partiriam para a França, Inglaterra e EUA. Desses onze admitidos, sete eram do Exército e quatro da Armada, mostrava-se já um predomínio claramente do Exército. A Escola de Aeronáutica Militar só teria curso próprio em Outubro de 1916, tendo sido frequentado por 16 elementos.⁶³ A Escola ficaria munida de três *Maurice-Farman* (um *MF-3* e dois *MF-11*) e um *Deperdussin B*, isto numa fase inicial. Mais tarde seriam acrescentados à sua frota, dois *Caudron G-3*, cinco *Farman F.40* e um *Morane-Saulnier H* e sete biplanos para treino *Nieuport Ni.83 E-2*;⁶⁴ todos os aparelhos mencionados são oriundos da França.

Com a evolução da Aeronáutica em Portugal, foi necessário organizá-la, criando-se assim uma Direcção de Aeronáutica no Ministério de Guerra. A Escola Militar de Aeronáutica mudou de instalações e foi rebaptizada, ficando instalada em Sintra e chamar-se-ia Escola Militar de Aviação. Por fim, a evolução e crescimento da Aeronáutica Militar acarretou o aparecimento do Parque de Material Aeronáutico, ficando situado em Alverca.⁶⁵

⁶² António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*, p. 29.

⁶³ Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp.132 e .377.

⁶⁴ António José Telo, «Os começos do século», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p. 378.

⁶⁵ Luís Salgado de Matos, «República. Um “corpo com alma”»; António José Telo, «Os começos do século», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp.132 e 378.

Para o Império português, a Aeronáutica do Militar criou esquadrilhas para Angola e Moçambique. Para o primeiro destino, recebeu nove bimotores *Caudron G.4* e respectivo material necessário, carros-oficinas e hangares desmontáveis. Para Moçambique, a esquadrilha foi formada por três aparelhos *Farman F.40* e respectivos três pilotos, observadores e mecânicos.⁶⁶

No que diz respeito à Aeronáutica Naval, surgiu devido aos acordos estabelecidos com a França para a vigilância da costa portuguesa, era necessário dotar Portugal de capacidades para corresponder às expectativas que lhe eram esperadas enquanto beligerante e pela sua própria geografia. Esta foi uma realidade no início do ano de 1917, recebendo dois hidroaviões *FBA type B* que permaneceram na Escola Aeronáutica Militar, porque a Armada ainda não dispunha de instalações para a sua aviação. Em 1917, surgiu o Centro de Aviação Marítima de Lisboa que teria ao seu dispor os meios já referidos e ainda cinco *Tellier T.3* e dez *Donnet-Denhaut DD8*; todos os aparelhos eram oriundos da França.⁶⁷

Os franceses e os norte-americanos instalaram-se em Portugal, mais concretamente em Aveiro e Açores pela ordem de nacionalidades. A principal vantagem para Portugal foi que, após terminar o conflito europeu, todos os aparelhos ficaram ao serviço do Exército e da Armada. No centro de São Jacinto (Aveiro), os franceses cederam cerca de oito *Donnet-Denhaut DD8* e dois *Georges Lévy GL40*, que passaram para a Armada. Os norte-americanos em Ponta Delgada (Açores) deixaram um centro de aviação naval e um equipamento de hidroaviões *HS-1L* e *HS-2L*.⁶⁸ Em suma, Portugal recebeu cerca de 56 aparelhos de aviação, quase todos de origem francesa, sendo divididos pelo Exército e pela Armada da seguinte maneira: 30 para o Exército e 26 para a Armada.

Com o final da Grande Guerra, Portugal adquiriu mais aparelhos para a Aeronáutica Militar, através da França e a um preço simbólico, pois esta possuía grandes excedentes de material. Adquiriu-se cerca de 67 unidades (22 caças *Spad S.VII C1*, 29 *Breguet Br 14 A2*, 11 *Nieuport Ni-80/Ni-21*, quatro *Martyside F-4 Buzzard* e um

⁶⁶ António José Telo, «Os começos do século», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p. 378.

⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p. 379.

⁶⁸ Idem, *Ibidem*, p. 379.

Breguet Br-16 Bn2.)⁶⁹ Portugal conseguiu montar no Parque de Material Aeronáutico que se tornou nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, cerca de 50 *Caudron G-3* para instrução.⁷⁰ Também para a instrução serão adquiridos 24 *Avro 504K* em 1923, e 14 *Vickers Valparaíso* para força operacional, sendo que são divididos: nove de reconhecimento que vão para a esquadrilha da Amadora, um para Tancos e quatro destinam-se para treino avançado para a escola de Sintra.⁷¹

Em 1924, há de novo uma reorganização da Aeronáutica Militar, os *Breguet 14* são destituídos da Amadora e formam o Grupo Independente de Aviação de Bombardeamento que seria colocado em Alverca. Os nove aparelhos de reconhecimento atrás mencionados formaram o Grupo de Aviação de Informação também na Amadora. Os caças *Spad* e os quatro caças *F-4 Buzzard* permaneceram em Tancos. Em 1926, a Esquadrilha Mista de Depósito de Tancos foi extinta e substituída pela Esquadrilha de Caça n.º 1, com os *Spad* e *Buzzard*.⁷²

Tanto para o Exército como para a Armada, a Aeronáutica acarretou uma inovação técnica tremenda. A Grande Guerra originou que Portugal recebesse determinado material para responder às missões que a sua condição geográfica obrigava. Portanto, esse mesmo apoio surgiu pelas mãos dos aliados e devido às boas relações políticas que existiam, especificamente naquele período com a França.⁷³ A Aeronáutica surgiu durante o conflito europeu, continuaria a ser encarada como um meio complementar para a Armada e para o Exército e nunca como uma Arma única.

⁶⁹ António José Telo, «Entre regimes (1919-1930)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.395.

⁷⁰ Idem, *Ibidem*, p.395.

⁷¹ Idem, *Ibidem*, p.395.

⁷² Idem, *Ibidem*, p.396.

⁷³ António José Telo, «Os começos do século», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.377.

2.5. Corpo Expedicionário Português (CEP), outra reforma republicana no Exército

O CEP terá sido um dos impactos mais visíveis que a Grande Guerra causou nas Forças Armadas Portuguesas e principalmente no Exército. O CEP nasceu devido à necessidade de preparar um exército para participar no conflito. O “milagre de Tancos” não foi mais que a rapidez com que se preparou a tropa para um novo tipo de guerra e com um armamento moderno ao nível das restantes nações ocidentais. Portugal participaria na guerra com 100 mil homens, concretamente com 57 000 na Flandres, 31 983 em África e 12 383 para Açores e Cabo Verde.⁷⁴

O projecto miliciano foi colocado à prova com a Grande Guerra: para se atingir o número de mobilizados já referidos foi necessário mobilizar as reservas e aumentar o número de oficiais milicianos, porque o quadro permanente não respondia às necessidades então exigidas. O aumento de mobilização de oficiais milicianos em grandes quantidades para a Grande Guerra traria em pouco tempo uma situação contrária, ou seja, os oficiais milicianos ultrapassariam em número os militares profissionais, mas tal não implicava um aumento qualitativo.⁷⁵ Os militares que embarcam para a Flandres vão tomar contacto com todo um mundo novo, desde o equipamento, ao armamento, às tácticas e a um novo tipo de guerra. A partir do momento da criação do CEP, é possível falar em dois exércitos nacionais: um interno que se encontrava nas condições já referidas e um externo, o CEP, que era obrigado a possuir um conjunto de características completamente diferentes daquelas que se encontravam internamente, eram dois exércitos completamente opostos.

Para comprovar a existência de dois exércitos em Portugal, seguem-se exemplos concretos das diferenças entre ambos: o CEP combateu com a *Lee Enfield* enquanto que em Portugal se usava a *Mauser*, o mesmo aconteceu com a metralhadora pesada, *Vickers versus Maxim*. Temos também outro armamento como a metralhadora ligeira *Lewis*, granadas de mão e morteiros de trincheira que não existiam sequer no “exército interno” em Portugal e estão ligados ao novo tipo de guerra, ou seja, a uma guerra de trincheiras, onde proliferam lança-granadas, foguetes, morteiros, caçadeiras, blindagem

⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p.372.

⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p.372.

corporal, minas, arame farpado, material de engenharia, transmissões e transporte.⁷⁶ Ao nível da artilharia a diferença apenas foi notória na artilharia pesada de campanha que se formou em França com o nome Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI). O CEP recebeu igualmente todo o apoio logístico que um exército para este conflito devia conter: carros, camiões e unidades de saúde e Comando. O CEP recebeu o equipamento, armamento e todo apoio da Inglaterra, aliás estava completamente dependente desta no teatro de operações.

Com o regresso dos militares do CEP a Portugal, o regime procurou acompanhar as inovações trazidas pelo CEP para o “exército interno”. Criou-se por isso três batalhões de metralhadoras, com duas companhias, a três pelotões com quatro *Vickers*. Melhorou-se a artilharia do Campo Entrincheirado de Lisboa, criou-se a Escola de Aplicação de Artilharia de Costa, que viria a ser completada com a Escola de Artífices, e surgiu a Escola de Condutores Automóveis, com vista à formação de condutores e mecânicos, devido ao aparecimento de veículos automóveis com ligação ao comando.⁷⁷

Com o fim da Grande Guerra, o regime vai aperfeiçoar as condições da GNR, ficando estas equipadas com armas pesadas, desde artilharia a metralhadoras pesadas *Vickers*. Para além disso, o regime vai transferir militares do Exército de sua confiança para a GNR que recebe treino para a guerra urbana, para estar preparada caso houvesse uma tentativa de golpe de Estado em Lisboa.⁷⁸

Outra situação com que o regime republicano teve de lidar, após o fim do conflito mundial, foi o elevado número de oficiais milicianos no Exército, tendo sido necessário legislar para atenuar esta questão. Assim, com o Decreto-Lei nº11 294,⁷⁹ de 30 de Novembro de 1925, o regime tentou minimizar o peso do quadro oficial miliciano, mas essa minimização não implicou uma desistência do projecto miliciano, pois o Decreto-Lei procurava melhorar o sistema implementado em 1911: extinguíam-se unidades de reserva e reduzia-se o quadro de oficiais milicianos, através do alargamento do quadro permanente das restantes armas. Esta manobra só era possível

⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p.374

⁷⁷ António José Telo, «Entre regimes (1919-1930)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.389.

⁷⁸ Idem, *Ibidem*, pp.390-391.

⁷⁹ V. Anexo n.º1.

facilitando a passagem de sargento a oficial, o que obviamente não agradava ao oficialato.⁸⁰

3. Salazar e Santos Costa – As Reformas militares de 1926 a 1945

3.1. Os vários períodos do regime e consequentes reformas militares: de 1926 a 1937

O golpe de 28 de Maio de 1926 colocou em vigência uma Ditadura Militar, mas a política externa desenvolvida por esta, seria em traços gerais a mesma que a Primeira República Portuguesa desenvolveu; tal procedimento deveu-se à situação interna do país. Assim sendo, continuou-se a olhar para o projecto colonial como forma de manter a independência de Portugal e do novo regime, ao mesmo tempo manter viva a aliança inglesa como garantia da segurança externa e do império colonial.

Podemos destacar diferentes períodos do regime que originaram diferentes posturas perante as Forças Armadas Portuguesas originando por isso reformas militares. Dentro desses períodos, por vezes temos mudanças sobre qual a força “predilecta” do regime. Este assume uma postura de “atribuir e retirar” importância política e militar ora ao Exército, ora à Armada, utilizando-os como forma de equilíbrio ou desequilíbrio entre si, para que pudessem responder de forma positiva quando o regime necessitava em circunstâncias específicas de um dos ramos. Quando o regime resolveu reformar as Forças Armadas, fê-lo sempre com o intuito de as domesticar perante o poder político. Evidentemente que a política efectuada pelo regime ganharia rosto com Salazar e caberia a este, a tarefa de equilibrar ou desequilibrar a balança das Forças Armadas. Todavia Salazar terá sempre ao longo do Estado Novo um “apego necessário” ao Exército, ficando a Armada sempre destinada a um papel de equilíbrio ou desequilíbrio perante o Exército e o regime. Tal facto deve-se muito às origens do próprio 28 de Maio que foi principalmente um movimento do Exército. O Estado Novo tinha assim como “mãe” a Ditadura Militar, ou seja, o Exército. Por essa razão, este ramo terá sempre maior força e capacidade de pressionar Salazar e o próprio regime, do que alguma vez teve a Armada. António Paulo Duarte vai de encontro a este pensamento, alegando que a política de defesa do Estado Novo oscilará perante a força político-social dos militares

⁸⁰ António José Telo, «Entre regimes (1919-1930)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.391.

e a força de Salazar. Assim, a política de defesa não foi desenhada por nenhum destes poderes, utilizando a expressão de António Paulo Duarte, havia «uma espécie de compromisso» entre o poder político e o militar.⁸¹

Especificamente sobre os momentos do poder político perante o poder militar e as consequentes reformas militares, temos um período de 1926 a 1930, em que a preocupação principal foi reestruturar e modificar o sistema militar implementado pela Primeira República, procurou-se diminuir o peso do carácter miliciano nas Forças Armadas, reforçando o quadro permanente.⁸² O Decreto-lei nº 11 856 de 7 Julho de 1926⁸³, rejeitava o sistema miliciano, com o já conhecido argumento de que não era aplicável ao caso português, mas ao mesmo tempo rejeitava voltar ao passado monárquico através dos exércitos permanentes, porque também não era aplicável ao caso português, pela escalada financeira necessária para se manter os ditos exércitos.⁸⁴ Todavia não se elimina por completo o sistema anterior, mas convive-se com ele, criando um sincretismo entre a reforma republicana e a contra-reforma da Ditadura; ao reforçar o quadro permanente, o modelo miliciano ficava como uma força de reserva.

A política de defesa pensada para Portugal iria ter em conta os sistemas militares da França e da Inglaterra. Mas, para a defesa de fronteira que foi a questão principal da teorização militar portuguesa acabaria por vingar a teoria francesa. Desejava-se uma defesa no imediato da fronteira para não permitir que o exército inimigo penetrasse no território português, era uma tentativa de evitar desde o primeiro momento uma invasão.

A Ditadura procurou criar bases para uma cooperação entre o Exército e a Armada ao nível dos respectivos Estados-Maiores, mas tal cooperação tinha objectivos benéficos não para os dois ramos das Forças Armadas mas sim para o regime, pois este pretendia ficar como o único intermediário entre estas duas forças militares. Prova disso é que o Decreto-Lei de Maio de 1911 previa a existência de conselhos superiores tanto do Exército como da Armada, mas a Ditadura Militar considerava que bastava o Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) para “aconselhar” o Exército e a

⁸¹ António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*, p.21.

⁸² Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Civil de Espanha», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.42.

⁸³ V. Anexo n.º2.

⁸⁴ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.147.

Armada. Assim, através do CSDN, a Ditadura procurava comandar as decisões sobre a política de defesa. Para além disso, caso o Exército e a Armada não alcançassem um entendimento e uma base de cooperação, caberia sempre ao regime como intermediário resolver as questões entre os estes ramos, logo, o regime surgia como o “pacificador e o juiz”.

A organização do Exército também foi modificada, foram criadas as Regiões Militares que tinham como função recrutar, instruir, mobilizar e restabelecer, caso fosse necessário, a ordem pública. Houve assim, alterações e cortes com o passado republicano no que diz respeito à organização territorial. Portugal continental ficou dividido em 4 regiões militares: Porto, Coimbra, Tomar e Évora, passando a existir três governos militares em Lisboa, Madeira e Açores.⁸⁵ A 1ª Região Militar, no Porto, vai absorver algumas circunscrições que estavam implementadas desde 1911, mais concretamente as 3ª, 6ª e 8ª, passando a englobar Minho e Trás-os-Montes. A segunda Região Militar, com sede em Coimbra, absorveu como no primeiro caso circunscrições da Primeira República, sendo desta vez a 2ª e a 5ª, sensivelmente o distrito de Coimbra, Aveiro, parte de Viseu e da Guarda. A 3ª Região Militar, estabelecida em Tomar, ocupa os distritos de Leiria, Castelo Branco e Portalegre. A última fica em Évora e engloba os distritos de Beja e Faro.⁸⁶ Ao nível dos governos militares, as novidades são os Açores e a Madeira que até então eram apenas comandos militares, passando agora a governos militares. Por último, o Governo Militar de Lisboa era a região mais importante do ponto de vista militar, aquando da implantação da Ditadura Militar. O Governo Militar de Lisboa resulta de duas “entidades” distintas durante a Primeira República, o Campo Entrincheirado e o da 1ª Divisão, passando a incluir os distritos de Santarém e Setúbal. O responsável máximo pelo Governo Militar tinha a tarefa de estudar e preparar a área do governo militar para responder da melhor forma possível aos diversos cenários que poderia ter de enfrentar. Para além disso, para que o Governo Militar estivesse preparado ao nível do Campo Entrincheirado, passou a incluir dois comandos:

⁸⁵ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Civil de Espanha», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.42.

⁸⁶ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.150.

Engenharia e Artilharia, por forma a que as fortificações e a sua defesa estivessem operacionais.⁸⁷

Na infantaria foram criados os batalhões de caçadores e metralhadoras,⁸⁸ que seriam colocados preferencialmente em Lisboa e nas vias a que lhe davam acesso para proteger o Estado vigente.⁸⁹ Na artilharia são criadas novas unidades, artilharia pesada e de campanha.⁹⁰ Os regimentos de artilharia passaram a possuir baterias antiaéreas. A artilharia não sofreu mais alterações porque Portugal não possuía recursos para um melhoramento acentuado sendo as inovações escassas.⁹¹ Na cavalaria foram criadas as brigadas de cavalaria,⁹² tendo permanecido no número de duas brigadas.⁹³ Esta Arma era de importância acentuada na transição da paz para a guerra; por essa razão, tinham de estar em constante prontidão. Na Engenharia, conheceu-se um aumento de efectivos, indo contra o que estava a suceder em larga medida nas restantes armas e serviços. Foram criadas igualmente duas novas especialidades, para “gases e fumos” e “camuflagem”⁹⁴ O parque automóvel militar criado durante a Primeira República foi extinto em 1928, dez anos após a sua criação sendo substituído pelas Oficinas Gerais de Material de Engenharia (OGME).

O Serviço Médico, Farmacêutico e Veterinário também sofreram alterações. As companhias de saúde foram reduzidas para cinco, dentro da lógica de uma para cada região militar e tornaram-se centros de instrução. O Serviço Farmacêutico passou a estar inserido no Serviço Médico. O Serviço Veterinário deixou de ter as diversas

⁸⁷ Idem, *Ibidem*, p.150.

⁸⁸ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Civil de Espanha», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.42.

⁸⁹ José Medeiros Ferreira, «Os militares e o regime do Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.301.

⁹⁰ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Civil de Espanha», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.42.

⁹¹ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.149.

⁹² Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Civil de Espanha», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.42.

⁹³ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.149.

⁹⁴ Idem, *Ibidem*, pp.149-150.

especialidades agregadas em unidades próprias, passando cada indivíduo a integrar a unidade a que antigamente pertencia.⁹⁵

A GNR, que tinha sido a força criada de raiz pelos republicanos, com vista a suportar e defender esse mesmo regime, será dispersada pelo interior de Portugal continental.⁹⁶ A sua força viu-se diminuída para cerca de 6 mil homens e, a partir de 1932, qualquer compra de armamento passava a estar dependente do Estado-Maior do Exército e da direcção da arma de Artilharia.⁹⁷

A Armada não sofreu alterações significativas e dignas de ser mencionadas neste primeiro período. Este período é virado para o Exército, não recebendo a Armada qualquer tipo de reforma. Tal pode ser explicado, em primeiro lugar, porque a Ditadura Militar dependia de forma mais clara do Exército para manter o seu *status quo* e a Armada era conhecida por ser favorável ao regime republicano em 1910, não sendo por isso uma fonte de apoio. Aliás a Ditadura com a inauguração da Base Naval do Alfeite, retirou a Armada do centro de Lisboa,⁹⁸ dificultando-lhe a sua intervenção militar na esfera política. Mas, por outro lado, a Base do Alfeite favoreceu uma maior capacidade para Portugal construir navios de maiores dimensões e trouxe consigo o aparecimento de arsenais privados e com capacidade de construção, como foi o caso da Rocha do Conde de Óbidos.⁹⁹

Até finais do ano de 1929, não houve um rearmamento propriamente dito quer do Exército, quer da Armada. A partir de 1930, a Ditadura Militar tinha a questão financeira do país resolvida e só nesse momento se podia pensar num rearmamento para as Forças Armadas Portuguesas. Prova dessa consolidação financeira foi o caso da Armada que não adquiriu nenhum navio desde 1926 até 1930, com vista a equilibrar as contas do Estado. As suas despesas eram praticamente exclusivas para pagamentos do

⁹⁵ Idem, *Ibidem*, p.150.

⁹⁶ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Civil de Espanha», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.42.

⁹⁷ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.152.

⁹⁸ José Medeiros Ferreira, «Os militares e o regime do Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.301.

⁹⁹ António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.412.

peçoal o que representava cerca de 72%.¹⁰⁰ Para essa consolidação, abateu-se dois contratorpedeiros, um submarino, uma canhoneira e uma lancha-canhoneira, vendeu-se igualmente o *Douro* e o *Tejo*, ambos contratorpedeiros.¹⁰¹

A partir de 1930, entramos no segundo período específico da relação do poder político para com as Forças Armadas e foi neste mesmo período que se viraram atenções para a Armada. O acordo para rearmar a Armada teve sempre em consideração a questão orçamental. Esse acordo era o fruto, uma vez mais da interacção entre o poder político e o poder militar. O plano para rearmar a Armada era imenso, o poder político aprova-o mas não tinha como objectivo cumpri-lo no seu todo. Apesar desta interacção entre os dois poderes, cabia ao poder político a última palavra e, por essa razão, só seria concluída a primeira parte do plano para rearmar a Armada. O acordo de rearmamento agradava à Armada porque deixava de ser negligenciada a favor do Exército, trazendo-lhe algum acréscimo de capacidade operacional. Capacidade esta de que o poder político iria precisar. Por outro lado Salazar, com a aprovação do plano para a Armada, ganhava tempo sobre o Exército, podendo alegar perante este que não dispunha de meios financeiros para iniciar um rearmamento, pois tinha-se iniciado o rearmamento de outro ramo. Salazar ganhava tempo para centrar-se na transição do regime de cariz militar para o civil e para obter um maior controlo sobre o Exército. É importante fazer aqui uma ressalva para reforçar uma ideia já anteriormente mencionada. Pelo facto de o Estado Novo, ter surgido através do Exército, por este ter perpetrado o golpe de 28 de Maio, cria-se uma relação de interdependência entre o poder político e o poder militar, mais concretamente com o Exército. A passagem de uma Ditadura Militar para uma Ditadura Civil, foi uma passagem difícil de concretização no que diz respeito a que os militares retornem aos quartéis e deixem as questões políticas para os políticos civis. Por essa razão, Salazar tinha de controlar e chamar a si o Exército, e não tanto a Armada. Isto porque, e como refere António Paulo Duarte, «Salazar tem (...) consciência de que o regime emana do Exército»,¹⁰² o Estado Novo estaria sempre em dívida com o Exército, pois tinha sido este que fizera “renascer” Portugal. Salazar compreendeu a necessidade de possuir uma relação heterogénea com o Exército, por um lado não o devia hostilizar, por outro não podia reforçá-lo em demasia para não o tornar

¹⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p.406.

¹⁰¹ Idem, *Ibidem*, p.406.

¹⁰² António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*, p.65.

demasiado forte e perigoso para com o regime e, ao mesmo tempo, era necessário destacar o Exército para que o próprio regime pudesse sobreviver contra eventuais ameaças internas e externas. Por fim, a Presidência da República era outra forma de agrilhoar/agradar os militares perante o regime político, pois simbolicamente era o mais alto cargo político e era ocupado por personalidades militares, sendo a personificação da dívida simbólica que o país carregava perante as Forças Armadas. Voltando à questão da importância do rearmamento da Armada para o regime, esta mudança deveu-se a que o regime estava consolidado em Portugal continental mas era preciso evitar revoltas nos restantes pontos do império. Por essa razão, o regime necessitava da Armada através da sua mobilidade para assegurar o poder político vigente em caso de ameaça e evitar a todos os custos a fragmentação do império devido ao risco de possíveis revoltas por parte da população portuguesa.¹⁰³ A Madeira e os Açores também constituíam possíveis focos de revolta, como, aconteceu na Madeira em 1931 (uma tentativa reviralhista) e que se alastrou até a algumas ilhas dos Açores, Guiné e São Tomé e Príncipe. Ao mesmo tempo que era efectuado o rearmamento da Armada, o regime conseguia o que pretendia e transmitia um “sinal de abertura” para com a Armada, como se recebesse o “filho ingrato” de forte pendor republicano no seio do regime. Procurava-se conseguir o apoio da Armada e possivelmente neutralizar ainda sentimentos de hostilidade para com o regime vigente e ao mesmo tempo assegurar que a Armada protegesse os interesses de Portugal.¹⁰⁴

O Programa Naval estava aprovado em 1930 e foi colocado em prática de forma mais célere após o eclodir da revolta da Madeira em 1931, pois alertou o poder político para a real necessidade de modernizar e rearmar a Armada e ao mesmo tempo retirou parte da desconfiança que o próprio regime sentia sobre esta força militar, devido à atitude da Armada que actuou de prontidão perante a revolta apesar das dificuldades logísticas devido ao famoso “zero naval” que vinha desde a Primeira República. Por fim, é importante acrescentar que entre a Armada e o Exército, era a primeira que tinha um plano concreto, coerente e exequível, enquanto que o Exército encontrava-se dividido sobre qual a estratégia militar que se devia adoptar. Não existindo um plano para rearmamento, tal facto favoreceu a Armada até porque a verba que Salazar estava

¹⁰³ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.146.

¹⁰⁴ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Civil de Espanha», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.43.

disposto a dispensar era completamente exequível para a primeira fase do Programa Naval.

Portanto, o período de 1930 a 1935, pertenceu à Armada, sendo elaborado um plano para a rearmar. Em 1928, Portugal contava com quatro cruzadores, três contratorpedeiros, três submarinos, quatro torpedeiros, três lanchas-canhoneiras e onze navios auxiliares mas todos se encontravam em mau estado operacional.¹⁰⁵ O Programa Naval implicava uma reestruturação total, sendo por isso difícil fazê-la passar do papel, e existindo apenas financiamento para a primeira fase de reestruturação, fez com que, Portugal adquirisse apenas 14 navios, entres eles três submarinos, seis avisos e cinco contratorpedeiros. Para além disso, a Armada viu-se reforçada com 33 hidroaviões.¹⁰⁶ A primeira fase do Programa Naval trouxe um conjunto de navios modernos e todos estavam “interligados”, ou seja, eram coerentes e funcionavam enquanto corpo.¹⁰⁷ Em segundo lugar, a vinda destes navios acarretou novas tecnologias e consequentes problemas de adaptação. Foi necessário formação de pessoal técnico especializado para operar os novos navios e diversos militares receberam formação em Inglaterra. A juntar às novidades temos as peças de artilharia *Vickers* de 120/40, que para além do seu alcance ser maior em relação às então existentes em Portugal, estas peças já eram semiautomáticas. Ao nível do combustível trouxe complicações de adaptação pois Portugal não conseguia abastecer os novos motores (movidos a combustível líquido). A solução foi investir nos portos portugueses para a instalação de depósitos de combustível.¹⁰⁸ Toda a nova instrução, doutrina e formações consistiam um processo moroso e a Armada compreendeu isso mesmo, sendo a razão mais forte para que a Armada não manifestasse o desejo de prosseguir com a segunda fase do Programa Naval; o salto qualitativo obrigava a uma adaptação consistente para que se pudesse prosseguir com a fase seguinte do Programa.

A partir de 1935, o poder político através do CSDN define sozinho a política de defesa nacional, pois essa tarefa cabia exclusivamente ao governo. Assim este elaborava os planos, apetrechava os militares dos meios necessários e cabia apenas aos militares a

¹⁰⁵ António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.406.

¹⁰⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 410-411.

¹⁰⁷ Idem, *Ibidem*, p. 411.

¹⁰⁸ Idem, *Ibidem*, p. 411.

condução da guerra. O CSDN contaria com a presença dos maiores-generais de ambos os ramos das Forças Armadas, caso o governo os chamasse e teriam apenas funções meramente consultivas e não vinculativas. Para além disso, o CSDN era composto por cinco ministros: da Guerra, Marinha, das Finanças, dos Estrangeiros, das Colónias e por fim o próprio presidente do Conselho.¹⁰⁹

O plano de reestruturação da Armada foi interrompido em 1935 mas, ao analisar a sua tonelagem, podemos compreender a sua evolução de 1928 até 1935. De uma tonelagem que rondava os 19 000 e os 23 000 em 1928¹¹⁰, passou para 31 254 t em 1935/1936, passando a existir uma capacidade de intervenção para a protecção da navegação e vigia das costas marítimas.¹¹¹ Em parte, essa capacidade de intervenção já chegava para os interesses do regime e tinha melhorado a situação da Armada, os objectivos estavam minimamente cumpridos a nível político e militar.

O estatuto da Armada foi alterado durante este período, com vista a agradar à Armada e ao mesmo tempo obedecendo aos interesses do regime. A Armada recebeu competências totais de ministérios civis relativamente às marinhas de comércio e pesca. O cargo de Ministro da Marinha a partir deste período e até ao fim do Estado Novo passaria a ser sempre ocupado por um oficial daquele ramo.¹¹² Ao nível do Império foram extintas as marinhas privativas que foram criadas pouco tempo após a implantação da Primeira República, regressava-se ao tempo das estações navais. No ano de 1935 foi reintroduzido o cargo de major-general que tinha funções de comando em caso de guerra.¹¹³ Institui-se o Conselho Superior da Armada para equiparar a Armada ao Exército com o seu Conselho Superior do Exército, foi igualmente reestruturado o

¹⁰⁹ António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*, p. 49-59.

¹¹⁰ Os autores divergem nos números entre as 19 218 t e 22 921 t. V. Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Civil de Espanha»; António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp.43 e 406.

¹¹¹ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Civil de Espanha», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.43.

¹¹² Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.147.

¹¹³ Idem, *Ibidem*, p.147.

Estado-Maior Naval para se tornar uma espécie de epicentro operacional e foram criadas múltiplas escolas dependentes do Comando-Geral da Armada.¹¹⁴

A interrupção do plano de rearmamento da Armada deveu-se também ao perigo que poderia advir de uma guerra civil em Espanha e o regime português encarou essa possibilidade, virando as atenções para o Exército. Em caso de ameaça externa por via terrestre, seria este ramo que melhor protegeria os interesses da soberania portuguesa e a continuidade do regime. Para além disso, no ano de 1935, o Exército já tinha concluído um plano para um possível rearmamento, começando a pressionar o regime para que o investimento na defesa fosse desviado para si. Após algumas reuniões, já em meados de 1935, o regime decidiu avançar para o rearmamento do Exército.¹¹⁵ Uma vez mais, o programa, de difícil concretização, tinha a particularidade de se reger mediante três cenários de ameaças contra o território nacional: responder às incursões de exilados portugueses em território espanhol, apoiados por este último, responder a um possível cenário de guerra civil espanhola e ainda a uma invasão plena por parte do Estado espanhol.¹¹⁶

Entramos assim no terceiro período da política do regime e das reformas militares. Sintomático desse novo período é o ano de 1936 em que Salazar assume o Ministério de Guerra. Tal procedimento demarca bem a importância que Salazar dava à ameaça continental; as suas linhas gerais vão para a economia e a modernização do Exército, quer a nível continental, quer colonial. Todavia a ameaça continental não chega para explicar o interesse de Salazar na pasta da Guerra. Salazar alegou que os atrasos nas reformas militares eram por culpa dos ministros militares, da Marinha e da Guerra. Salazar pretendia alcançar a pasta da Guerra para retirar essa mesma pasta aos militares, passando uma mensagem de competência na sua própria pessoa para aquele cargo; logo, numa valorização pessoal e de supremacia sobre o poder militar. Aproveitará as divergências entre o ministro da Guerra (Passos e Sousa) e o vice-presidente do Conselho Superior do Exército (Júlio Morais Sarmiento) para convencer o Presidente Carmona a “ceder-lhe” o cargo de Ministro da Guerra com vista a proceder à

¹¹⁴ Idem, *Ibidem*, p.147.

¹¹⁵ António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.412.

¹¹⁶ Idem, *Ibidem*, p.413.

reorganização militar.¹¹⁷ Salazar, ao alcançar tal cargo, acabava com algo também importante: a tradição que esta pasta possuía, pois era sempre entregue a um oficial do Exército.¹¹⁸ Salazar, ao atingir o seu objectivo, chegará a um “acordo” com o Exército perante a questão do número de divisões permanentes que Portugal devia dispor para se defender. Vencia a teoria de uma nação armada de força mínima mas que era sustentável mediante as condições económicas e financeiras do país, não avançando a teoria de uma nação armada de proporções in comportáveis para a realidade portuguesa.¹¹⁹ Salazar não se mostrava contra o conceito de nação armada e de divisões permanentes; a sua maior preocupação, residia na sustentabilidade dessa mesma força. Salazar teria noção da dependência do regime perante o Exército e da dívida simbólica que a ditadura civil carregava devido ao 28 de Maio. Por isso, parece ter deambulado num jogo com o Exército: não o podia hostilizar directamente mas também não podia satisfazer todas pretensões do ramo, fazia-o perceber que em última instância a decisão era do poder político e civil. Mesmo que Salazar concordasse com a política de defesa proposta pelo Exército, teria sempre de transmitir a sua proposta/visão, por forma a que o Exército entendesse que seria perante Salazar e através da sua oposição ou concordância que o poder militar podia receber o que pretendia.

Salazar, para executar a política de defesa pretendida, já como ministro da Guerra, muniu-se de Santos Costa, um capitão que se tornaria subsecretário de Estado, responsável pelo armamento, ministro da Guerra em 1944 e, por fim, ministro da Defesa.¹²⁰ Surgiu assim uma reforma encabeçada por Salazar e Santos Costa, desde o sistema de recrutamento, serviço militar e organização interna até às relações das Forças Armadas com a política do regime. O serviço militar aumentara de quatro para seis anos, a recruta cifrava-se nos quatro meses, seguia-se depois um ano de serviço efectivo e, por último, o militar passava à disponibilidade até perfazer os seis anos.¹²¹ O Exército

¹¹⁷ Telmo Faria, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-1941)*, pp.86-93 e 110-115.

¹¹⁸ António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p. 414.

¹¹⁹ Para a questão das Divisões que Portugal devia dispor e os respectivos debates sobre a temática aconselha-se o estudo de António Paulo Duarte: *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*.

¹²⁰ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Civil de Espanha»; António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp.44 e 414.

¹²¹ Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no sec. XX: Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, p.309.

ficou dividido em duas forças, o exército metropolitano, onde só podiam ser incorporados portugueses da metrópole e o exército colonial onde podiam servir os portugueses e os habitantes das colónias. As forças da metrópole ficavam dependentes do ministro da Guerra e a estas juntavam-se as forças da GNR.¹²² Ora, Salazar, desde 1936, era o ministro da Guerra e só passaria a pasta deste ministério a alguém de sua confiança e gravitação política. Logo, o poder político entrava directamente na esfera de influência sobre o Exército. Ao mesmo tempo perante a nova legislação¹²³ de 1937, o corpo do Exército estava subordinado directamente ao ministro da Guerra, logo, ao poder político. Os anos de 1936 e 1937 são anos muito importantes na politização civil sobre o poder militar e só neste momento já estando Salazar como ministro da Guerra é que a reforma do Exército recebeu luz verde, pois a domesticação do Exército era uma realidade.

Para se concretizar as reformas de 1936/1937, Salazar criou no ministério da Guerra, um gabinete com funções coordenadoras que ficava sobre a responsabilidade de Santos Costa. Como já foi dito seria este homem, a chave para todo o processo de reorganização e reforma do Exército. É importante referir que tal gabinete ficou à parte do Estado-Maior do Exército, ficando este último à margem de todos os trabalhos sobre a reorganização do Exército, não seguindo a devida hierarquia militar.¹²⁴ Ainda em 1937, procurou-se reduzir o número de efectivos para assim diminuir as despesas. Prova disso, foi a redução na infantaria, onde os regimentos são reduzidos de 22 para 16 e as tropas passavam a estar divididas em tempo de paz, entre unidades de fronteira e de linha.¹²⁵ Era o começo da mentalidade de redução de tropas, neste caso por razões económicas e financeiras, mas também por se compreender que os meios, desde o equipamento e armamento, podiam ser melhor empregues se existissem menos efectivos para equipar e armar. Esta mentalidade seria implementada em todos os ramos das Forças Armadas Portuguesas aquando da adesão à NATO. Criou-se novas unidades:

¹²² Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Civil de Espanha», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.44. e António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*, p.115.

¹²³ Ministério da Guerra e Ministério do Exército, *Ordens do Exército*, 1937, p. 685 a 687.

¹²⁴ António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.417.

¹²⁵ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Civil de Espanha», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.44.

três batalhões motorizados de metralhadoras, um regimento motorizado de cavalaria com esquadrões de autometralhadoras e um batalhão de carros de combate.¹²⁶ O objectivo era acompanhar a evolução e modernização dos restantes exércitos europeus ocidentais, mas nem todas estas novas unidades resultaram em estruturas aptas e prontas para executar o que as suas designações proponham.

Os Decretos-Lei¹²⁷ n.º 28 401, 28 402, 28 403 e por fim o 28 404 de 1937, prevêem uma reorganização do Exército, ao nível dos quadros, respectivos vencimentos, promoções, passagem à reserva e pensões de reserva e reforma. Esta reorganização pretendia estabelecer o conceito de “nação armada”, ou seja, uma nação preparada para se defender, em que os quadros permanentes possuem o papel principal.¹²⁸ Através do conceito de “nação armada”, deixava de existir a distinção de exército activo, de segunda linha e de reserva.¹²⁹ No campo da semântica, procura-se englobar toda a população aquando esta estivesse em perigo ao nível externo e não interno. Era um conceito oriundo da Revolução Francesa.

É interessante constatar que, durante a Primeira República, existiu do conceito de “povo em armas” enquanto que a Ditadura implementa o conceito de “nação armada”. Ambas, na prática, resultam no mesmo, mas o conceito de “povo em armas” estaria mais ligado a um movimento revolucionário em pleno acto. A Ditadura, ao executar um golpe militar que extingue o anterior regime, retira o termo “povo” e coloca “nação”, termo este que existiria durante todo o Estado Novo. O último aspecto ainda digno de nota, é que, no primeiro caso, “armas” incute uma população, ou seja, o “povo” constantemente armado e em pleno processo revolucionário, enquanto que “armada” dirige-se mais a uma população, ou seja “nação” que não se encontra inserida num processo revolucionário mas sim constantemente alerta para se proteger contra um processo revolucionário e ameaças externas.

Voltando aos Decretos e à reorganização de 1937, passou a existir a promoção por escolha e ao mesmo tempo era “encoberto” o costume da promoção pela

¹²⁶ Idem, *Ibidem*, p.44.

¹²⁷ V. Anexos n.º 3, 4, 5 e 6.

¹²⁸ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.160.

¹²⁹ José Medeiros Ferreira, «Os militares e o regime do Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.301.

antiguidade. Ao nível dos quadros procurou-se reduzi-los em determinados sectores, principalmente nos níveis intermédios e superiores: alferes e tenentes. Para contrabalançar, o capitão era promovido de forma acelerada, este posto começava a ser a base de sustentação do Estado Novo. Ao mesmo tempo, alguns militares foram “dispensados”, o que era uma maneira de afastar possíveis nichos de oposição perante o regime no seio das Forças Armadas. Extinguiram-se diversas unidades com vista a um melhor aproveitamento daquelas que permaneciam activas. Manteve-se uma “taxa militar” para alguns cidadãos ficarem isentos do cumprimento do serviço militar e vários oficiais foram passados à reforma ou à reserva. Toda esta mudança legislativa provocou alguma agitação pois tocava em questões demasiado importantes para os militares, tal agitação fez intervir Salazar e “alertar” para que tal agitação podia ser considerada revolucionária.¹³⁰

Concretamente ao nível do rearmamento do Exército, procedeu-se à substituição de cerca de 25 mil unidades *Mausers m/907* de 6,5mm. Em 1937, Portugal concordou com a compra de 100 mil espingardas alemãs *Mauser 98K* e igualmente importante adoptou o cartucho de 7,9 mm para todo o armamento ligeiro. O contracto assinado previa a entrega de todas as espingardas no decorrer de dois anos. Em 1941, seria assinado um outro contracto para aquisição de mais 50 mil espingardas *Mauser 98K* que seriam entregues igualmente num prazo de dois anos. Portugal receberia ainda a pistola-metralhadora *Steyr*, 2800 metralhadoras ligeiras *Dreyse* e cerca de 1250 metralhadoras pesadas *Breda* de origem italiana.¹³¹ A pistola-metralhadora *Dreyse* seria empregue nas secções de atiradores de Infantaria e a metralhadora pesada *Breda* seria adoptada como arma de Batalhão.¹³² A adopção do novo cartucho de 7,9mm para todo o armamento ligeiro fomentou a indústria ligeira em Portugal. O país iria sofrer uma intervenção alemã directa sobre a indústria de defesa. De 1936 a 1938, são várias as missões alemãs que visitam Portugal para aconselhar sobre as diversas modificações necessárias e

¹³⁰ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.160. e António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp.417-418.

¹³¹ António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp.417-418.

¹³² Nuno Santa Clara Gomes, «Armamento Português» in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.63.

houve um intercâmbio de técnicos nacionais nas fábricas da Krupp e da Rheinmettal.¹³³ Ao nível da artilharia, a sua origem continua a ser inglesa, quer na artilharia antiaérea quer de costa. Ao nível dos blindados, recebeu três *Alvis Strausser* e seis tanquetes *Carden-Loyd*.¹³⁴

Em 1939, já era possível verificar os resultados da reforma de 1937, principalmente no que diz respeito aos quadros, tendo diminuído de 4000 para 2900, cerca de 700 dos ausentes pertenciam à Infantaria mas houve igualmente diminuições na Cavalaria e nos serviços técnicos e especializados.¹³⁵ A reforma tinha conseguido terminar com a crise dos quadros que estavam completamente cheios e sem espaço para manobrar os militares. As reformas de 1936/1937, criaram também diversas instituições paramilitares que possuíam uma forte componente política e de defesa civil. São os casos da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa. Esta última como menciona, as *Ordens do Exército* de 1937, estava de facto agregada ao Ministério de Guerra, em caso de conflito, ao contrário do que alguns autores referem.

3.2. As reformas militares em Portugal desde a Segunda Guerra Mundial até à entrada na NATO

Perante a Segunda Guerra Mundial, o regime tinha praticamente os mesmos objectivos na política externa portuguesa: manter um equilíbrio de forças ao nível peninsular, manter a integridade do império colonial e manter a aliança inglesa, mas não interagir directamente na guerra, mantendo-se o estatuto de neutralidade. O que o regime tinha como vantagem era que tinha se endurecido e consolidado, podendo agora actuar politicamente com uma maior margem de manobra, mas sempre condicionado pela Espanha (Pacto Ibérico) e pela Inglaterra (a velha aliança), tendo de manter um equilíbrio de forças constantes entre estas, conforme a política internacional evoluía.

¹³³ António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.418.

¹³⁴ Idem, *Ibidem*, p.419.

¹³⁵ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.160.

Neste período surgiram algumas reformas que devem ser referidas: o Exército permaneceu durante a Segunda Guerra Mundial com a reforma elaborada por Santos Costa; porém, nos inícios da década de quarenta existiram alterações na forma doutrinária e de armamento. Criou-se o Instituto de Altos Estudos Militares que passaria a formar os altos comandos e o Estado-Maior, isto ao nível doutrinário. Ao nível do armamento, as aquisições começaram nos finais da década de trinta, mais propriamente em 1938, e tiveram como origem armamento alemão e italiano. A Inglaterra não iria suportar desta vez o rearmamento português devido ao mau estar entre as duas nações perante a questão da Guerra Civil Espanhola.¹³⁶ Apenas garantia a entrega de pequenos lotes para a artilharia antiaérea. Em 1940, Portugal recebeu as peças *Bofors* e as *Vickers* de 40mm e 94mm respectivamente,¹³⁷ formando a nova rede de baterias para a defesa de Lisboa. Entre 1941 e 1942, recebeu para a artilharia de campanha vindos da Alemanha, a *FH18*, duas versões da Krupp e da Rheinmetall, ficando conhecido como o obus *K* ou *R* de 10,5 cm/28m/941, e recebeu para artilharia de campanha pesada o obus *15 cm/30m/941* e tractores de artilharia.¹³⁸ Da parte italiana receberia morteiros e artilharia de montanha, mais especificamente dos obuses *Ansaldo* de 75mm e os obuses de 105 mm italianos *La Spezia*, isto nos anos de 1940 e 1941 respectivamente.¹³⁹

Chegando ao ano de 1942/1943, entrou-se numa fase de desanuviamento entre Portugal e a Inglaterra; por essa razão esta última forneceria o restante armamento, voltando Portugal à esfera de influência militar tradicional inglesa. Recebeu a metralhadora *Breen* de 7,7 mm, canhões anticarro de 5,7 mm, lança-granadas de 5 cm, artilharia de costa para defesa de Lisboa¹⁴⁰ e obuses de artilharia de 8,8 cm m/943 e 14 cm m/943.¹⁴¹ Ainda durante a Segunda Guerra Mundial e principalmente após o acordo

¹³⁶ Segundo António José Telo, cit. Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Segunda Guerra Mundial», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.51.

¹³⁷ António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp.424-428.

¹³⁸ Idem, *Ibidem*, p.428.

¹³⁹ Idem, *Ibidem*, pp.424.

¹⁴⁰ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Segunda Guerra Mundial», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp.51-52.

¹⁴¹ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.64.

dos Açores, Portugal recebeu os carros de combate *Valentine* cerca de 36 unidades,¹⁴² e o *Centauro*, 48 unidades de autometrilhadora *Humber MK IV* e 178 unidades do carro blindado *Bren Carrier*, tendo sido possível criar o primeiro batalhão de carros experimental, ficando conhecido pelo Batalhão de Engenhos. Após ter recebido mais algumas unidades como o *Valentine*, formou-se oficialmente a primeira unidade de blindados do Exército: Batalhão de Engenhos da Amadora.¹⁴³ A partir de 1943, o Exército recebeu diversos tipos de material: camiões, tractores para artilharia e peças antiaéreas tendo sido entregues cerca de 108 e 172 *Bofors*, 200 morteiros médios e duas dezenas de peças de artilharia de campanha.¹⁴⁴ De 1943 até 1944, Portugal recebeu algum armamento ligeiro de origem alemã, metralhadoras *MG34*, espingardas *Mauser 98K*, pistolas *Luger*, cerca de 4500, e pistolas-metralhadoras *Steyr*. De origem inglesa recebeu-se metralhadoras *Bun*, pistolas-metralhadoras *Sten* e a espingarda *Lee-Enfield*.¹⁴⁵

A Aeronáutica sofrerá uma evolução qualitativa ao equipar-se com os *Hurricanes* e os *Spitfires* formando treze esquadrilhas,¹⁴⁶ isto de forma sucinta. Mais especificamente entre 1939 a 1940, Portugal adquiriu doze hidroaviões *Grummam Goose G-21* e dez *Fleet F-16D* para treino, vindos do Canadá para a Aeronáutica Naval.¹⁴⁷ Entre 1940 a 1942, munuiu-se de mais alguns aparelhos devido às aterragens de emergência que ocorriam em território nacional, como aconteceu com um *Blenheim Mk. IVL*, um *MK.5*, um *Sunderland*, alguns *Wellington* e *Hudson's*.¹⁴⁸ Em 1941, Portugal adquiriu onze *Curtiss Hawk 75 A4*, com vista a modernizar a aviação de combate. Para a aviação de treino recebeu 14 *Miles Master* entre os anos de 1941 e

¹⁴² António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.428.

¹⁴³ António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.428.

¹⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p.431.

¹⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p.433.

¹⁴⁶ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Segunda Guerra Mundial», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.53.

¹⁴⁷ António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.424.

¹⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p.429.

1942.¹⁴⁹ Após o acordo dos Açores, a Aeronáutica Militar recebeu diversos aparelhos modernos, ao contrário da Aeronáutica Naval. Desses aparelhos destaca-se cerca de 142 *Hurricanes* II nos modelos *Hurricanes IIB* e *IIC*, 34 *Spitfires I*, treze *Blenheim*, oito *Lysander* e seis *Oxford Mk.I*.¹⁵⁰ Este último foi recebido pela Aeronáutica Naval para instrução.¹⁵¹ Desde 1943, com a negociação e posterior acordo sobre os Açores até à entrada na NATO, Portugal voltou definitivamente para a esfera da tecnologia militar inglesa e começou a sofrer alguma interferência norte-americana. O armamento e influência alemã na tecnologia militar das Forças Armadas Portuguesas praticamente desapareceu.

Ao nível da indústria militar portuguesa, existiu um melhoramento na produção imediatamente após o começo da Guerra Civil Espanhola, mais propriamente nas fábricas de Trafaria e de Chelas. Desenvolveu-se a produção de munições e recalibramento de algum armamento para 7,9 mm.¹⁵² O hibridismo do armamento ligeiro português fez com que passasse a existir dois tipos de munições em Portugal no final da Segunda Guerra Mundial, 7,9mm e 7,7mm respectivamente alemã e inglesa. Para além disso, após o acordo dos Açores, o apoio técnico inglês permitiu a industrialização de pequenas unidades que estavam ligadas ao Ministério de Guerra. Foi o que se sucedeu às Oficinas Gerais de Material de Engenharia que passaram a fabricar peças sobressalentes, material destinado à engenharia e carroçaria para os veículos militares.¹⁵³

Voltando à Armada que tinha visto o seu programa naval interrompido em 1935, continuaria sem receber grandes inovações durante a Segunda Guerra Mundial, pois o perigo maior para a soberania de Portugal e do regime continuava a discutir-se a nível terrestre, logo, as inovações eram direccionadas para o Exército. A Armada continuou por estas razões no seu “movimento interno”, através da reorganização e formação para um melhor aproveitamento dos novos equipamentos que recebera até 1935. Prova disso,

¹⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p.429.

¹⁵⁰ Idem, *Ibidem*, pp.433-434.

¹⁵¹ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.64.

¹⁵² Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Segunda Guerra Mundial», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.52.

¹⁵³ António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.434.

foi a criação em 1939 da Força Naval de Exercícios (FNE), para garantir uma rotina de exercícios navais para uma melhor prontidão e grau de coordenação entre os diversos meios navais a nível estratégico-tático. António Paulo Duarte indica-nos a composição dessa mesma força: «o aviso de 1ª classe *Afonso de Albuquerque*, os avisos de 2ª classe *Gonçalo Velho* e *Pedro Nunes*, os contratorpedeiros *Douro*, *Tejo*, *Tâmega*, *Vouga* e *Dão* e, finalmente, os submarinos *Delfim*, *Espadarte* e *Golfinho*.»¹⁵⁴ Tal força constituía tudo o que havia de melhor na Armada portuguesa. O FNE iria transformar-se na força naval metropolitana, onde seria composta pelos restantes navios que a Armada detinha.¹⁵⁵ Novos equipamentos só surgiram em 1943, devido à utilização da Base das Lajes por parte dos ingleses, tendo a Armada recebido cerca de seis navios-patrolha, aviões de ataque antinavio e aviões patrulha e inicia-se uma modernização dos contratorpedeiros já adquiridos.¹⁵⁶ Recebeu igualmente material para modernizar outros aparelhos e unidades já existentes, cargas de profundidade, material para barragens fixas e móveis, minas, redes de minas e antitorpedo e material para comunicações.¹⁵⁷ A artilharia antiaérea viu-se reforçada com cerca de 200 peças ligeiras *Oerlinkon* de 20mm e algumas peças de 125 e 150mm foram especialmente usados para equipar os navios mercantes de Portugal.¹⁵⁸ Até 1948, receberá ainda três submarinos, seis lanchas, seis patrulhas e duas fragatas.¹⁵⁹

No final da Segunda Guerra Mundial, as Forças Armadas Portuguesas contavam com um rearmamento que permitia equipar três divisões de infantaria e um batalhão de carros e, de forma incompleta, outras duas divisões.¹⁶⁰ Para além disso, foi um período favorável para o poder político “adormecer” os militares e consolidar ainda mais o regime perante estes. Foi durante o conflito mundial que Salazar executou remodelações

¹⁵⁴ António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*, p.183-184.

¹⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p.183-184.

¹⁵⁶ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Segunda Guerra Mundial», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.53.

¹⁵⁷ António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.434. e António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*, p.215.

¹⁵⁸ António José Telo, «A neutralidade armada (1930 - 1945)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.434.

¹⁵⁹ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Segunda Guerra Mundial», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.53.

¹⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p.52.

ministeriais. Em 1944, entregou a pasta da Guerra a Santos Costa, a do Ministério do Interior a Júlio Botelho Moniz¹⁶¹ e o Ministério das Colónias a Marcello Caetano. Os ventos de mudança que o fim da Segunda Guerra Mundial poderiam trazer através da vitória das democracias preocupavam Salazar. Por essa razão, se deu a remodelação ministerial e era necessário também assegurar os comandos militares para evitar uma tentativa de golpe de Estado. Salazar lançaria ainda outra medida para evitar o golpe de Estado, através de um aumento de 15% para os oficiais.¹⁶² O período de 1945 a 1949, seria um período em que as oposições ao regime estariam em grande actividade, por essa razão se criou nova legislação para que o poder político se sobreponha ainda mais sobre o poder militar. Como refere António Paulo Duarte, através da Lei n.º 2024, de 31 de Maio de 1947¹⁶³, o CSDN deixaria de possuir funções deliberativas, ficando-se apenas com funções consultivas e passaria a contar com os maiores-generais do Exército e da Armada. Os comandos superiores passavam a responsáveis totais pelos aspectos operacionais da guerra.¹⁶⁴ Por um lado, o poder político parecia transmitir “mais poder” aos militares, mas não, pois o CSDN ficava vazio de competências; por essa razão, os maiores-generais passaram a integrar o respectivo Conselho. António Paulo Duarte constatou que, o poder político passava a ser «um actor estratégico (...) da política de defesa nacional.»¹⁶⁵

A consolidação do poder político sobre o poder militar começou, como já vimos, com a Guerra Civil Espanhola e culminará na Segunda Guerra Mundial. A ameaça terrestre, fosse espanhola republicana, anexista franquista ou a alemã nazi, serviu ao regime para “entreter” os militares portugueses com o estatuto de neutralidade e com o espectro da ameaça de uma invasão. Prova disso, é que Portugal não chegou a participar directamente em nenhum dos conflitos a nível militar. As missões do Exército para prevenir a ameaça terrestre foram de mobilização e manobras.¹⁶⁶ A Armada recebeu

¹⁶¹ Fernando Rosas, «Estado Novo (1926-1974)», in *História de Portugal*, coord. José Mattoso, s.p. 7º Vol., p.375-376.

¹⁶² António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*, pp.225-226.

¹⁶³ V. Anexo n.º7.

¹⁶⁴ António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*, p.235.

¹⁶⁵ Idem, *Ibidem*, p.235.

¹⁶⁶ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Segunda Guerra Mundial», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.54.

novas missões, para além das habituais (transporte de tropas e manutenção da presença simbólica no Império), tinha de efectuar a defesa dos portos, controlo da navegação ao nível de Portugal continental e escolta de navios.¹⁶⁷ Por outro lado, a Armada acabaria por ver-se secundarizada na política de defesa nacional, apesar de ser qualitativamente superior ao Exército mas era inferior numericamente e porque a sobrevivência do regime dependia do Exército. A Armada procedeu à missão que lhe cabia durante a Segunda Guerra Mundial, mas a sua frota não se mostrava vocacionada para o tipo de conflito que se desenvolveu nos mares e que marcariam as estratégias vindouras. Como explica António Paulo Duarte, a Armada possuía uma pequena esquadra de superfície enquadrada para um confronto convencional de superfície. Não estava pronta para uma guerra assimétrica entre submarinos e navios de escolta, para além disso, era necessário toda uma coordenação para dominar o mar aos restantes níveis (terra e ar). Em finais de 1943, a Armada já pensava em responder de forma mais favorável ao novo tipo de guerra no mar. A estratégia de possuir uma força apenas de superfície foi abandonada e abraçou-se uma estratégia para disputar uma guerra pelas comunicações, anti-submarina e antiaérea.¹⁶⁸ A Armada começava a pensar numa estratégia que envolvia diversos meios, numa componente aeronaval. Esta estratégia demonstrava o pensamento NATO, sendo umas das razões para que a aliança internacional olhasse para a Armada de maneira diferente daquela que ia olhar para o Exército português.

De facto, Portugal não participou militarmente em nenhum dos conflitos, mas o perigo de tais conflitos poderem interagir com a fronteira portuguesa, colocando em risco a sua soberania e ao mesmo tempo a sobrevivência do regime, fez com que o poder político promovesse mudanças no seio das Forças Armadas. Essa preocupação influenciou os planos militares e a política de rearmamento de Portugal até à entrada na NATO. Enquanto isso, o poder político conseguiu apoderar-se ainda mais do poder militar. Medeiros Ferreira constata essa mesma realidade histórica: «Nada mais favorável para as relações entre o poder político e a instituição militar do que um estado de crises em que não há guerra, mas exista a ameaça verosímil dela. Daí que entre a guerra civil espanhola e o fim da Segunda Guerra Mundial se situe um período de efectiva subordinação das Forças Armadas perante o governo de Salazar. As

¹⁶⁷ Segundo António José Telo, cit. Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Segunda Guerra Mundial», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.54.

¹⁶⁸ António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*, pp. 220- 221.

características de neutralidade durante o conflito mundial cimentaram a cumplicidade existente entre o Estado Novo e as Forças Armadas». ¹⁶⁹

4. As Reformas militares NATO 1949/1959

4.1. Portugal e a Guerra Fria

Apesar de não ser do âmbito desta dissertação analisar a relação entre Portugal e a Guerra Fria propriamente dita, não lhe podemos ficar indiferentes nem negligentes, pois Portugal envolveu-se na Guerra Fria mais directamente ao incorporar-se na aliança NATO e recebeu, através desta, diversas inovações militares que colocaram Portugal no seio das nações militarmente mais evoluídas para a época. Importa, por essa razão, compreender que Portugal encontrava-se distante da política internacional de primeira linha, o que provocava consequências simbólicas, como aconteceu quando Portugal não foi convidado a estar presente com os seus delegados na Conferência de São Francisco que fez nascer uma organização que procurava implementar uma “nova ordem” e prevenir futuros conflitos internacionais: nascia assim a Organização das Nações Unidas (ONU). A juntar a esta questão, temos a postura de Salazar que não “embarcava” na nova ordem internacional que então se começava a formar: mundo bipolar, duas superpotências, o fim do Império inglês, velho aliado e sustentador do Império português. Salazar compreendeu que a ONU seria um obstáculo para o mundo colonizador ocidental e, por consequência, para o regime. O Estado Novo tinha isolado Portugal da política internacional, sendo agora mais difícil para o regime demonstrar ao mundo a legitimidade para manter o império português em África. A política tipicamente europeia estava ultrapassada e Salazar esbarraria nesse fenómeno. Acabaria por aceitar o que para ele era inaceitável ao assinar o acordo com os EUA, relativamente à cooperação militar entre ambos os países e à permanência da base militar norte-americana nos Açores. O interesse deste acordo pelos EUA passa pela geografia portuguesa tendo como epicentro os Açores, um dos pontos-chave para se projectarem militarmente, enquanto território não norte-americano. Era por isso uma zona vital para os EUA e para a NATO. ¹⁷⁰ Da parte portuguesa, o interesse pela adesão à NATO foi já

¹⁶⁹ José Medeiros Ferreira, «Os militares e o regime do Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.302.

¹⁷⁰ António José Telo, «Os anos da NATO (1946 - 1959)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.436.

muito teorizado pela historiografia portuguesa, havendo várias explicações possíveis. Salazar encontrava-se numa inevitabilidade pois compreendia a contra-gosto que o isolamento não era mais uma opção ou possibilidade. O regime via o comunismo como algo a ser combatido e a NATO servia-lhe tais propósitos, existia igualmente o prestígio internacional de ser membro fundador de uma aliança. Portugal voltaria à primeira linha da política internacional. Medeiros Ferreira também embarca na explicação da política externa como justificação para adesão de Portugal à NATO, mas analisa-a a um nível mais micro, ou seja, a questão centra-se na Península Ibérica. Se Portugal entrasse na NATO e a Espanha ficasse excluída, tal facto traria uma valorização geográfica a Portugal e à política do regime.¹⁷¹ Ficaria Portugal como “cabeça geográfica” na Península e o primeiro a ser chamado sobre questões internacionais a nível peninsular. Por consequência, a Espanha ficava numa postura mais afastada no quadro político internacional. Sobre este último ponto é curiosa a alegação de Nuno Severiano Teixeira, mencionando que Salazar levantou quatro reservas para adesão à NATO, nomeadamente a carta da ONU que Portugal não tinha assinado, o modelo democrático parlamentar que se propagava e com que Salazar não concordava. Em segundo lugar, Salazar receava que a NATO resultasse a longo prazo na supressão da independência nacional, ou seja, que a aliança passasse a gozar de um estatuto demasiado supranacional e temia que Portugal perdesse o controlo sobre os Açores. Em terceiro lugar, Salazar colocava a questão da não adesão da Espanha à NATO, procurando que esta fosse integrada, mencionando a importância estratégica de toda a Península e, por fim, Salazar considerava que o período de vida da NATO era demasiado longo (cerca de vinte anos).¹⁷² Portanto, toda a lógica de que Salazar via uma oportunidade de isolar a Espanha perante a NATO e assim Portugal sobressair no quadro Peninsular é desmentida pelo próprio, mediante as reservas levantadas para não aderir à NATO. Por isso, a explicação que poderá ser equacionada é que Salazar procurava lançar Portugal para a cena internacional mas pretendia que a Espanha aderisse também à aliança. O regime beneficiaria com esta possibilidade, pois estaria acompanhado de outro país com um regime semelhante, as fronteiras ficariam mais seguras porque ambos os países ibéricos teriam um inimigo comum e por fim, mantinha-se o Pacto Ibérico que envolvia

¹⁷¹ José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe: notas de política internacional e política de defesa*, p.59.

¹⁷² Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Guerra Fria», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp.59-60.

Portugal, Espanha e a Inglaterra. Por isso Salazar jogou nos vários lados da política internacional para que o regime beneficiasse com tal situação. Ao jogar nos vários lados, Salazar tentou trazer Portugal para a NATO, juntamente com a Espanha e manter o Pacto Ibérico a nível simbólico. A juntar a isto, temos uma Inglaterra que já não se apresentava como uma superpotência, seguindo uma política de acompanhamento para com os EUA. A pressão sobre Portugal era também exercida por parte dos EUA e da Inglaterra para aderirem à NATO. Sendo assim, o regime era pressionado para aderir e não aderir à NATO. Salazar aparenta ter noção de que o regime perderia mais, ficando isolado com a Espanha do que com a NATO. Se ficasse isolado e “aliado” à Espanha podia transmitir uma ideia de vassalagem de Portugal para com o seu vizinho Ibérico. Para além disso, a política militar tinha-se alterado, já não existia o medo da invasão espanhola. O regime tinha uma nova preocupação, a de resistir ao comunismo e à Rússia. Salazar, ao colocar reservas para adesão à NATO joga também com os EUA e com a Inglaterra, colocava a questão como sendo a NATO que precisava de Portugal e não o contrário. Salazar, ao demonstrar interesse em trazer a Espanha para a NATO, lança para o regime franquista uma mensagem de “amizade e apoio”. Perante a recusa da aliança em aceitar a Espanha, Salazar sente que cumpriu o seu dever, pois tinha tentado que a adesão espanhola fosse aceite, não tinha por isso hostilizado o país vizinho, a responsabilidade era dos restantes membros da aliança e não de Portugal. Ao mesmo tempo, essa recusa traz de facto uma revalorização do espaço português no quadro peninsular e na política internacional. Por fim, mas não menos importante, através da adesão, as Forças Armadas ficariam embutidas com as novas tecnológicas, equipamento e armamento, afastando-se das questões políticas do país.

Sendo assim, Portugal aderiu à NATO no dia 4 de Abril de 1949 e embarcou na considerável vaga de inovações de que as Forças Armadas seriam alvo, provocando diversas reformas militares a quase todos os níveis. Para Salazar, estas reformas terão duplo benefício, enquanto o grupo castrense estava absorvido nas reformas militares internas, não reflectia sobre a política interna e sobre o regime, dando a Salazar um balão de oxigénio durante cerca de dez anos. No que diz respeito às relações militares com a Espanha após a entrada de Portugal na NATO, os Estados-Maiores de ambos os países mantiveram uma periodicidade de reuniões até 1961.¹⁷³

¹⁷³ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.163.

4.2. A década militar de cinquenta portuguesa

Temos sensivelmente uma década de acordos bilaterais de âmbito militar entre Portugal e os EUA. Em 1948, um acordo sobre as bases das Lajes e em 1949 um “Acordo de Assistência Mutua”.¹⁷⁴ Em 1951, reforçava-se um acordo de auxílio mútuo e em Setembro do mesmo ano, um acordo que estendia a baliza temporal da permanência dos EUA nas Lajes até 1956. Em 1957, renovou-se o acordo para se estender até 1962. A entrada de Portugal na NATO trouxe diversas implicações. Os chefes militares portugueses passaram a confraternizar com os seus pares nas reuniões periódicas da NATO.¹⁷⁵ Tomavam conhecimento com o “novo mundo” para lá da fronteira. Alterou-se, com a adesão à NATO o conceito estratégico do território nacional, sendo Portugal integrado num contexto mais complexo, num quadro estratégico ocidental, o que levou a algumas visões nacionais diferentes perante esse novo conceito estratégico, originando de início um “duelo” entre o general Santos Costa e o general Raul Esteves.¹⁷⁶ A política de defesa nacional de Santos Costa indicava uma maior atenção ao nível terrestre, logo um papel principal ao Exército, sendo obrigação de Portugal preparar-se para realizar uma defesa na zona dos Pirenéus, enquanto que Raul Esteves apontava para uma defesa militar mais virada para a Armada e para a Força Aérea, num âmbito geográfico dos Açores, seria esta a visão apoiada pelos EUA/NATO.

Outras alterações surgiram imediatamente, com a adesão à NATO dentro da orgânica das Forças Armadas, com vista a estarem homogéneas com as restantes forças NATO e para um melhor cumprimento dos objectivos a que Portugal estava sujeito na aliança. Em 1950, criou-se o cargo de ministro da Defesa Nacional; todavia, este encontrava-se agregado à Presidência do Conselho, tinha funções de orientação estratégica da política de defesa, coordenar os diferentes ramos das Forças Armadas e preparar a mobilização e defesa civil.¹⁷⁷ Juntamente com o Ministro da Defesa, surgiu o

¹⁷⁴ “*Mutual Defense Assistance Act*”.

¹⁷⁵ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.164.

¹⁷⁶ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Guerra Fria», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.61.

¹⁷⁷ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.18. e António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*, Lisboa, p. 237.

Secretariado-geral da Defesa Nacional (SGDN), através do Decreto-Lei 37 909 de 1950¹⁷⁸: era um órgão «de estado e de trabalho» do ministro da Defesa. Segundo António Paulo Duarte, o SGDN seria o órgão de supremo comando militar garantindo assim a supremacia do ministro da Defesa Nacional.¹⁷⁹ Na direcção deste, surgiu o cargo de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) que tinha como funções: aconselhar, enquanto conselheiro técnico do ministro da Defesa Nacional e inspector superior das Forças Armadas.¹⁸⁰ O Ministério de Guerra foi extinto para se formar o Ministério do Exército e manteve-se o Ministério da Marinha. Em 1952, nasceu a Força Aérea que viria a englobar a Aeronáutica do Exército e da Armada e foi criado o Subsecretariado de Estado da Aeronáutica.¹⁸¹ Em 1952, criou-se a Direcção-Geral dos Serviços do Ultramar no Ministério do Exército.¹⁸²

Igualmente importante, foi o facto de ser através dos EUA que Portugal, para além de receber equipamento, financeiramente acessível, recebeu toda a instrução para um bom desempenho logístico e operacional na guerra.¹⁸³ Alguns desses ensinamentos farão com que Portugal consiga desempenhar uma guerra colonial em três teatros de operações.

Os objectivos principais que Portugal tinha para cumprir, no que diz respeito ao Exército, eram a criação de uma divisão independente capaz de cumprir as missões “tipo NATO” no continente europeu. A Armada e a Força Aérea estavam mais focalizadas para missões luta anti-submarina e missões de patrulhamento e vigilância. A sua área geográfica devia cingir-se ao Atlântico Norte.¹⁸⁴ Para que a NATO assegurasse

¹⁷⁸ V. Anexo n.º8.

¹⁷⁹ António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*, p. 237. Ver também Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.18.

¹⁸⁰ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Guerra Fria», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp.61-62 e António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*, Lisboa, p. 237.

¹⁸¹ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Guerra Fria», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.62.

¹⁸² Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.19

¹⁸³ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.164.

¹⁸⁴ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Guerra Fria», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.62.

que Portugal cumpria os objectivos propostos, foi criada uma missão a título permanente em Lisboa: a *Military Assistance Advisory Group* que pretendia compreender as deficiências do aparelho militar português e criar soluções para as ultrapassar.

Seguindo o conceito estratégico de Santos Costa, Portugal ainda ambicionava formar dez divisões terrestres, mas esse projecto vai sendo desvanecido com as mentalidades NATO que ocupam as mentes dos militares portugueses com outro tipo de conceito estratégico. O mais importante não era possuir um exército terrestre numeroso, sendo mais benéfico, usufruir de um exército pequeno mas qualificado, bem armado e treinado. Para Portugal responder a este desafio era preciso romper com a maior parte das mentalidades vigentes até então e era igualmente necessário toda uma aquisição de conhecimentos, renovação da orgânica, doutrina e equipamentos militares. No início da década de cinquenta o conceito de Santos Costa tinha vencido o conceito de Raul Esteves e esse projecto ainda possuía alguma credibilidade de concretização, pelos comandos militares portugueses. Só com o prolongar do projecto NATO nas Forças Armadas Portuguesas é que iria provocar um descrédito no projecto de Santos Costa que tinha origens ainda na reforma de 1937. Esse descrédito seria o ponto de partida para uma degradação das relações entre Santos Costa (ministro da Defesa) e o Exército. Santos Costa encontraria outro “rival” em Júlio Botelho Moniz que ocupava o cargo de CEMGFA. Este estava distanciado do projecto de Santos Costa e começava a pensar nos desafios que viriam de África para Portugal, onde se teria que tomar medidas políticas para uma solução que não podia ser militar. No final, a Abrilada planeada por Botelho Moniz, não resultaria numa solução política nem militar, serviria até de trampolim para o regime fazer alterações que trariam consistência política e militar para se fazer uma guerra durante treze anos. Todavia, este assunto será tratado com maior detalhe no último capítulo desta dissertação.

4.3. O Exército

Com a entrada de Portugal na NATO e a partir de 1950, pode-se afirmar que o Exército português “nasceu” para as novas tecnologias militares e para uma nova maneira de fazer a guerra, estando no final da década, em alguns aspectos, no mesmo patamar que os países da Europa Ocidental que integravam a aliança. Antes da adesão, o Exército não era mecanizado e não executava exercícios militares de acordo com as “normas internacionais”. A pretensão da criação das dez divisões terrestres seguiu lado a lado com a pretensão NATO, ou seja, o Exército português tinha de criar uma divisão independente e moderna. Entre 1954/1955, são criadas as primeiras unidades com vista à concretização do objectivo NATO. Criou-se o Grupo Divisionário de Carros de Combate e a Companhia Divisionária de Manutenção Material.¹⁸⁵ Era uma inovação considerável, até então Portugal não tinha exército realmente motorizado.¹⁸⁶ Já antes de 1955, mais precisamente em 1952, o Exército inaugurou o Campo Militar de Santa Margarida, local para albergar e treinar a divisão independente. Ao fim de dois anos, a divisão independente estava constituída com cerca de 18 mil homens, tendo o seu quartel-general em Santa Margarida. A divisão foi baptizada com o nome de Divisão Nun’Álvares. Mas esta Divisão teve outras designações: 1ª Divisão do Corpo Expedicionário Português, 2ª Divisão e 3ª Divisão. Estas variações dependiam da região originária e maioritária dos seus recrutas. Há ainda uma outra designação, a “Grande Unidade” que constituía a participação portuguesa na NATO.¹⁸⁷

A rápida modernização do Exército português acarretou novas tecnologias que eram desconhecidas pelos militares portugueses; daí, o esforço ao nível da formação de oficiais e sargentos. Em 1955, houve toda uma reorganização da Escola Central de Sargentos com vista à preparação de militares especializados às novas realidades do Exército português: manutenção, conservação e preparação do material, ou seja, uma vertente militar verdadeiramente técnica. Para além disso, a Escola do Exército tornou-se na actual Academia Militar e o Instituto de Altos Estudos Militares assistiu a uma

¹⁸⁵ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Guerra Fria», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.62.

¹⁸⁶ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.169.

¹⁸⁷ José M. Diniz, «Portugal na OTAN – Elemento essencial na defesa do Ocidente», *Jornal do Exército*, Fevereiro, 1982, pp.14 – 15.

mudança de doutrina militar, até então filiada na francesa, para adoptar a doutrina norte-americana.¹⁸⁸

A organização territorial do Exército foi alterada com vista a responder de forma mais favorável às novas funções e à doutrina NATO. Esta organização não era efectuada desde 1937, estamos a falar de uma organização territorial com cerca de duas décadas. Sendo assim, em 1959, são cinco regiões militares e sete comandos territoriais independentes: o Governo Militar de Lisboa e as 1ª e 2ª Regiões Militares, no continente, com sede no Porto e em Évora; dois comandos territoriais independentes, nos Açores e Madeira, 3ª e 4ª Regiões Militares nos territórios coloniais.¹⁸⁹

Ao nível do armamento, durante os anos de 1950 e 1951, o Exército tinha como fornecedor principal a Inglaterra. Esse material bélico consistia em equipamento oriundo da desmobilização do pós-Segunda Guerra Mundial. A partir de 1952, o Exército recebeu equipamento e armamento norte-americano em larga escala, sendo direccionado para a divisão independente que se encontrava em Santa Margarida. O Regimento de Cavalaria recebeu a primeira remessa de 55 carros de combate M-47 *Patton*, três variantes do *M4 Sherman*, respectivamente *M4A1* de 75mm, *M4A3* de 105 mm e o *M4A3E8* 76mm. Ao nível de carros ligeiros, Portugal recebeu os *M-24 Chafee* vindos dos EUA, do Canadá recebeu cerca de 80 exemplares *M5A1 Stuart* e, ao nível dos modelos *M-4* e *M-5*, o exército obteve cerca de 100 modelos. Resumindo, o Regimento de Cavalaria obteve cerca de 250 a 300 carros de combate.¹⁹⁰ Quanto ao armamento individual, o Exército recebeu lança-chamas, canhões sem recuo de 57mm, 75 mm e 106 mm, metralhadoras quádruplas em reparos AA de 12,7 mm, metralhadoras pesadas 12,7 mm m/955 *Browning M2*, e a metralhadora 7,62mm m/952 *Browning M1919 A4*, morteiros pesados, semilagartas de transporte de tropas *M3A1*, carros de reconhecimento e carros de comando M-3, M-8 e M-20.¹⁹¹

¹⁸⁸ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp.171-172.

¹⁸⁹ José Vicente Pessoa Gomes Cardoso, «Crónica militar sobre a Organização territorial do Exército», *Revista Militar*, n.º 1, 1961, pp.67 – 69.

¹⁹⁰ António José Telo, «Os anos da NATO (1946 - 1959)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.447.

¹⁹¹ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.66. e António José Telo, «Os anos da NATO (1946 - 1959)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.447.

Algumas infra-estruturas foram renovadas com adesão à NATO, tendo sido construídos novos quartéis, no Porto, Viseu, Caldas da Rainha, Abrantes, Beja e Braga. O Exército viu ainda estabelecido o Comando de Artilharia Antiaérea.¹⁹² Percebe-se que existiu uma forte tendência de apetrechar ao nível das infra-estruturas militares o norte e zona centro interior do país, talvez pela importância que Lisboa representava enquanto teatro de operações militares em caso de golpe de Estado. Estando assim algumas infra-estruturas no resto do país algo abandonadas e incapacitadas.

4.4. A Armada

Houve toda uma revisão da orgânica da Armada desde os altos comandos às forças operacionais.¹⁹³ Até 1950, a Armada não tinha crescido em número, apenas tinha realizado melhoramentos e adaptações às novas tecnologias, ou seja, apostou na qualidade e não na quantidade, ao contrário do que se fazia no Exército. De modo a combater a difícil situação dos quadros, houve modificações de fundo em 1953, tendo sido promovidos no mesmo ano, cerca de 113 oficiais. Para além disso, criou-se um novo posto suplementar, de modo a aliviar o quadro, surgia o cargo de comodoro (um oficial-general de duas estrelas) que estava situado entre o capitão-de-mar-e-guerra e o almirante. Ainda nesse ano, todas as promoções passaram a ser feitas por escolha desde o capitão-tenente.¹⁹⁴

A Armada desenvolveu novos sistemas de luta anti-submarina e antiminas, novos sistemas de comando e radares.¹⁹⁵ No que diz respeito a estes últimos, criou-se o curso de radarismo na Escola Naval,¹⁹⁶ para que houvesse um acompanhamento técnico com a inovação tecnológica. As unidades navais registaram um afluxo superior ao

¹⁹² Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.171.

¹⁹³ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Guerra Fria», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.63.

¹⁹⁴ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.167.

¹⁹⁵ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Guerra Fria», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.63.

¹⁹⁶ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.168.

habitual, um crescimento de 25% durante a década de cinquenta. Em 1949, Portugal possuía 57 navios de cariz militar e em 1961 possuía cerca de 71 unidades, ao nível das tonelagens temos 51 265 t para o ano de 1949 e 64 332 t para 1961.¹⁹⁷ A indústria naval procurou estar ligada aos programas navais durante as reformas NATO, através do Arsenal do Alfeite e dos estaleiros navais da CUF, Figueira da Foz e Viana do Castelo. Estes estaleiros foram capazes de construir unidades de pequeno porte, como as patrulhas costeiras e de draga-minas, ambos de modelo norte-americano.¹⁹⁸

A partir de 1950, a Armada começou a participar nos exercícios NATO e em exercícios ao abrigo do Pacto Ibérico. A NATO considerou a Armada como sendo o ramo que estava melhor organizado em relação aos restantes, daí atribuir-lhe um papel de relevo para a estratégia NATO, muito a contra gosto das altas patentes portuguesas, principalmente de Santos Costa que pretendia um maior relevo para o Exército. A NATO, como já foi referido, pretendia que Portugal tivesse uma componente mais aeronaval do que terrestre. Por esta razão, a Armada vai beneficiar de uma atenção especial por parte da aliança, nomeadamente no campo da planificação. Nos inícios de cinquenta sofreu outra reorganização: foi extinto a Majoria-General, sendo criado um comandante-geral ficando, conhecido por chefe de Estado-Maior da Armada. O próprio Estado-Maior da Armada conheceu uma reorganização no ano de 1952, sendo organizado em três divisões: 1ª Informação, 2ª Organização e 3ª de Operações.¹⁹⁹

Ao nível das novas unidades, António José Telo transmite-nos o que a Armada portuguesa recebeu durante a década de cinquenta: 16 draga-minas americanos e ingleses de três classes, oito da classe *Ponta Delgada* são construídos nos EUA entre 1951-53, quatro da classe *Agile/Corvo* também são de fabrico norte-americano entre 1953-54 e quatro são construídos na CUF entre os anos de 1954-57. O programa das escoltas costeiras trouxe para Portugal oito patrulhas da classe *Le Fougueux*, três fabricados em França, os restantes serão construídos nos estaleiros portugueses. É importante referir que o impacto da ajuda NATO reflectiu-se também nos estaleiros que foram modernizados com fundos do Plano *Marshall* (que Portugal acabaria por pedir),

¹⁹⁷ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Guerra Fria», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.63.

¹⁹⁸ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.168.

¹⁹⁹ António José Telo, «Os anos da NATO (1946 - 1959)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.452.

sendo este um dos maiores benefícios que Portugal usufrui, segundo alguns militares. Ou seja, a ajuda militar não consistia apenas no rearmamento, mas também no apetrechamento das infra-estruturas. Seguindo este aspecto, a NATO manifestou interesse em apoiar a criação da Base do Montijo, que teria grandes dimensões pois em caso de guerra com a URSS teria uma capacidade para albergar cerca de 250 aviões. A aliança estava igualmente interessada no alargamento da Base das Lajes e das instalações portuárias na Praia da Vitória. No programa das escoltas oceânicas, a Armada acabou por receber três fragatas baptizadas de classe *Diogo Cão* com financiamento norte-americano, uma fragata italiana baptizada *Pero Escobar*. Estas fragatas provocaram um grande salto tecnológico em relação aos navios similares ao serviço da Armada portuguesa, pois já possuíam sistemas semiautomáticos de direcção de tiro por radar e centros de combate e aparelhagem sonar mais avançada.²⁰⁰

A Armada ao entrar na NATO, tinha como função proteger o espaço português do Atlântico que os EUA viam como vital em caso de guerra com a URSS. Por isso, a Armada criou uma força de escolta para cobrir o máximo de espaço atlântico português. Esta atlantização, como refere António Paulo Duarte, não foge muito ao que a Armada já defendia antes da adesão à NATO e acabou por criar uma força que já ia ao encontro do que os teóricos militares portugueses tinham elaborado e colocado em prática com o fim da Segunda Guerra Mundial. Abandonava-se a ideia de combates de superfície únicos e exclusivos, para uma força virada para a questão anti-submarina e antiaérea, para evitar o corte das comunicações aliadas por parte da URSS.²⁰¹ A nível interno, a Armada acabaria por ganhar um novo prestígio e uma palavra a ter em conta perante a política de defesa nacional que até então não possuía pois tendia sempre a ficar “ofuscada” pelo Exército devido às estreitas ligações com o poder político. António Paulo Duarte vai ao encontro dessa tendência, pois a integração de Portugal na NATO entregou determinadas missões à Armada que acabaram por levar a uma certa autonomização. O predomínio do Exército acabará por ficar mais pálido durante a década de 50.²⁰² Podemos teorizar que sem a NATO, a Armada ficaria dependente apenas e só do poder político, como aliás acontecia antes da adesão. Até então, o poder político utilizava a Armada conforme lhe fosse conveniente para equilibrar ou

²⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p.453.

²⁰¹ António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*, p.266.

²⁰² Idem, *Ibidem*, pp. 268 - 269.

desequilibrar a balança de poderes do Exército e da Armada, mediante os interesses do regime. Aquando da entrada na NATO, o poder político perdeu influência sobre a política de defesa nacional, porque se passou falar de uma política de defesa supra-nacional, algo que Salazar sempre temeu. O facto do poder político já não negociar directamente com a Armada mas sim com a NATO, para com quem tinha obrigações, fez com que a Armada gozasse de uma maior importância no seio das Forças Armadas durante a década de 50, devido ao interesse da NATO na defesa do Atlântico. Evidentemente que a Armada continuava a ser controlada pelo poder político mas gozava agora do apoio de um poder supra-nacional que a via como uma mais valia e não como um meio para estabilizar ou desestabilizar questões internas como fazia o poder político nacional. Todavia, apesar das reformas NATO fazerem com que as Forças Armadas Portuguesas se vissem introduzidas numa força supra-nacional, continuarão a ser encaradas pelo regime como uma força de segurança interna e de sustentação do poder político e para além disso o regime já tinha procedido à sua domesticação desde as reformas de 1936/1937, continuando por isso a controlá-las.

4.5. A Força Aérea

A Força Aérea foi criada em 1952, através da Lei 2:055, de 27 de Maio.²⁰³ Em Junho foi criado o Subsecretariado da Aeronáutica que iria superintender a Aeronáutica de ambas as forças militares existentes, ou seja, Exército e Armada, respectivamente a Aeronáutica Militar e a Aeronáutica Naval. Todavia, a sua criação não recebia o devido valor perante os restantes ramos das Forças Armadas, pois não tinha um ministro nem ministério mas sim um Subsecretário dependente do ministro da Defesa Nacional. Para além disso, contaria com as rivalidades do Exército e da Armada que viam a criação de uma nova força como algo prejudicial, porque teriam de dividir a mesma parcela destinada às Forças Armadas com um novo ramo.

Uma possível explicação para que a Força Aérea não tenha recebido um ministro e um ministério próprio aquando da sua criação, é por ter sido um ramo criado de raiz, sendo mais fácil agregá-lo de imediato ao Ministro da Defesa Nacional do que deixá-lo autonomizar-se, o que dificultaria posteriormente a afirmação do Ministro da Defesa perante esse ramo, como aliás acontecia com o Exército e a Armada.

²⁰³ V. Anexo 9.

A Força Aérea Portuguesa (FAP) foi formada de início por homens da Aeronáutica Militar e por alguns elementos da Aeronáutica Naval, contando com a colaboração estrita dos EUA. Este ramo não pretendeu receber qualquer tipo de auxílio das instituições militares já vigentes, o Exército e a Armada. Pretendia-se um começo “novo e limpo” sem interferência directa destas forças.²⁰⁴ Parece ter existido uma necessidade de afastar possíveis rivalidades e “mau estar”, quer do Exército, quer da Armada, na edificação e estruturação da FAP, preferindo esta última receber orientações dos EUA que encabeçavam a NATO e que tinham já iniciado um bom relacionamento com a Armada nesta altura. Por esta razão, a FAP será um caso único na sua forma de abordagem e criação. A sua base de recrutamento foi diferente dos restantes ramos e teve por base a doutrina norte-americana. Por essa razão vai realizar campanhas de relações públicas nas escolas e festivais aéreos com o objectivo de incentivar o voluntariado. Com a adesão à NATO, surgiu um corte na composição das formações, adoptou-se o modelo norte-americano, cada esquadra era composta por 25 aviões e grupos de esquadra. Sendo rejeitado o modelo britânico que vigorava até então: cada esquadrilha com cerca de 15 aviões e grupos de esquadrilha foram.²⁰⁵ As próprias bases aéreas sofreram uma redistribuição, a base n.º 2 na Ota, passou a possuir cerca de 25 aviões e respectivos pilotos, ou seja, um grupo de caça a três esquadras. Em 1956, foi criado o Aeródromo-Base n.º1 na Portela, que albergou a 1ª Esquadra de Transportes Aéreos que recebeu cinco *C54 Skymaster* em 1953.²⁰⁶

Ao nível de repartições, a Força Aérea possuía quatro mas dividiam-se em secções que correspondiam a seis serviços (comunicações e tráfego aéreo; recrutamento e instrução; saúde; material; infra-estruturas; e intendência e contabilidade. As regiões militares foram divididas em três: a 1ª região, com sede em Lisboa, abrangia Portugal Continental europeu, Açores e Madeira, a 2ª região, em Luanda, controlava Angola e São Tomé e Príncipe e a 3ª região, Lourenço Marques, controlava Moçambique, Índia, Timor e Macau. Cabo Verde e Guiné são um caso à parte, correspondendo a uma zona autónoma dentro da 1ª Região.²⁰⁷

²⁰⁴ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.172.

²⁰⁵ Idem, *Ibidem*, p.172.

²⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p.173.

²⁰⁷ Idem, *Ibidem*, p.173.

A FAP surgiu nas colónias em 1959 com um festival aéreo em Luanda,²⁰⁸ como forma de passar uma mensagem de intimidação aos movimentos de libertação que estavam a preparar-se para desenvolver uma guerra de guerrilha nos territórios africanos portugueses. Portugal procurava transmitir através da FAP que possuía capacidade aérea para intervir nas suas colónias. Segundo Luís Salgado de Matos, a explicação do festival aéreo traduz-se numa manifestação de força perante a independência do Congo Belga e, segundo o mesmo autor, a FAP já possuía uma infra-estrutura em Angola, capaz de fazer uma caravana aérea com catorze aparelhos.²⁰⁹ As Forças Armadas compreendiam os “ventos de mudança” em África e a necessidade de apetrechar o seu território com meios defensivos.

Importa perceber que a Aeronáutica Militar era vital para a criação da Força Aérea, o obstáculo principal era que os EUA, consideravam que a FAP não estava preparada para receber aparelhos demasiado avançados em relação ao que a Aeronáutica já possuía. Numa primeira fase era necessário preparar os pilotos através de cursos de formação e de treino. Entre 1951-52 surgiram os primeiros cursos no Texas e, em 1953, desta vez na Alemanha, e posteriormente também nos EUA, dezenas de pilotos portugueses receberam instrução com vista a pilotar o *T-33* que era um aparelho a reacção. Ainda no mesmo ano, Portugal já tinha ao seu dispor uma esquadra de caças a reacção *T-33* e os *F-84G*. Enquanto se formavam os pilotos, era necessário começar a substituir alguns aparelhos que estariam ao alcance dos pilotos portugueses ainda sem formação actualizada. Surgiu o *Republic P-47 Thunderbolt* na substituição do *Hurricane* que era o aparelho mais numeroso ao serviço e já estava obsoleto. A OGMA teve papel importante na concepção de aparelhos para treino dos pilotos, produziu cerca de 60 unidades *DHC-1 Chipmunk*, após ter recebido 10 aparelhos de proveniência britânica ainda em 1951. Adaptaram igualmente para treino 56 *Harvard* e *Texan* para a variante *T-6G*.²¹⁰

A criação da FAP deveu-se à entrada de Portugal na NATO, após a criação desta os aparelhos são amplamente renovados quer em quantidade quer em qualidade. O problema é que essa valorização foi muito rápida, sendo necessário formar-se novas

²⁰⁸ Idem, *Ibidem*, p.173.

²⁰⁹ Idem, *Ibidem*, p.173.

²¹⁰ António José Telo, «Os anos da NATO (1946 - 1959)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp.456 - 458.

especialidades bastante técnicas e as formações deviam ter sido efectuadas com um período alargado e bem definido para um amadurecimento dessas mesmas aprendizagens.

Foi algo que parece não ter existido, pois havia aspectos que tinham de ser resolvidos, a criação de um sistema de vigilância aérea, a instalação de radares e a fundação da primeira escola electrónica em Portugal.²¹¹ Ou seja, havia trabalho por fazer, havia os meios militares, as formações de pessoal decorriam, mas isso não bastava, era necessária toda uma estrutura para que a FAP pudesse executar as suas funções correctamente. O fornecimento de armamento NATO à FAP fez com que esta última sofresse um impacto enorme a nível tecnológico, quer ao nível dos aviões, quer dos radares.²¹² O salto tecnológico nos aviões provocou diversos acidentes que resultaram na queda de vários aparelhos e na morte dos pilotos. Na época ficaram célebres a queda e destruição de oito jactos *F84-G* e o falecimento dos respectivos ocupantes.²¹³ As causas apontadas são que o salto tecnológico foi demasiado grande em relação à preparação dos pilotos que até então dirigiam aparelhos menos avançados, não tendo recebido como já foi recebido, a devida preparação ou tempo para “digerir” as formações de que foram alvos.

Portugal acabaria por chegar ao final da década com uma frota de quatro esquadras de jactos, uma rede de vigilância de radares, duas esquadras de luta anti-submarina e reconhecimento marítimo, diversos aparelhos de treino, transporte, ligação e apoio logístico. Ao nível das infra-estruturas, dispunha de quatro bases com instalações modernas, a saber: as Lajes, Montijo, Monte Real e Espinho. Assim como o Exército, a Força Aérea começou por ter planos irrealistas mas, no final da década de 50, conseguiu-se criar uma Força Aérea equilibrada.²¹⁴

²¹¹ Idem, *Ibidem*, p.459.

²¹² Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.174.

²¹³ Idem, *Ibidem*, p.173.

²¹⁴ António José Telo, «Os anos da NATO (1946 - 1959)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.460.

5. Reformas da Guerra Colonial 1959/1961 a 1974

5.1. Portugal e a Guerra Colonial perante a comunidade internacional

A entrada de Portugal na aliança NATO em 1949 e na ONU em 1955²¹⁵ transmitia uma sensação de colocar Portugal na primeira linha da política internacional. De facto, durante uma baliza temporal mesmo que reduzida tal pode ser afirmado. Mas esse “holofote” de luz sobre o Estado Novo, não o fazia ficar imune à inevitável mudança da política internacional que então se vivia e que, por consequência alterava obrigatoriamente a política externa portuguesa. Mas foi esse mesmo “holofote” sobre Portugal que o fez voltar ao isolamento internacional. Seria na ONU (Assembleia Geral), que o Estado Novo iria encontrar ecos de condenação pela sua política colonial através do chamado movimento dos não-alinhados que representavam os diversos países recentemente descolonizados pelas potências ocidentais europeias. O regime procuraria entre 1956 e 1961, apoios internacionais para a sua política colonial, das quais se destacaram o Brasil, o Paquistão, a Etiópia, a Inglaterra, o Peru, a Tailândia e a Indonésia.²¹⁶ Ainda antes de aderir à ONU e um pouco depois da sua adesão à NATO, o regime sentia o começo da descolonização através da União Indiana que reclamava soberania sobre Goa, Damão e Diu no ano de 1950. Passada uma década, o Estado Novo via mais uma vez a ONU, como epicentro para condenação da sua política colonial, através da aprovação de duas resoluções que condenavam politicamente a prática colonial e consideravam os territórios administrados por Portugal como colónias, pelo que devia prestar informações sobre as mesmas.²¹⁷

Em 1961, a União Indiana tomou para sua soberania os referidos territórios e possessões até então reclamadas como portuguesas. O Estado Novo temia a carga simbólica de tal perda, não tanto pelo valor estratégico ou económico mas porque podia colocar em xeque o restante Império Português. A comunidade internacional assistiu a estas primeiras perdas sem grande impacto.²¹⁸ Podemos juntar a estes acontecimentos outros igualmente importantes: a tentativa de um golpe contra o Estado Novo, tendo

²¹⁵ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, pp.19 e 21.

²¹⁶ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e as Guerras da Descolonização», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.69.

²¹⁷ Idem, *Ibidem*, p.73.

²¹⁸ Idem, *Ibidem*, pp.69-70.

ficado conhecido como Abrilada de 1961 encabeçada pelo general Botelho Moniz e ainda o caso do paquete *Santa Maria*²¹⁹ que causou algum furor na imprensa internacional, alertando uma vez mais, o mundo para a política dirigida pelo Estado Novo.

Como se sabe, Salazar continuou no regime e o Estado Novo apenas cessou funções no ano de 1974. Por essa razão, Portugal e as Forças Armadas tiveram de fazer a guerra nos territórios coloniais e durante treze anos foi necessário combater em três teatros de operações africanos, o que provocou um enorme isolamento de Portugal na cena internacional. Sendo assim, Portugal conseguiu, após adesão à NATO e à ONU, uma pequena brecha de luz sobre si no contexto internacional mas que duraria pouco e evoluiria com altos e baixos entre 1961 e 1974.

As relações com diversos países terão igualmente evoluções e abordagens diferentes. Com os EUA houve diversas alterações em 1961, proibiram a venda de armamento a Portugal pois temiam que tal armamento fosse usado indevidamente nas colónias portuguesas quando este se devia destinar para o âmbito europeu (NATO).²²⁰

Durante os treze anos de conflito, existiram posições moderadas de alguns países europeus, como o caso da França e da República Federal Alemã. A França vendeu equipamento e armamento ao Estado português, desde navios, a helicópteros e carros blindados, sendo que não terá colocado problemas na sua utilização em teatros africanos nos quais Portugal estava empenhado.²²¹ A República Federal Alemã forneceu armamento a Portugal e em troca, a Base Aérea de Beja alojou para treino a respectiva força Alemã²²² e a França recebeu autorização para instalar uma estação de rastreio na ilha das Flores.²²³

Apesar do isolamento político em 1967, a NATO reforça a sua presença naval em Portugal através da criação de um comando para o Atlântico Central, o *Comiberlant*,

²¹⁹ *Diário da Manhã*, 20/01/1961. e *Angola Norte*, 28/01/1961.

²²⁰ Sobre esta questão aconselha-se a obra de S. J. Basgra, *Portugal and NATO*.

²²¹ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e as Guerras da Descolonização», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.73.

²²² Idem, *Ibidem*, p.74.

²²³ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.175.

pelo qual a Armada portuguesa recebia papel de destaque.²²⁴ Era, em primeiro lugar, uma resposta ocidental à expansão naval da URSS que tinha sido iniciada em 1960. Portugal geograficamente, estava privilegiado para receber o respectivo comando mas o Estado Novo vai utilizar esta casualidade para politizar a questão, conforme as suas ambições e como melhor lhe convinha. Por isso, o regime encarava este novo comando como uma resposta contra o comunismo; assim, a intervenção da NATO não se devia cingir à Europa mas também a África e por consequência, às possessões portuguesas.

5.2. A política portuguesa de defesa durante a Guerra Colonial

Portugal durante a década de cinquenta, recebeu uma doutrina militar com vista à realização de uma guerra do tipo convencional, acompanhada por todo o equipamento e armamento para a sua execução. Todos estes ensinamentos terão de ser alterados e redireccionados para um tipo de guerra para o qual Portugal não estava preparado, tendo de efectuar uma guerra de contra-guerrilha num ambiente geográfico para o qual não se tinha preparado. Mudava assim de um teatro de operações europeu (Pirenéus), para um teatro de operações africano (Angola, Guiné e Moçambique), apresentando estes três, geografias muito diversas.

Para a Guerra Colonial, Portugal possuía ainda a organização, implementada pelas reformas NATO; sucintamente, foi criado o cargo de ministro da Defesa sem possuir um ministério próprio, permanecia a coexistência de um ministério do Exército e da Marinha, foi igualmente criado o cargo de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA). Por fim, cabia ao ministro da Defesa gerir o orçamento e a condução operacional das Forças Armadas e coordenar os ministros do Exército e da Marinha. A estes ministérios estavam entregues as questões administrativas e logísticas.²²⁵

Em 1958, com a nomeação do general Botelho Moniz para o cargo de ministro da Defesa e com o afastamento de Santos Costa, as Forças Armadas Portuguesas entravam numa nova fase, pois o novo ministro sentia necessidade de adaptar o dispositivo militar português à mudança político-militar que Portugal teria de fazer em

²²⁴ Idem, *Ibidem*, p.175.

²²⁵ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1961 – O princípio do fim do impérios. Anos da Guerra Colonia*, Vol. II, pp.80 e 81.

pouco tempo.²²⁶ Botelho Moniz tinha à sua volta oficiais da geração NATO e mantinha contactos com o embaixador norte-americano de Lisboa. As suas pretensões para executar um golpe militar tinham claras ligações à política norte-americana para África encabeçada por Kennedy.²²⁷ Deve-se acrescentar que Botelho Moniz, juntamente com os seus apoiantes, pretendia uma solução para o que se passava em África; a solução era ainda mais urgente após os acontecimentos de 15 de Março de 1961. A tentativa de golpe de Estado falhou e tal facto deu tempo a Salazar para responder e assegurar o regime. Salazar respondeu remodelando o governo e demitindo os militares que se mostravam ser obstáculos à política colonial do regime. Assim, a tentativa de golpe acabaria por beneficiar o próprio regime. A remodelação ministerial fez com que Salazar assumisse o cargo de Ministro da Defesa, Almeida Fernandes foi substituído por Mário Silva na pasta do Exército e Adriano Moreira substituiu Vasco Lopes Alves. O CEMGFA Beleza Ferraz foi substituído pelo general Gomes de Araújo e o secretário de Estado do Exército Costa Gomes foi demitido.²²⁸ Salazar, com estas alterações conseguiu eliminar as resistências militares perante a política colonial e militar. Ao mesmo tempo, ocupava os cargos vazios com homens em que detinha maior confiança e que estavam alinhados para fazer a guerra em África, esta remodelação ministerial munia o regime para fazer a guerra em África durante treze anos.

Ainda antes de 1961, existia uma clara noção do risco de surgimento de movimentos de libertação, nos diversos territórios coloniais portugueses. Por essa razão, várias medidas foram tomadas: em 1957, saiu um memorando sobre “Plano Geral de Acção Anti-Subversiva em África”.²²⁹ Foi elaborado um estudo sobre contra-guerrilha, e ao mesmo tempo foram enviados oficiais portugueses para cursos de formação em França, Inglaterra e Bélgica.²³⁰ Portanto, era esta a missão de vertente europeia, conhecer o inimigo que teriam de enfrentar através da experiência de outros países

²²⁶ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.36.

²²⁷ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1961 – O princípio do fim do império. Anos da Guerra Colonial*, Vol. II, p.52.

²²⁸ Idem, *Ibidem*, pp.57 e 60.

²²⁹ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.22.

²³⁰ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.465.

europeus com problemas semelhantes. Ao mesmo tempo, surgiram missões de carácter africano, para conhecer quais as necessidades ao nível de infra-estruturas, acomodação e como tirar o melhor proveito das Forças Armadas Portuguesas no território. Compreendeu-se, no fim de tais missões, que existiam falhas na mobilidade táctica, no apoio aéreo e ausência de forças de intervenção.²³¹ Por fim, começou o estudo para a criação de unidades especializadas na luta de contra-guerrilha e o seu respectivo equipamento e armamento. A Força Aérea com os pára-quedistas, a Armada com os fuzileiros e o Exército com as companhias de Caçadores e, mais tarde, com os Comandos.²³² Em 1959, e a partir de Outubro foram tomadas várias medidas relacionadas com o eventual conflito colonial. O Ministério do Exército foi reorganizado passando a possuir jurisdição militar sobre os territórios coloniais.²³³ Poucos dias depois nesse mesmo mês de Outubro, saiu uma directiva do mesmo Ministério elaborada pelo coronel Almeida Fernandes sobre a definição militar para a política portuguesa. Em 1960, mais propriamente no mês de Abril e por despacho, era concedido um subsídio para o fardamento dos oficiais e sargentos, possivelmente a prever o esforço de guerra e como forma de minorar o esforço financeiro dos militares. Para além disso foram concedidos três tipos de abonos: o primeiro era anual para oficiais e sargentos do quadro permanente que estivessem em actividade, fossem casados ou tivessem elevados encargos familiares. O segundo era um abono devido a uma promoção ou seria um abono trienal; o despacho não explicita em detalhe este abono, alertando para que a situação seria brevemente esclarecida. O último tipo de abono era de tipo “suplementar” e destinava-se para os oficiais e sargentos em que a relação de encargos financeiros com a família a seu cargo e mediante o seu vencimento justificasse esse mesmo abono, sendo por isso anual.²³⁴

Resumidamente, constata-se em parte o que já foi mencionado: Portugal mantém os compromissos NATO, não pretendendo criar novos compromissos, procurou manter o Pacto Ibérico mas com uma clara ligação à defesa dos Pirenéus, mas essa mesma defesa começava a ser considerada apenas simbólica a nível político, existia sim a

²³¹ Idem, *Ibidem*, p.465.

²³² Idem, *Ibidem*, pp.465 - 466.

²³³ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.36.

²³⁴ «Serviços Sociais das Forças Armadas», *Jornal do Exército*, Setembro, 1961, p. 24.

prioridade de intensificar a defesa militar dos territórios coloniais portugueses, aumentar a importância da Força Aérea nesses mesmos territórios e diplomaticamente encontrar aliados para a questão militar portuguesa em África.²³⁵ No mês de Novembro, um despacho ministerial dava aval para a criação do Centro de Instrução de Operações Especiais, ou seja, para a criação de tropas especializadas em contra-guerrilha.²³⁶ Na Armada criou-se ainda no mesmo mês, o Centro de Comunicações da Armada para criar uma rede de comunicações navais com os territórios coloniais.²³⁷ Por fim, o resultado de todos estes estudos e das formações que os militares portugueses receberam, resultou na compilação de: *O Exército na Guerra Subversiva*, que seria um conjunto de cinco volumes em 1963.²³⁸ Tal “manual” seria a base padrão para Portugal fazer a guerra em África durante os treze anos de conflito.

Todo o esforço de guerra português trouxe consigo alterações às Forças Armadas Portuguesas, desde o número de efectivos, a organização interna, armamento, equipamento e doutrina.²³⁹ Desde a implantação da Primeira República, havia uma legislação favorável à implantação do exército miliciano, de carácter obrigatório e universal. A Guerra Colonial, volvidos cinquenta anos, surgia como sendo a ocasião ideal para colocar tal projecto em marcha. Foi a partir de 1961 que o serviço militar passou verdadeiramente a possuir um carácter universal e obrigatório, ou seja, miliciano.²⁴⁰ Apenas fugindo era possível ficar isento da obrigação de prestar serviço militar.²⁴¹

O esforço militar fez-se sentir a todos os escalões da vida militar. Desde os praças aos quadros permanentes de sargentos e oficiais. O modo de instruir os soldados para a guerra variou ao longo dos treze anos de conflito. Um possível padrão pode ser

²³⁵ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.36.

²³⁶ Idem, *Ibidem*, p.37.

²³⁷ Idem, *Ibidem*, p.37.

²³⁸ Idem, *Ibidem*, p.37..

²³⁹ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e as Guerras da Descolonização», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.76.

²⁴⁰ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.181.

²⁴¹ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e as Guerras da Descolonização», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.76.

interpretado com três a quatro meses de instrução militar básica, seguido de uma instrução com vista ao aperfeiçoamento operacional. O exército operava 75 centros de instrução e 22 especialidades.²⁴² O serviço militar obrigatório foi igualmente alargado para seis meses de instrução e dois anos de mobilização.²⁴³ Geralmente era alargado por mais um ano, sendo que o período de mobilização/combate poderia chegar aos três anos e alguns meses. O recenseamento devia ser efectuado aos 18 anos, mas as obrigações militares em tempo de paz apenas começavam aos 21 e terminavam aos 45 anos. A partir de 1968, uma nova lei do serviço militar trouxe algumas alterações à sua antecessora datada de 1937: para além do serviço militar para os homens continuar a ser obrigatório, passou a existir a possibilidade de as mulheres exercerem voluntariado. Todavia, este não foi muito incentivado pelo Estado Novo, tendo havido apenas mulheres enquanto enfermeiras pára-quedistas.

Algo que mudou igualmente foi a africanização das tropas portuguesas. Esse fenómeno surgiu em meados de sessenta, altura em que o esforço de mobilização da sociedade portuguesa começava a dar sinais de alguma exaustão, sendo que a africanização das tropas atenuou esse problema. Para além disso, empregava população africana, o que provocava melhores condições de vida ao soldado e, por conseguinte à sua família. Possuía ainda outra consequência: passava-se uma mensagem de integridade entre a metrópole e as colónias no esforço contra os movimentos de libertação, externamente para a comunidade internacional e internamente para a sociedade portuguesa e para a oposição ao regime. Essa africanização foi de facto, notória quando verificada ao nível percentual: em 1961 a média de tropas africanas rondava os 20,9% e no ano de 1974 situava-se nos 38,7%. Evidentemente que estas variavam entre os diversos teatros de operações: Angola com valores na ordem dos 14,9% para 42,4%. Moçambique calculava-se percentagens na ordem dos 26,8% para 53,6% e na Guiné era a única situação inversa de 21,1% para 20,1%.²⁴⁴ O caso da Guiné pode ser explicado pela fraca penetração no interior daquele território e pela clara dificuldade das Forças Armadas Portuguesas se imporem no território.

²⁴² Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.182.

²⁴³ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e as Guerras da Descolonização», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.76.

²⁴⁴ John P. Cann, *Contra-subversão em África: Como os portugueses fizeram a guerra em África, 1961-1974*, p.121-129.

Para o esforço de guerra, convocou-se milicianos que já tinham prestado serviço militar na metrópole. Criou-se um quadro à parte de oficiais, seleccionando-se cadetes dos cursos de oficiais milicianos para um curso intensivo e para ascender a uma rápida promoção a capitão. Obviamente que tal conduta teve consequências e foi necessário legislar, sendo que mudaram-se os critérios de antiguidade dos oficiais do quadro permanente, entre os provenientes da Academia Militar e os de origem milicianos.²⁴⁵ Os oficiais milicianos seriam formados em Mafra e os sargentos em Tavira.²⁴⁶ A Academia Militar viu os seus cursos abreviados e leccionados de forma intensiva para responder às necessidades da guerra, tendo ficado pelos três anos.²⁴⁷ Concretamente em 1965, publicou-se uma Portaria n.º 21 373, de origem conjunta dos Ministérios das Finanças e do Exército, para intensificar a formação dos alunos da Academia Militar e uma entrada mais rápida nos quadros permanentes. Permitia assim que os cadetes-alunos que se iniciaram na Academia Militar em Outubro do ano de 1963, iniciavam a primeira comissão como alferes em Janeiro de 1967 e, em Janeiro de 1970 já estariam a comandar uma companhia como Capitão.²⁴⁸ Ou seja, um cadete-aluno teria uma formação de 39 meses até receber a sua primeira comissão e chegaria a Capitão ao fim de 36 meses após a sua primeira comissão.

Em 1966, através do Decreto-Lei n.º 47 414²⁴⁹, enquanto existisse um conflito militar nos territórios coloniais portugueses era permitido que o Ministro do Exército, autorizasse por despacho a promoção de oficiais ao posto imediato sem a necessidade da frequência de cursos de formação para essa mesma promoção.²⁵⁰ Era mais uma medida para fazer face à crise do quadro de oficiais, principalmente no que diz respeito

²⁴⁵ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e as Guerras da Descolonização», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.77.

²⁴⁶ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.182.

²⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p.181.

²⁴⁸ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), 1965 – *Continuar a guerra. Anos da Guerra Colónia*, Vol. VI, p.51.

²⁴⁹ V. Anexo n.º10.

²⁵⁰ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), 1966 – *Construir um bastião branco na África Austral. Anos da Guerra Colónia*, Vol. VII, p.90.

ao posto de capitão. A solução foi convocar tenentes milicianos que se encontravam na disponibilidade.²⁵¹

Ao nível do comando, os soldados em território africano eram comandados pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), este era nomeado através do chefe do Governo e ministro da Defesa. Outra figura, não menos importante na hierarquia do comando era o comandante-chefe (CC), que era um general do Exército, existindo um CC em cada província de cada teatro de operações. Em 1969, o CC seria reconhecido como sendo o responsável pelas operações, podendo chegar a acumular o cargo de governador geral.²⁵² As responsabilidades dos governadores e dos comandantes-chefes de cada território colonial, foram assentes no Decreto-Lei n.º 43 560²⁵³ de Março de 1961. Assim, o governador de cada província era o representante do Governo Português, a sua política era fruto da coordenação entre o governador, e o ministro da Defesa e do Ultramar, criando-se assim a respectiva política de defesa nesse mesmo território. Ao governador cabia-lhe uma interacção com o comandante-chefe, no que diz respeito a informá-lo da necessidade da aplicação, ou não, das Forças Armadas no respectivo território.²⁵⁴ Ainda durante o ano de 1961, nos meses de Maio e Junho, foram nomeados novos governadores-gerais que eram militares, mais especificamente oficiais-generais acumulando as funções de comandantes-chefes.²⁵⁵ Continuavam a existir duas responsabilidades, a civil e a militar, mas centradas apenas numa única personalidade. Esta medida tinha como objectivo evitar falhas de coordenação e rivalidades entre os poderes civil e militar.

No que diz respeito aos tribunais militares, estes eram presididos por um oficial, coadjuvado por um vogal militar e um juiz da magistratura judicial. O representante do Estado e da Instituição Militar era um promotor militar. Todos estes militares, não

²⁵¹ Idem, *Ibidem*, p.90.

²⁵² Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.175.

²⁵³ V. Anexo n.º11.

²⁵⁴ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1961 – O princípio do fim do império. Anos da Guerra Colonial*, Vol. II, p.54.

²⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p.54.

recebiam interferência política para as suas nomeações e geralmente estavam no final da carreira.²⁵⁶

Importa agora compreender as mudanças inseridas durante a Guerra Colonial nos três ramos das Forças Armadas Portuguesas. Estas combateram uma guerra com um armamento diverso, fruto de diversas aquisições que foram sendo feitas ao longo do século XX, principalmente desde o reequipamento dos anos 30 até à reforma NATO.²⁵⁷ Com a entrada de Lyndon Johnson na presidência norte-americana, mudou a política perante a situação portuguesa em África. Deu-se maior destaque para o conflito no Vietname e para a Guerra Fria com a URSS. A questão com Portugal passou a centrar-se na tentativa de aceitação por parte de Portugal do princípio da autodeterminação e os EUA começaram a apoiar discretamente o esforço de guerra português. Já em 1965 através da CIA, o Estado português adquiriu aviões B-26²⁵⁸ mas só recebeu sete aviões dos vinte previstos.²⁵⁹

²⁵⁶ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1965 – Continuar a guerra. Anos da Guerra Colónia*, Vol. VI, p.35.

²⁵⁷ Nuno Santa Clara Gomes, «Armamento Português» in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.63.

²⁵⁸ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1965 – Continuar a guerra. Anos da Guerra Colónia*, Vol. VI, pp.37 e 38.

²⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p.63.

5.3. Exército durante a Guerra Colonial

Em Novembro de 1960, através do Decreto-Lei 43 351²⁶⁰ houve uma reorganização territorial, assim o Governo Militar de Lisboa abrangia toda a zona em volta da capital, a 1ª Região Militar no Porto, a 2ª Região Militar em Tomar²⁶¹, a 3ª Região Militar em Angola (Luanda) abrangia igualmente São Tomé e Príncipe, a 4ª Região Militar em Moçambique (Lourenço Marques) e criaram-se sete Comandos Territoriais Autónomos.²⁶² Em 1962, procedeu-se a um ajuste da reorganização territorial, cuja consequência foi a criação de novos comandos militares. Moçambique tinha três Comandos Territoriais, em Nampula, Beira e Lourenço Marques.²⁶³ A Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Macau e Timor passaram a Comandos Territoriais autónomos.²⁶⁴ Angola perdeu a designação de 3ª Região Militar e passou a denominar-se de Região Militar de Angola e possuía cinco Comandos Territoriais, em Cabinda, Carmona, Nova Lisboa, Sá da Bandeira e Luso.²⁶⁵ Pretendia-se uma maior autonomia para que a chefia do comando fosse mais eficaz em cada teatro de operações. Implementou-se a quadrícula que correspondia a uma Companhia que estava apenas dependente hierarquicamente do comando de sector, comando de zona, comando de região e comando-chefe.²⁶⁶ A quadrícula era semelhante ao que se tinha implementado na Argélia pelos franceses, estando o território dividido em zonas geométricas, sendo que a cada uma delas correspondia o comando de uma companhia.²⁶⁷ Este seria o padrão português para fazer a guerra em África, era a forma portuguesa de ocupar o território. Como explica Aniceto Afonso, a quadrícula acarretava consequências para as

²⁶⁰ V. Anexo n.º12.

²⁶¹ Na década de cinquenta durante as reformas NATO, esta região estava atribuída a Évora.

²⁶² Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.58. V. também «A nova territorial do Exército», *Jornal do Exército*, Dezembro, 1960, p. 19.

²⁶³ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1962 – Optar pela guerra. Anos da Guerra Colónia*, Vol. III, p.22.

²⁶⁴ «A nova organização territorial do Exército», *Jornal do Exército*, Dezembro, 1960, p. 19.

²⁶⁵ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1962 – Optar pela guerra. Anos da Guerra Colónia*, Vol. III, p.22.

²⁶⁶ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e as Guerras da Descolonização», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.77.

²⁶⁷ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.182.

tropas portuguesas. Porque esta ocupação condicionava a actuação do Exército; sendo uma atitude defensiva, entregava assim a iniciativa aos guerrilheiros, trazia à estratégia portuguesa uma rotina paralisante e um complexo sistema logístico.²⁶⁸ A quadrícula favorecia o tipo de guerra que os guerrilheiros pretendiam fazer: emboscadas e implementação de engenhos explosivos. As Forças Armadas teriam de se adaptar, por essa razão a infantaria, cavalaria e artilharia receberam técnicas para uma melhor reacção às emboscadas, detecção e neutralização das minas e armadilhas.²⁶⁹ A quadrícula tinha outra função “proteger” as populações locais do contacto com os guerrilheiros, essa protecção era efectuada pela tropa portuguesa através de acções psicossociais. Estas são uma derivação da contra-guerrilha portuguesa, conquistar as populações através de acções socioeconómicas, ficando o soldado português com um papel híbrido nos teatros de operações. Este duplo papel acabava por condicionar grande parte da força militar portuguesa. Existia assim uma divisão generalista das tropas portuguesas, as de quadrícula e as de intervenção. As primeiras com funções para desenvolver as acções psicossociais nas populações abrangidas e a realização de manobras defensivas. As segundas, como o nome indica eram as tropas especiais de carácter ofensivo e ataque cirúrgico.²⁷⁰

Para entender melhor a forma que as Forças Portuguesas utilizaram para implementar a quadrícula, é necessário perceber como as forças portuguesas estavam organizadas em África. De forma sucinta, o Batalhão (constituído por 650 homens, cerca de 500 praças, 28 oficiais, 70 sargentos e comandados por tenentes-coronéis) representava a maior unidade vinda de Portugal para o teatro de operações e esta unidade subdividia-se em Companhias (cem soldados comandados por um capitão). A cada uma destas unidades correspondia uma quadrícula. De forma mais concreta, a cada Batalhão era atribuída uma área de responsabilidade ou Zona de Acção (ZA). O comando da unidade na ZA tinha como responsabilidades, as operações militares em todas as suas vertentes e as acções psicossociais sobre as populações nas ZA

²⁶⁸ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), 1961 – *O princípio do fim do império. Anos da Guerra Colónia*, Vol. II, pp.8 e 83.

²⁶⁹ Idem, *Ibidem*, pp.8 e 9.

²⁷⁰ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.182.

inseridas.²⁷¹ Os Batalhões dividem a ZA, em zonas de acção de Companhia. Esta era comandada por um capitão com diversas responsabilidades, incluindo administrativas e de logística.²⁷² Seria o capitão a peça chave de toda a Guerra Colonial e a constante necessidade de efectivos abrirá uma crise no que toca ao posto de capitão, não havendo capitães suficientes no quadro permanente.²⁷³ Interessante é que a quadrícula baseia-se em algo semelhante, implementado pelos franceses na Argélia mas na verdade corresponde à linha de pensamento francês que influenciou os teóricos portugueses durante o Estado Novo até às reformas NATO, ou seja corresponde à defesa da linha avançada, linha contínua na fronteira. Ora, a quadrícula resulta dessa mentalidade que estava pensada para a defesa de Portugal Continental Europeu, era uma postura defensiva, com o objectivo de não deixar o inimigo penetrar no território. No caso africano, o objectivo da linha contínua foi atribuído a cada companhia que devia enfrentar o inimigo nesse espaço, sem o deixar avançar mais para o *hinterland*.

O Exército criaria novas unidades e forças com vista a responder aos novos desafios que lhe foram colocados em África. Foram os casos do Batalhão de Serviço de Material, o Batalhão de Reconhecimento das Transmissões, o Regimento do Serviço de Saúde e o Serviço Postal Militar, isto ao nível das unidades. No que diz respeito às “tropas”, criou-se para além dos já mencionados,²⁷⁴ as tropas africanas, Grupos Especiais (GE), Grupos Especiais de Pára-Quedistas (GEP), os Comandos Africanos, as Milícias Especiais, os Flechas e os Fieis Catangueses.²⁷⁵ Em Angola, o Exército contava ainda com uma outra força, a Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil (OPVDC), que consistia em “milícias de vizinhos” que se organizaram a partir de 1961, para fazer frente aos ataques dos guerrilheiros. Eram tropas de segunda linha, enquanto forças de segurança.²⁷⁶ Esta Organização foi aprovada e oficializada, a 28 de

²⁷¹ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), 1965 – *Continuar a guerra. Anos da Guerra Colónia*, Vol. VI, p.52.

²⁷² Idem, *Ibidem*, p. 52. e Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.182.

²⁷³ V. Anexo n.º13.

²⁷⁴ Comandos (Exército), os pára-quedistas (Força Aérea), os fuzileiros (Armada).

²⁷⁵ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e as Guerras da Descolonização», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.77. V. também obra de John P. Cann sobre esta temática.

²⁷⁶ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.183.

Março de 1961 através do Decreto-Lei n.º 43 568, as suas funções para além das já mencionadas, seriam a defesa das populações locais e vias de comunicação.²⁷⁷ O Decreto-Lei n.º 43 571 do dia 29 de Março de 1961, legislava sobre a organização dessa mesma defesa civil nos restantes territórios coloniais portugueses.²⁷⁸ Em 1962, seria criada uma organização de voluntários mas de carácter permanente para cada um dos territórios coloniais, a OPVDCA, que acabaria por se tornar numa força numérica considerável, cerca de 40 mil homens, com uma componente multirracial, ficando esta força em clara profissionalização. Para além disso, possuía oficiais no activo ou na reserva e estava dependente da administração civil e do governador-geral.²⁷⁹

Relativamente ao armamento ligeiro que era a preocupação principal para o Exército, pois o que tinha disponível era datado da Segunda Guerra Mundial: a pistola *Luger*, a espingarda *Mauser* e as metralhadoras *Madsen*, *Bren*, *Dreyse*, *Borsig*.²⁸⁰ A prioridade era substituir a *Mauser*, por essa razão, Portugal começou a experimentar pequenos lotes de algumas armas, a *Armalite AR-10* de 7,62 mm (cerca de 1500 exemplares), a *FN* de origem Belga e a *G3*. A escolha iria recair mais tarde sobre esta última.²⁸¹ Contudo, as primeiras tropas portuguesas que embarcaram para Angola iam munidas ainda com o modelo da *Mauser m/904-39*.²⁸² Para “completar”, o armamento ligeiro era necessário uma metralhadora que usasse igualmente munições tipo NATO, que assim podiam ser facilmente fornecidas pela indústria portuguesa. No início do conflito, a escolha foi para a *MG42* de origem alemã,²⁸³ que tinha diversas utilidades, como metralhadora ligeira, ou como metralhadora pesada. No ano de 1963, a *MG42* foi substituída pela *HK21*, a sua vantagem era que usava 48 componentes da arma ligeira

²⁷⁷ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), 1961 – *O princípio do fim do império. Anos da Guerra Colónia*, Vol. II, pp.54 e 55.

²⁷⁸ Idem, *Ibidem*, p.55.

²⁷⁹ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), 1962 – *Optar pela guerra. Anos da Guerra Colónia*, Vol. III, pp.26 e 27.

²⁸⁰ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.473.

²⁸¹ Idem, *Ibidem*, p.474.

²⁸² Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), 1961 – *O princípio do fim do império. Anos da Guerra Colónia*, Vol. II, p.44.

²⁸³ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), 1967 – *África para sempre. Anos da Guerra Colónia*, Vol. VIII, p.65.

G3.²⁸⁴ Em 1961, Portugal recebeu ainda pequenos lotes de pistolas-metralhadoras *Vigneron*, *Stirling* e a *UZI*, de origem belga, inglesa e israelita respectivamente.²⁸⁵ No ano de 1962 foram adoptadas granadas de mão, quer de carácter ofensivo quer defensivo, ou seja, *GMO* e *GMD*. Estas tinham a função de substituir as então existentes oriundas da Segunda Guerra Mundial.²⁸⁶

A arma de apoio às companhias de infantaria eram os morteiros de 81 mm e 107 mm, que tinham como função responder aos ataques de lança-foguetes e de morteiros das guerrilhas. Os canhões sem recuo *M18* de 57 mm e o *M20* de 77 mm de origem norte-americana eram capazes de disparar granadas explosivas e de anticarro. Todavia, como refere António José Telo, pouca utilidade teriam para a guerra em África pois não podiam ser transportadas pelos soldados e estavam pensadas para tiro tenso.²⁸⁷

As unidades de cavalaria de tipo NATO são reorganizadas e reequipadas com armamento ligeiro, ficando com funções de escolta para comboios e protecção das comunicações.²⁸⁸ A cavalaria recebeu também a missão de abrir itinerários com as devidas adaptações.²⁸⁹ Chegou-se a utilizar, em África, alguns elementos verdadeiramente ligados à cavalaria como autometralhadoras *Fox* e as *Panhard* na versão *ETT* e *EBR*. A primeira para transporte de tropas e a segunda enquanto carro de reconhecimento. Será ainda, conseguido o modelo *Panhard AML* e uma “imitação” criada na África do Sul, a *Eland* que seriam utilizadas por Portugal nos três teatros de operações com vista à escolta de camiões.²⁹⁰

²⁸⁴ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp.474 e 476.

²⁸⁵ V. Anexon.º14.

²⁸⁶ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *1962 – Optar pela guerra. Anos da Guerra Colónia*, Vol. III, p.50.

²⁸⁷ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.475.

²⁸⁸ Idem, *Ibidem*, p.476.

²⁸⁹ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1967 – África para sempre. Anos da Guerra Colónia*, Vol. VIII, pp.58 a 61.

²⁹⁰ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1967 – África para sempre. Anos da Guerra Colónia*, Vol. VIII, pp.58 a 61. e António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.476.

O Exército português sentia, por isso, a necessidade de possuir um veículo blindado que lhe permitisse transportar as tropas, por isso Portugal resolveu copiar o modelo do *Cadillac Gage V-100* e fabricá-lo nas suas oficinas. Em 1966, foi apresentada a *Chaimite* que era capaz de atravessar cursos de água e possuía uma boa protecção contra as minas, sendo utilizada nos três teatros de operações mas em pequenas quantidades.²⁹¹ A Cavalaria não recebeu maior importância ao longo da Guerra Colonial, devido às características do conflito. Mas principalmente porque a aquisição de blindados e viaturas ligeiras blindadas com os seus respectivos encargos de manutenção e pessoal técnico representavam um custo demasiado penoso para o orçamento militar português que pretendia um conflito de baixo custo para prolongar o conflito o máximo de tempo possível.

Para resolver o problema do transporte tático, Portugal seleccionou dois veículos: *Mercedes Unimog* e os camiões da *Berliet*, de origem alemã e francesa respectivamente, estando dentro da lógica dos novos fornecedores de que Portugal dispunha. Foram recebidos lotes de ambos, adquiriu-se licenças de fabrico e recebeu-se ajudas financeiras das empresas fornecedoras para se criarem linhas de montagem em Portugal. Estes veículos passaram a ser os mais utilizados nos diversos cenários de conflito.²⁹²

Ao nível da indústria, o Exército iria usufruir da fabricação nacional da *G30* (7,62 mm), das metralhadoras *HK21* (7,2 mm) e da pistola-metralhadora *FPB* (9 mm), dos morteiros de 60 e 81 mm e das autometralhadoras *Chaimite*. A Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras e a Fábrica Militar de Braço de Prata são indústrias que se desenvolvem nesta época, possuindo capacidade para satisfazer as necessidades militares portuguesas e ainda cumprir encomendas da NATO.²⁹³ Desenvolveu-se através das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, a Fábrica Nacional de Cordoaria, a Manutenção Militar e o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, a capacidade para resolver as questões logísticas para o conflito

²⁹¹ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.477.

²⁹² Idem, *Ibidem*, p.477.

²⁹³ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e as Guerras da Descolonização», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.78.

colonial, mais concretamente equipamentos, fardamento e alimentação.²⁹⁴ A Guerra Colonial acarretou que a indústria de defesa nacional, quer a nível público quer privado se desenvolvesse mesmo que a um nível menos avançado em comparação ao resto da Europa Ocidental.

5.4. A Armada durante a Guerra Colonial

A Armada já tinha criado dois comandos navais em 1957 que só seriam uma realidade em 1958, mais precisamente a 8 de Maio e a 11 de Outubro, respectivamente em Angola e Moçambique.²⁹⁵ Foi através do Decreto-Lei n.º 41 057 de 8 de Abril de 1957²⁹⁶ que se criaram os novos Comandos Navais e Comandos de Defesa Marítima, fazendo com que a Armada concentrasse em si funções militares e de autoridade marítima, ambos os comandos são dotados de autonomia com vista a uma maior eficácia e rapidez na execução das missões que lhes estavam encarregues. As suas missões consistiam no controlo das costas, na criação de linhas de apoio táctico e logístico do litoral e das linhas fluviais dos diversos territórios (Angola, Moçambique e Guiné), conter possíveis infiltrações de guerrilheiros e na realização de missões com carácter anfíbio.²⁹⁷ Este Decreto é mais um elemento que comprova que já nos finais da década de cinquenta, Portugal tomava medidas contra possíveis confrontos em África. Para além disso, o Decreto-Lei revelava o abandono em que se encontravam Angola e Moçambique ao nível da existência de uma Armada.²⁹⁸ Assim, os Comandos Navais estavam no mesmo patamar que as Regiões Militares e Regiões Aéreas. Os Comandos da Defesa Marítima ficavam ao nível dos Comandos Territoriais e das Zonas Aéreas.²⁹⁹ A Armada teria as suas competências reforçadas no ano de 1971, quando foi aprovado o

²⁹⁴ João Moreira Tavares, *A indústria militar portuguesa no tempo da guerra (1961-1974)*, p. 56 – 125.

²⁹⁵ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.24.

²⁹⁶ V. Anexo nº15.

²⁹⁷ Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e as Guerras da Descolonização», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.78.

²⁹⁸ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.24.

²⁹⁹ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1969 – Acreditar na vitória. Os Anos da Guerra Colónia*, Vol. X, p.45.

novo Regulamento-Geral das Capitanias, que visava especificar as actividades marítimas civis.³⁰⁰

A Armada, após as reformas NATO entrou no período “colonial” mas apesar disso continuaria a participar com regularidade em manobras e a adquirir equipamentos com os objectivos NATO. Existia um projecto para adaptar as fragatas da classe *Pereira da Silva*, esta última já com um sistema electrónico, completamente militarizado.³⁰¹ A Armada cresceu no que diz respeito à sua frota, passando de uma força de 71 navios com uma tonelagem na ordem dos 64 332 t para 186 navios com uma tonelagem na ordem dos 84 732 t. A maioria destes navios, eram lanchas de fiscalização e de desembarque com vista à sua utilização no quadro africano e não europeu. A maioria dos navios que Portugal adquiriu já não tinha como fornecedor os EUA, como aconteceu com o Exército. A Armada passou a ser fornecida pela França, República Federal Alemã e pela Espanha.³⁰² Especificamente, a Armada definiu como prioridade possuir fragatas e corvetas, as primeiras tinham como função os compromissos com a NATO mas que pudessem auxiliar em caso de necessidade nas operações militares africanas. Para a obtenção das fragatas foi necessário recorrer à França através das fragatas de *classe C. Riviere*,³⁰³ tendo sido adquiridas quatro destas fragatas que receberiam o nome de *classe João Belo* e quatro submarinos da classe *Daphné*. Estes últimos iriam provocar problemas de ordem técnica, pois a Armada estava adaptada às tecnologias inglesa e norte-americana³⁰⁴

As corvetas originaram o mais ambicioso plano da Armada para este período e marcavam uma inovação neste campo. Estas pretendiam-se aptas para missões de apoio à navegação costeira e para prevenir o uso de submarinos pelos “Estados Santuários” que apoiavam as guerrilhas. Portugal pensava adquirir as corvetas mas que as mesmas

³⁰⁰ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.180.

³⁰¹ Idem, *Ibidem*, p.179.

³⁰² Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e as Guerras da Descolonização», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.78.

³⁰³ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.481.

³⁰⁴ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo»; António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, pp. 180 e 481.

pudessem ser polivalentes para diversos cenários, havendo por isso a necessidade de estarem “aptas a ser adaptadas” a cada cenário onde pudessem vir a ser empregues. As corvetas para África iriam substituir os avisos e os navios-patrolha. A “corveta africana” seria capaz de ser adaptada ao cenário NATO, podendo ser instalado mísseis antinavio *Exocet*.³⁰⁵

No que diz respeito às lanchas e navios de menor porte foram praticamente todos fabricados em Portugal. A maioria das classes de lanchas de desembarque e os botes de borracha foram construídos a partir de planos conseguidos através das primeiras aquisições antes da guerra.³⁰⁶ Portugal, desde 1956, procurava adquirir e construir navios com perfil para os cenários africanos, principalmente as lanchas de fiscalização e de desembarque. Foram fabricadas em Portugal e usadas em África, as classes *D. Aleixo*, *Argos*, *Cacine* e *Júpiter*. A partir de 1970, foi proibido o reforço e envio de novas unidades para África, apenas era permitido a rotação das unidades existentes, o que era um claro sinal das consequências do esforço militar nas finanças portuguesas.

As indicações sobre a quantidade de navios e embarcações utilizadas na Guerra Colonial variam, mas é possível criar o seguinte padrão: quatro fragatas da classe *Commandant Rivière*, baptizada como *Comandante João Belo*, seis corvetas da classe *João Coutinho*, cerca de 41 a 43 lanchas de fiscalização, dez lanchas de fiscalização grandes, cerca de 10 a 16 patrulhas costeiros, 23 lanchas de fiscalização pequenas, 6 lanchas de desembarque, cerca de 36 a 52 lanchas de desembarque médias e 22 lanchas de desembarque pequenas.³⁰⁷

A criação dos fuzileiros, como força especializada para a Armada, foi das inovações mais significativas durante o período da Guerra Colonial para este ramo. A Armada sentia necessidade de possuir uma unidade de infantaria embarcada com capacidades de desembarque em territórios pouco acessíveis. Quando o conflito rebentou, em 1961, Portugal já dispunha do primeiro Destacamento de Fuzileiros, que

³⁰⁵ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.481.

³⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p.479.

³⁰⁷ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.483 e Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, 1969 – *Acreditar na vitória. Os Anos da Guerra Colonial*, Vol. X, p.46.

chegou a Angola no mês de Novembro.³⁰⁸ Criou-se a classe de fuzileiros da Armada no dia 24 de Fevereiro de 1961.³⁰⁹ A criação desta força teve o apoio da Inglaterra, no que diz respeito à formação dos primeiros monitores e na parte do equipamento necessário para as missões que lhes estavam destinadas. A orgânica desta força foi igualmente influenciada pela força de fuzileiros inglesa. As companhias de fuzileiros eram constituídas por cerca de 140 homens, que tinham por missão a defesa e a protecção das instalações da Armada.³¹⁰ Cada destacamento de fuzileiros especiais possuía oitenta homens, divididos por três grupos de assalto. Estes destacamentos eram direccionados para outro tipo de missões completamente diferentes das companhias acima mencionadas. A estes cabia operações de antiguerrilha em território inimigo. A maioria destes destacamentos continha profissionais fazendo comissões de seis anos.³¹¹ A sua formação apenas era concretizada em Portugal, especificamente na Escola de Fuzileiros no Vale do Zebro que aliás seria o seu epicentro de 1961 a 1969. Nesse último ano foi instituída a Força de Fuzileiros do Continente que ficou sediada no Alfeite (Base Naval de Lisboa).³¹² O material de que dispunham resumia-se a *Walther*, a *G3*, *MG42*, morteiros de 60 mm, rádios, jipes e camionetas. Uma nova e pequena especialidade surgiu no mesmo período que os fuzileiros: os mergulhadores-sapadores foram especialmente utilizados na Guiné para fazer frente às minas fluviais.³¹³ A primeira unidade foi criada em 1964, no ano de 1967 havia uma Secção e em 1973 criou-se um Destacamento.³¹⁴

Chegando à última baliza temporal desta dissertação, importa referir o papel importantíssimo que teve o Arsenal do Alfeite para Portugal desde a sua fundação: 1939

³⁰⁸ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.180.

³⁰⁹ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1961 – O princípio do fim do império. Anos da Guerra Colónia*, Vol. II, p.36.

³¹⁰ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.479.

³¹¹ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.180.

³¹² Idem, *Ibidem*, p.180.

³¹³ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.479.

³¹⁴ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1969 – Acreditar na vitória. Os Anos da Guerra Colónia*, Vol. X, pp.46 e 47.

até ao fim do Estado Novo. Tal importância ainda se tornou mais notória durante a Guerra Colonial. Assim sendo, indica-se as construções do Alfeite para a Armada durante a baliza temporal já referida: um hidrográfico de 1100 t, seis patrulhas para fiscalização de pesca com cerca de 286 t, um petroleiro de 7375 t, duas patrulhas de 411 t, seis patrulhas de 213 t, seis patrulhas de 293 t, duas lanchas de fiscalização da costa com 36 t, dois barcos-cisternas para transporte de combustível de 920 t, um balizador, um batelão de munições de 180 t, três lanchas de desembarque médias de 50 t, seis lanchas de fiscalização de 45 t, doze lanchas de desembarque médias e um navio de pescas, para além de ter construído outras 225 embarcações e ter reparado cerca de 2600, não estando aqui mencionadas as construções para entidades privadas.³¹⁵

A Armada teve um movimento híbrido, era necessária na Guerra Colonial, mas cabia-lhe igualmente, fazer a ponte entre Portugal e a NATO, mantendo os compromissos da aliança “vivos”. A razão para ser esta força incumbida de tal tarefa é simples, ao Exército cabia o papel principal em África; logo não podia manter os compromissos NATO, por outro lado, a Armada era quem melhor se tinha adaptado à realidade da aliança, era uma força que já existia, não sendo criada de raiz como aconteceu com a Força Aérea, e contava com uma mentalidade diferente da do Exército; era por isso a melhor escolha.

³¹⁵ «O arsenal do Alfeite», *Revista da Armada*, n.º 28, 1974, pp.18-22.

5.5. A Força Aérea Portuguesa durante a Guerra Colonial

A Força Aérea recebeu a sua reorganização entre 1958 e 1959 para os territórios coloniais. Estavam programadas as seguintes criações: Bases Aéreas, Aeródromos-Base, Aeródromos de Manobra, Aeródromos de Trânsito e Aeródromos de Recurso. Com o rebentar do conflito, não existia uma base permanente em África; apenas com a evolução do mesmo é que tais infra-estruturas foram implementadas.³¹⁶ De frisar que o ajuste da sua orgânica consistiu na criação da 2.^a e 3.^a Regiões Aéreas, para Angola e para Moçambique, através dos Decretos-lei n.º 40949 e n.º 40950.³¹⁷

A Guiné e Moçambique gozam de algum tempo de manobra pois são os últimos teatros de operações onde o conflito rebenta, dando, por isso uma baliza temporal mais alargada para as Forças Armadas Portuguesas se prepararem logisticamente. Sendo assim, na Guiné, a construção do Aeródromo-Base n.º 2 tomou forma em Maio de 1961, estando concluída em 1963. Tornou-se Base Aérea 12 no ano de 1965 devido ao seu afluxo de transportes. Existiam para além destes, aeroportos de manobra em Bafatá, Tite e Bubaque.³¹⁸ No caso de Moçambique, em Fevereiro de 1961, existia a Base Aérea n.º 2 situada na Beira, sendo pouco depois activada Mueda, em Cabo Delgado. Existiam igualmente aeródromos-base, de manobra e de recurso.³¹⁹ O problema principal era a real implantação de pessoal técnico, oficinas e aparelhos nestes territórios.³²⁰

Os pára-quedistas serão das primeiras tropas a chegar a Angola para responder aos acontecimentos de Março de 1961. Em Maio, já existiam três companhias que formavam o Batalhão de Caçadores Pára-Quedistas n.º 21, que se tinham adaptado ao tipo de guerra que iam enfrentar.³²¹

³¹⁶ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1967 – África para sempre. Anos da Guerra Colónia*, Vol. VIII, p.38.

³¹⁷ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.186. V. Decretos-Lei em anexo.

³¹⁸ Idem, *Ibidem*, pp.186-187.

³¹⁹ Idem, *Ibidem*, p.186.

³²⁰ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.486.

³²¹ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.187.

Todavia, a questão principal que se colocava à Força Aérea Portuguesa era sobre sua frota, que não correspondia ao que seria mais útil para o cenário africano. A frota portuguesa era de tipo NATO, não estava preparada para tais missões sendo por isso necessário um sério reequipamento deste ramo. Por essa razão, a Força Aérea teve de abandonar a tendência que até então apresentava desde a sua criação que era acompanhar a evolução tecnológica da NATO. Como já foi referido anteriormente, o corte inicial de suporte norte-americano à máquina militar portuguesa fez com que fosse urgente encontrar uma nova fonte de fornecimento. De facto, encontrou-a na França, na RFA e em Espanha.³²² Assim sendo, há um corte de quase uma década do fornecedor tecnológico norte-americano. Portugal adquiriu helicópteros *Alouette II*, os *Noratlas*, *Broussard* e os *Do-27* de origem alemã,³²³ entre outros, que serão de seguida mencionados mais detalhadamente.

Ao nível da instituição, pouco foi alterado ou criado de raiz; pode-se mencionar a criação da Escola Superior da Força Aérea com vista a preparar militares para o acesso ao oficialato superior e aprovou-se, através de um Decreto-Lei datado de Fevereiro de 1971³²⁴, o estatuto oficial do respectivo ramo militar. Foi através de um projecto luso-alemão que se instituiu a Base Aérea 2, com sede em Beja, dando esta base apoio a aviões militares portugueses, alemães e respectivo treino da *Lufthansa* e da TAP. No ano de 1972, institui-se o Depósito-Geral de Adidos da Força Aérea e o Núcleo Hospitalar Especializado da Força Aérea.³²⁵

Voltando à questão do reequipamento e armamento, Portugal teve sérias dificuldades na aquisição de equipamento e teve de recorrer a sistemas controversos para conseguir adquirir ou utilizar aparelhos que não deviam ser usados fora do âmbito da NATO. Para além disso, foi necessário implementar alterações na maioria dos aparelhos, sendo estes transformados na OGMA, para responder melhor ao clima e às missões que iriam enfrentar. Em 1961, Portugal envia para Angola, o *T-6G Texan* que

³²² Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e as Guerras da Descolonização», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.78.

³²³ Segundo António José Telo, cit. Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e as Guerras da Descolonização», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.79.

³²⁴ V. Anexo n.º16.

³²⁵ Luís Salgado de Matos, «Estado Novo», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.186.

viria a tornar-se no aparelho mais usado durante a Guerra Colonial. Este é um exemplo do que atrás foi dito, pois o *T-6G Texan* foi transformado na OGMA recebendo calhas para bombas, foguetes, e passando a ter capacidade para utilizar metralhadoras.³²⁶ Aniceto Afonso demonstra-nos o carácter polivalente do *T-6*, pois podia ser convertido para caça-bombardeiro ligeiro, equipado com metralhadoras, mísseis, bombas convencionais e de *napalm* ou podia ser utilizado apenas como avião de reconhecimento.³²⁷ Entre os anos de 1961 e 1964, Portugal consegue adquirir cerca de 126 unidades de *T6-G Texan*, podendo este número ser dividido por duas origens, francesa e alemã. No início da década de setenta Portugal contava com 186 destes aparelhos.³²⁸ As novas aquisições tinham provido da África do Sul que não estava integrada na NATO, sendo uma via favorável para este tipo de aquisições. Essas cedências deveram-se ao facto de que em 1966, a África do Sul começava a substituir o *T-6* pelo *Aermacchi MB-326 Impala*, vindo a ser produzido por este país através de licença italiana.³²⁹ A Força Aérea utilizaria também as avionetas *Auster*, que não se mostraram fiáveis, por vários motivos, tendo por isso, ficado destinadas para missões como transporte, reconhecimento e direcção de fogos.³³⁰ Seria o *Dornier Do-27*, o aparelho mais polivalente na Força Aérea Portuguesa durante a Guerra Colonial. De origem alemã, estes aparelhos podiam aterrar e levantar voo nos mais diversos tipos de pistas, quando muitas se mostravam mal preparadas ou nem sequer existiam. Por essa razão, irão executar de maneira mais proveitosa, as missões que estavam encarregues aos *Auster*. Portugal, desde 1961 até ao fim do conflito, recebeu cerca de 147 aparelhos *Dorniers Do-27*.³³¹ Os *Republic F-84G Thunderjet* foram usados imediatamente em 1961, concretamente por dois esquadrões e permaneceram até ao fim do conflito em

³²⁶ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.487.

³²⁷ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1967 – África para sempre. Anos da Guerra Colónia*, Vol. VIII, p.34.

³²⁸ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.487.

³²⁹ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1966 – Construir um bastião branco na África Austral. Anos da Guerra Colónia*, Vol. VII, p.77.

³³⁰ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.487.

³³¹ Idem, *Ibidem*, pp.487 - 488.

Angola.³³² Os *B-26 C Invader*, viriam a substituir os *F-84*, em Angola, sendo usados como bombardeiros. Portugal apenas conseguiu adquirir sete destes aparelhos, como já foi referido ao longo deste trabalho.³³³

A maior falha que Portugal teria ao nível da aviação para combater em África seria em torno de aparelhos de transporte táctico e de helicópteros. Portugal seleccionou dois aparelhos para tentar responder a estas lacunas. No que diz respeito ao transporte táctico, as escolhas recaíram sobre o *C-47 Dakota* e o *Nord Noratlas*. O primeiro foi utilizado para os mais variados tipos de missões. Portugal, em 1961 possuía cerca de 6 unidades e até ao final do conflito ficaria com um total de 28 aparelhos das mais variadas origens.³³⁴ O segundo aparelho já tinha sido adquirido antes do conflito através da França e continuará a ser recebido ao longo do conflito pelas mãos francesas e alemãs. No final do conflito, Portugal contava com cerca de 31 aparelhos *Nord Noratlas*, foram igualmente utilizados em África como o *Dakota*, mas apresentavam mais problemas de adaptação para as missões a que estavam designados.³³⁵ As missões principais do *Noratlas* eram lançamento de pára-quedistas, transporte de feridos e suporte aéreo para as áreas de comunicação.³³⁶

A segunda lacuna da Força Aérea era ao nível dos helicópteros. Portugal conseguiria recebê-los através da França, os primeiros exemplares remontam a 1958 e ao modelo *SE.3130 Alouette II* seriam recebidos durante o conflito cerca de 142 unidades.³³⁷ Em 1963, Portugal adquiria os *Alouette III*, tendo apenas adquirido 11 aparelhos. As suas missões derivaram entre transporte, evacuação, apoio táctico e de escolta.³³⁸ Em 1969, adquiriu-se os *SA 330C Pumas*, cuja principal característica era a

³³² Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1967 – África para sempre. Anos da Guerra Colónia*, Vol. VIII, p.34.

³³³ Idem, *Ibidem*, p.36.

³³⁴ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.488.

³³⁵ Idem, *Ibidem*, p.489.

³³⁶ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1967 – África para sempre. Anos da Guerra Colónia*, Vol. VIII, p.37.

³³⁷ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.489.

³³⁸ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *1967 – África para sempre. Anos da Guerra Colónia*, Vol. VIII, p.38.

capacidade de transportar cerca de 20 passageiros, sendo por isso empregue em missões de transporte de manobra e heliassalto.³³⁹

No que diz respeito aos caças, Portugal contaria com os *Fiats G-91 R/4*, cuja a fonte de fornecimento seria a RFA. Os *Fiats* seriam implementados nos três teatros de operações a ritmos diferentes: na Guiné surgiram em 1966 cerca de 40 destes aparelhos,³⁴⁰ pretendia-se responder e prevenir uma eventual intervenção da Guiné-Conakry por parte da sua aviação em apoio aos guerrilheiros. A Moçambique, os *Fiats* chegariam apenas em 1969, tendo sido criada a Esquadra 502. Por último, Angola apenas receberia estes aparelhos no final do conflito, em 1973. Portugal chegaria a possuir cerca de 74 *Fiats* nas versões *R/3*, *R/4* e onze aparelhos bilugares na versão *T/3*.³⁴¹

³³⁹ Idem, *Ibidem*, p.38.

³⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p.35.

³⁴¹ Idem, *Ibidem*, p.35.

6. Conclusão

Com a implantação da Primeira República, Portugal entrou num período politicamente instável e as Forças Armadas deixaram de acompanhar as inovações tecnológicas. Existia igualmente um sentimento de desconfiança entre o novo regime e o grupo castrense, principalmente com o Exército, enquanto que com a Armada existia uma relação mais próxima, quase de fidelidade. Como refere António José Telo, é um período em que Portugal olha para si mesmo, para os seus problemas e questões internas.³⁴² Mas o regime compreendia que tinha de acompanhar a política internacional e acima de tudo fazer com que o novo sistema político português fosse aceite pelos restantes Estados com que Portugal mantinha relações. Podemos por isso dizer que Portugal se fecha sobre si mesmo, mas com um olhar de constante preocupação com o exterior.

O regime republicano tinha em mente reformas profundas, a legislação da República parecia anunciar essa profundidade reformista. Tudo parou no papel e no tempo com o rebentar do conflito mundial. O projecto miliciano não teve tempo e condições para ser implementado de forma correcta. Não houve igualmente tempo para o regime chamar até si, sem suspeitas, a totalidade das Forças Armadas e de lhe mudar as mentalidades. Mas aparentemente, o regime acreditava que o projecto miliciano seria suficiente para criar umas Forças Armadas renovadas, modernizadas e capazes de responder aos desafios e ameaças externas de que Portugal poderia ser alvo.

A entrada de Portugal na Grande Guerra precipitou tudo, sendo que a implementação do projecto miliciano que, já se encontrava com problemas, estagnou. Contudo, seria esse mesmo projecto que preparou a participação portuguesa no conflito mundial. O poder político, participando no conflito procurou entrar na primeira linha da política internacional. Devido ao CEP e à Grande Guerra, Portugal ficaria munido de inovações tecnológicas. O mesmo aconteceu com a Aeronáutica e, em menor peso, com a defesa e vigilância das costas e dos portos nacionais. António José Telo acrescenta também inovações no campo da meteorologia, astronomia, hidrografia, engenharia, rádio, electricidade e aviação.³⁴³ Mas o CEP mostrou-se polivalente pois trouxe consigo também complicações, a derrota na Flandres acarretou o desprestígio militar a Portugal,

³⁴² António José Telo, «Os começos do século», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.380.

³⁴³ Idem, *Ibidem*, pp.348-349.

apesar de pertencer à facção vencedora e o modelo miliciano criou um excesso de oficiais milicianos, situação essa que o regime teve de resolver.

O 28 de Maio de 1926 instituiu uma Ditadura Militar que passaria em poucos anos para uma ditadura civil, mas esta ficaria sempre conectada ao Exército e ao seu passado embrionário, prova dessa conotação é a própria figura do Presidente da República que teve sempre origens militares. Salazar foi inevitavelmente a peça chave de todo o processo que se desenvolveu entre o poder político e o poder militar. Seria através do seu jogo diplomático interno que conseguiria domesticar as Forças Armadas, numa política de “atribuir e retirar” influência, poder e prestígio a ambos os ramos, por forma a que estes entendessem que cabia ao poder político civil a última palavra sobre os assuntos militares. Ao domesticar as Forças Armadas, estas ficaram agrilhoadas ao poder político. Salazar ao ascender à pasta das Finanças possuiu logo, nesse momento, maneira de demarcar a sua posição perante as Forças Armadas, pois seria através dele que as verbas financeiras seriam disponibilizadas para rearmamento e equipamento. Começava o jogo de Salazar que culminaria, numa primeira fase, ao aprovar um rearmamento da Armada, demarcando a sua posição ao “negligenciar” o Exército. Este último percebia que, apesar da pressão que podia exercer, Salazar tinha vencido o “braço de ferro” e a última palavra cabia assim ao poder político e civil. Após demarcar a sua posição, permitiria então o rearmamento do Exército. Ao mesmo tempo acabava o rearmamento da Armada que já tinha servido os propósitos do poder político e até do próprio ramo. Começava uma outra fase da Ditadura, pois Salazar alcançaria a pasta da Guerra que, por tradição, pertencia a um oficial do Exército, sendo outra demarcação do poder político e civil perante o poder militar. Salazar munuiu-se de Santos Costa para o programa de rearmamento e reestruturação do Exército, criou para o efeito um gabinete próprio que não prestava contas ao Exército. Era por isso um rearmamento e uma reorganização concretizada pelo poder político, mas já com apoios do poder militar (Santos Costa), sendo mais um claro sinal da domesticação do Exército por parte de Salazar. Para uma maior domesticação, serviram as remodelações nos quadros que injectaram capitães que começavam a ser a base de sustentação do regime e que poderiam alcançar o topo da carreira futuramente, o controlo do poder político podia assim ser total. Foram também concretizadas dispensas cirúrgicas de militares não afectos ao regime e o exército da metrópole passava a estar dependente do ministro da Guerra. Ou seja, a partir de 1936 e 1937 os vários “tentáculos” de Salazar começavam a

minar efectivamente o interior do Exército. Ainda sobre a pasta da Guerra, é importante referir que uma vez conquistada, Salazar só a cederia a homens de sua confiança, passou a existir um monopólio do poder político sobre esta pasta que apenas terminaria em 1950, altura em que retornou às mãos dos militares com a nomeação do general Abrantes Pinto para ministro do Exército. Devido à adesão NATO, o cargo de ministro do Exército passaria a reflectir uma visão do corpo castrense ao invés da visão política do regime.

Com a entrada de Portugal na NATO, houve de facto, uma verdadeira reforma militar. Todo o afluxo tecnológico que chegou a Portugal teve origem NATO, e concretamente tecnologia norte-americana, sendo a primeira vez que Portugal recebia um afluxo tão numeroso de novas tecnologias, quebrando a antiga tendência dos habituais fornecedores europeus: Inglaterra e França. Mas a reforma militar não foi apenas ao nível do armamento. A NATO procurou efectuar uma reorganização da orgânica militar portuguesa: ao nível dos quadros, mudou-se a doutrina de combate e de procedimento militar, incentivou-se o investimento, a formação de pessoal especializado para as novas especialidades militares e pessoal técnico para a manutenção das várias novidades, cursos de actualização e aperfeiçoamento e incentivou a criação de infra-estruturas militares. A adesão de Portugal à NATO e as respectivas reformas militares trouxeram uma alteração brusca à política de defesa permitindo a modernização das Forças Armadas.³⁴⁴ Estas últimas receberam, de facto, uma grande evolução tecnológica, mas necessitavam de tempo para absorver a grande quantidade de novidades que se vislumbravam, era necessário estabelecer períodos de transição para que essa mesma reforma fosse concretizada em pleno. A modernização das Forças Armadas trouxe igualmente consequências a médio e longo prazo, pois os militares que frequentaram os cursos de formação entraram em “choque” ao contactar com realidades tão diferentes da realidade portuguesa, o que originou uma forma diferente de ver o regime interno e o próprio grupo castrense, criando-se uma nova elite militar, aberta para um mundo com o qual começava a ter contacto. Todavia, essa geração esbarrou na mentalidade antiquada do poder político e das próprias Forças Armadas, por isso durante a década de cinquenta estas últimas continuaram domesticadas e fiéis ao regime, prova dessa fidelidade foi o apoio do grupo castrense ao regime em 1958, aquando das eleições presidenciais que opuseram o almirante Américo

³⁴⁴ António José Telo, «Portugal e a Nato: 1949-1976» *Nação e Defesa*, nº 89, 1999, p.46.

Tomás e o general Humberto Delgado. Só nos inícios da década de sessenta é que ocorreu a tentativa de mudança política através de Botelho Moniz, mas esta falhou. Essa tentativa foi o fruto de tudo o que atrás foi dito. Uma elite militar portuguesa compreendia que uma guerra colonial se aproximava, e que era necessário ter outras soluções para além da militar. Desde o ano de 1959 e inícios da década de sessenta, Portugal começava a apontar armas para outros teatros de operações que não os europeus, mas sim para as suas colónias, receando a escalada de movimentos independentistas que se formavam nos territórios envolventes e pelos próprios sinais internos do Império português. Portugal acabaria por passar para segundo plano os compromissos com a NATO e a ameaça comunista. Falhando o golpe de Estado, o regime procedeu a modificações ministeriais, por forma a que não tivesse resistências no grupo castrense para fazer a guerra em África. Outro aspecto que deve ser mencionado, é que as reformas militares NATO são ambíguas; por um lado, a aliança necessitava das Forças Armadas Portuguesas assim como as suas congéneres para fazer a guerra com a URSS mas por outro lado, temos o regime português que encarava as Forças Armadas como uma força de segurança interna e de sustentação do regime.

Com o fim das reformas NATO, Portugal entrou, sensivelmente a partir de 1959 e até ao fim do Estado Novo numa política militar e tecnológica completamente diferente do que até então se tinha vivido durante a década de cinquenta. De uma visão NATO e europeia, com vista a uma aliança multilateral para combater a URSS e o comunismo, passou-se para um período em que se concentra todas as atenções militares em África, cumprindo apenas simbolicamente os compromissos com a NATO e com a Espanha. Ao nível do Exército, o corte com estes últimos foi praticamente total. No que diz respeito à Armada e à Força Aérea, procurou-se manter essa cooperação um pouco mais além do que simbólica. A Armada mantém-se nos diversos exercícios com a NATO através das suas esquadras “europeias” e a Força Aérea mantém esquadras de luta anti-submarina no contexto da NATO.

A passagem de um tipo de guerra convencional para uma guerra de contra-guerrilha, teve outras consequências, especificamente as reformas NATO tiveram um papel fundamental para a preparação das Forças Armadas Portuguesas na Guerra Colonial. Como seria possível Portugal fazer a guerra de contra-guerrilha durante treze anos sem ter recebido toda uma nova lógica militar com a adesão à NATO? Coloca-se a questão de outra perspectiva e mais completa: será que as Forças Armadas Portuguesas

teriam tido capacidade de pensar e fazer a guerra de contra-guerrilha como a fizeram, se não tivessem sofrido uma reforma NATO ao nível da doutrina, metodologia, aspectos estratégicos e táticos, e orgânicos? Pode-se alegar que um confronto em África não tem a mesma dimensão, características e os mesmos objectivos militares em comparação com um conflito na Europa, de tipo convencional, pois era para esse cenário que as Forças Armadas estavam preparadas e treinadas. Tal pensamento é correcto, mas podemos pensar no sentido contrário: o grupo castrense adquiriu um conhecimento que lhe permitia fazer um tipo de guerra mais avançado tecnologicamente. Entrando no conflito africano, era possível inverter de forma mais rápida a situação, ou seja, quando umas Forças Armadas estão prontas para um tipo de guerra mais avançado, ser-lhes-á mais fácil inverter a sua preparação para um tipo de guerra menos sofisticado, não tanto ao nível de armamento e equipamentos como prova o caso português mas para desenvolver uma doutrina e lógica militar próprias para os desafios que irão enfrentar. Num pensamento inverso, será sempre mais difícil, para umas Forças Armadas menos desenvolvidas fazerem face a um tipo de guerra mais avançado para o qual estavam preparadas, desde o equipamento, armamento, criação de uma doutrina e a questão logística. A vantagem que a NATO trouxe a Portugal foi exactamente essa, preparar o grupo castrense para uma guerra de “primeira linha” e avançada tecnologicamente. Quando o grupo castrense se vê a braços com uma guerra menos avançada, foi-lhe acessível fazer essa transformação, pois mentalmente estava treinado para defrontar um inimigo mais avançado. A juntar a isto, temos o facto de que, ao defrontar um inimigo tecnologicamente inferior e uma guerra de baixa intensidade, se quisermos menos “relâmpago”, deu tempo para as Forças Armadas se adaptarem perante o novo tipo de guerra que tinham de enfrentar. Portugal soube adaptar-se ao cenário de guerra em África, fazendo um sincretismo militar entre o que aprendeu durante os anos de 1949 a 1959 e o que constatou e teve de enfrentar durante os anos 1961 a 1974 em Angola, Guiné e Moçambique. Para reforçar ainda mais esta teoria, pode-se acrescentar que as Forças Armadas Portuguesas, antes das reformas NATO, tinham como doutrina que um exército numeroso era superior a um exército diminuto mas bem equipado, se esta mentalidade não tivesse sido alterada com a metodologia NATO, como é que as Forças Armadas teriam feito a guerra em África? Portugal, enquanto assistia às independências em África, enviava jovens militares para cursos em que as potências europeias praticavam guerra de contra-guerrilha, cenários idênticos aos que Portugal poderia ter de enfrentar. Mas ao mesmo tempo, Portugal reformava as Forças Armadas Portuguesas

através da NATO, havendo por isso no final da década de cinquenta, uma preparação militar já nos dois sentidos: o conflito europeu e o conflito africano.

Uma das críticas que se fizeram aos generais portugueses em África foi que as suas soluções militares para dominar os guerrilheiros acarretavam sempre operações militares de contra-ataque de média ou grande envergadura, o que na esmagadora das vezes não teve os resultados esperados. Ora, operações militares de grande envergadura não são uma solução nas guerras convencionais e de metodologia NATO? De facto, os resultados dessas operações foram quase sempre reduzidos ou nulos, mas prova que a metodologia NATO estava incutida nos militares e estes acabavam por fazer uma guerra de contra-guerrilha com algumas características de guerra convencional. Pode-se alegar que nem sempre as Forças Armadas coordenaram operações conjuntas de grande envergadura, sendo o Exército a quem cabia a função principal de fazer a guerra, este limitava-se a pedir auxílio quando necessário à Armada e à Força Aérea. Tal coordenação entre os diversos ramos foi mais constante quando entraram em funções Spínola, Kaúlza de Arriaga e Costa Gomes³⁴⁵ mas a coordenação entre os diversos ramos sob determinado objectivo é também uma metodologia NATO.

Portugal aprendeu a fazer a guerra convencional moderna devido à sua adesão à NATO e as grandes operações realizadas em África são fruto desses ensinamentos. A aliança formou uma nova geração militar portuguesa, trazendo consigo novas mentalidades e uma nova doutrina. Como refere Aniceto Afonso seria esta geração NATO, principalmente no Exército e durante a Guerra Colonial que constituiria um suporte da organização e do tipo de chefia militar.³⁴⁶ António José Telo transmite outro exemplo digno de nota que ocorreu durante a Guerra Colonial e que deriva de um ensinamento NATO. Quando os guerrilheiros se muniram dos SA-7, os *Fiats* portugueses tiveram de usar tácticas NATO (manobras evasivas e de contra medidas) para evitar que os SA-7 causassem mais baixas, e para que os *Fiats* pudessem continuar operacionais nos territórios africanos.³⁴⁷ As Forças Armadas teriam a inédita percepção

³⁴⁵ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), 1961 – *O princípio do fim do império. Anos da Guerra Colónia*, Vol. II, p.83.

³⁴⁶ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.38.

³⁴⁷ António José Telo, «A prioridade a África (1959 - 1974)», in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.490.

desta necessidade e a rapidez de agir, senão tivessem recebido tais ensinamentos NATO durante a década de cinquenta?

Portugal sofreu consequências noutros aspectos quando as Forças Armadas efectuaram a passagem de um tipo de guerra NATO para uma guerra de contra-guerrilha. Foi por causa da Guerra Colonial que Portugal se afastou da onda tecnológica militar que varria a Europa nos começos da década de sessenta, como foi o caso do fabrico de mísseis em Portugal ou o desvincular da participação portuguesa no programa europeu para o desenvolvimento do caça supersónico.³⁴⁸ Portugal, ao virar atenções para África, virou ao mesmo tempo atenções para uma indústria militar diferente da que se vivia na Europa e nos EUA, passando para uma indústria própria, menos avançada e vocacionada para os desafios africanos. A guerra de contra-guerrilha propicia o desenvolvimento da indústria portuguesa para fazer face à rápida procura de munições, armas ligeiras e a todo o equipamento necessário no que diz respeito ao fardamento de pessoal militar e equipamento de veículos. Portugal, de 1949 a 1959, viveu um período tecnologicamente avançado e equiparado com o mundo ocidental, enquanto que desde 1961 a 1974, no aspecto militar, as Forças Armadas fazem um tipo de guerra em que as inovações tecnológicas não são nenhuma, perdendo assim mais de uma década de inovações perante os membros da NATO. Ao mesmo tempo, o seu nível tecnológico em comparação com os grupos de guerrilheiros também se degradava com o prolongar do conflito.

Por outra perspectiva, as Forças Armadas Portuguesas especializaram-se durante treze anos na guerra de contra-guerrilha e isso fez com que as Forças Armadas ficassem mal preparadas técnica e tacticamente para outros tipos de conflito. O equipamento mais usado tornou-se o ligeiro e de tecnologia rudimentar, o que provocou um problema no âmbito da aliança, pois Portugal estava com falta de treino, equipamento e estruturas para se enquadrar numa força de combate tipo NATO. Portanto, era preciso toda uma reorganização, instrução e reequipamento das Forças Armadas.³⁴⁹ Com a perda do império colonial, começava uma nova revalorização dos restantes territórios, por forma, a que Portugal continuasse a possuir um papel estratégico no seio da NATO: era a revalorização do “triângulo” Portugal Continental,

³⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p.494.

³⁴⁹ Virgílio de Carvalho, «A Reestruturação das Forças Armadas Portuguesas» in *Revista Militar*, nº4, Abril, 1981, p.382-383.

Madeira e Açores. Segundo o capitão José Diniz, era esse triângulo e essa posição estratégica que interligava as linhas de comunicação entre a América e a Europa, o norte de África ao Médio Oriente. Portugal, apesar de ser um pequeno país e de fracos recursos financeiros e económicos, continuaria a gozar de uma valiosa posição na NATO e esta continuaria interessada na sua reintegração no quadro “ocidental moderno”.³⁵⁰ Após 1974, os militares só tinham o território português no continente Europeu para defender, procuravam voltar para o seio da família NATO e convencer o poder político nacional da necessidade de modernizar as Forças Armadas que tinham estado sob um denso nevoeiro durante treze anos. Findo o regime do Estado Novo e alcançado a democracia, caberia a Portugal e às Forças Armadas “abraçar” de novo a NATO, o mundo ocidental e todo um conjunto de inovações militares que se fizeram sentir durante a década de sessenta e inícios da década de setenta.

Em conclusão final, o poder militar e o poder político estiveram sempre em contacto e interacção um com o outro ao longo do século XX português, resultando em posturas diferentes ao longo desse mesmo período. Para além disso, o poder militar esteve sempre em constante “luta” interna ao nível dos seus ramos para ver quem recebia um maior protagonismo perante o poder político. Isso significava influência na vida política e melhores condições para esse mesmo ramo, a diversos níveis. Esta realidade aconteceu durante a Primeira República, tendo o regime político maior confiança e uma certa relação de fidelidade com a Armada, enquanto nutria um sentimento de desconfiança perante o Exército.

O 28 de Maio de 1926 resultou exactamente de um movimento militar contra o regime da Primeira República; naquele momento, o poder militar sobrepõem-se ao poder político e tomou as “rédeas” da governação, pois o poder político não se mostrava capaz de o fazer. Sensivelmente entre 1926 a 1935, teríamos uma relação de grande proximidade entre o poder militar e o poder político, pois as origens da ditadura militar e a passagem para uma ditadura civil assim o impunham, mas era uma relação de complementaridade e de pressão. Ambos os poderes necessitavam um do outro; todavia, o poder político acabou aos poucos por “inferiorizar” as Forças Armadas, jogando com a conjuntura internacional e com as rivalidades dos dois ramos militares. Coube a

³⁵⁰ José M. Diniz, «Portugal na OTAN – Elemento essencial na defesa do Ocidente», *Jornal do Exército*, Fevereiro, 1982, pp.14 – 15.

Salazar concretizar numa política de domesticação das Forças Armadas e demonstrar que, em última instância, a palavra final cabia ao poder político e não ao poder militar.

A partir de 1936/1937 o poder político através das reformas militares conseguiu subjugar o poder militar, terminando assim com qualquer tipo de equilíbrio/pressão entre o poder militar e o poder político, até então existente. A entrada de Portugal na NATO ajudou a que os militares estivessem suspensos num “limbo de maravilhas bélicas” e abstraídos da sua situação perante o poder político. Todavia, a NATO acabaria por ter um efeito perverso, pois a elite militar portuguesa da geração NATO tinha uma opção diferente do poder político, para um eventual conflito em África. Os anos finais de 1950 e os inícios de 1960, são anos de agitação social e política em Portugal e para o regime: desde as eleições presidenciais de 1958, agitação de Católicos mais progressistas, o sequestro do paquete *Santa Maria*, a Abrilada de 1961 comandada pelo general Botelho Moniz, perda dos territórios da Índia Portuguesa e por fim o movimento estudantil que incluiu greves, manifestações e prisões.³⁵¹

Nos inícios dos anos sessenta, os militares tinham em mente alterar o poder político e evitar a missão que lhes caberia num conflito colonial, havia uma noção de que a solução era política e não militar, algo que o poder político não entendia. Mais um vez, o poder militar surgia num momento em que o poder político não se mostrava competente para alterar uma determinada situação no país. A tentativa de golpe de Estado, como já foi referido, teve como líder Botelho Moniz, mas é sintomático que não era um golpe de Estado de massas, ou seja, popular, nem tampouco um golpe com soldados armados, mas sim um golpe palaciano. Falhado o golpe, o poder político saiu revigorado e domesticou as resistências militares que fizeram parte do golpe, através de remodelações ministeriais que lhe permitiriam fazer a guerra em África. Através do próprio conflito, o poder militar ficaria novamente adormecido e, só a exaustão e a falta de soluções políticas para a situação em África é que fizeram com que os oficiais intermédios, desgastados pela guerra planeassem golpes de Estado. Neste caso, o poder militar ficaria dividido entre as forças militares revolucionárias e as forças militares afectas ao regime. O resultado seria o derrube da Ditadura, sobreponha-se mais uma vez o poder militar sobre o poder político, não cabendo já a esta dissertação falar do pós 25 de Abril. Todavia é impossível não fazer esta ressalva: o golpe de Estado abriu portas à

³⁵¹ Oliveira Marques, *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, pp.412-413.

democracia em Portugal mas, como aconteceu após o 28 de Maio de 1926, haverá uma transição do poder militar para o poder político e civil. Todo o século XX português foi marcado pela relação entre estes dois pólos: o poder militar e o poder político, fundamentais para a existência de um Estado-Nação e são eles os principais “actores” das alterações nos regimes políticos que vigoraram em Portugal durante o século XX. Para além disso, o poder político de 1910 a 1974 encarou sempre as Forças Armadas como uma força de segurança interna de sustentação do regime vigente, e não como uma força para a defesa externa e da soberania de Portugal. Devido a essa função de segurança interna, as diversas reformas militares nunca tiveram capacidade de preparar as Forças Armadas como força para defesa externa de Portugal, todas as reformas que fossem nesse sentido eram subvertidas devido às preocupações dos diversos regimes que viam o grupo castrense como forma de sustentação do poder político. A única baliza temporal em que as Forças Armadas receberam uma reforma militar com vista à criação de uma força para a defesa externa foi durante os anos de 1949 e 1958, ou seja, durante o período das reformas NATO mas as eleições de 1958 comprovaram que o regime continuava a utilizar as Forças Armadas como forma de sustentação do poder político. Os militares só receberiam a função da defesa externa de Portugal definitivamente após o 25 de Abril de 1974.

7. FONTES e BIBLIOGRAFIA

Bibliotecas/Arquivos consultados

- Biblioteca Nacional de Portugal
- Arquivo Histórico Militar
- Conselho Fiscal do Exército

Fontes

- Jornal do Exército* de 1960 a 2009
- Nação e Defesa* de 1976 a 2010
- Revista da Armada* de 1971 a 2005
- Revista Militar* de 1910 a 2009
- Ordens do Exército* de 1910 a 1971
- Diário do Governo e Diário da República* de 1910 a 1971

Bibliografia

- 1- Anónimo, «A nova organização geral do Ministério do Exército», *Jornal do Exército*, Fevereiro, 1960, p. 20.
- 2- Anónimo, «A nova territorial do Exército», *Jornal do Exército*, Dezembro, 1960, p. 19.
- 3- Anónimo, «Os novos uniformes de campanha», *Jornal do Exército*, Janeiro, 1961, p. 12.
- 4- Anónimo, «Os novos uniformes de campanha», *Jornal do Exército*, Janeiro, 1961, p. 12.
- 5- Anónimo, «Serviços Sociais das Forças Armadas», *Jornal do Exército*, Setembro, 1961, p. 24.
- 6- Anónimo, «Transmissões», *Jornal do Exército*, Março, 1971, pp.52-53.

- 7- Anónimo, «A instrução do Exército», *Jornal do Exército*, Março, 1972, pp.6-9.
- 8- Anónimo, «O arsenal do Alfeite», *Revista da Armada*, n.º 28, 1974, pp.18-22.
- 9- Anónimo, «Distintivos de Especializações, Atiradores de Armas Portáteis e de Frequência do Curso de Formação de Oficiais do Serviço Especial para Sargentos e Praças», *Revista da Armada*, n.º 28, 1974, p.36.
- 10- Anónimo, «Distintivos de especializações e de curso para oficiais», *Revista da Armada*, n.º 29, 1974, p.36.
- 11- Anónimo, «A primeira brigada mista independente», *Jornal do Exército*, Junho, 1979, pp.14 – 15.
- 12- Anónimo, «A primeira brigada mista independente», *Jornal do Exército*, Junho, 1980, pp.20 – 21.
- 13- Anónimo, «A primeira brigada mista independente», *Jornal do Exército*, Maio, 1980, pp.12 – 14.
- 14- Anónimo, «A primeira brigada mista independente», *Jornal do Exército*, Julho, 1980, pp.16 – 17.
- 15- Anónimo, «A revolução de 1910 e a reorganização do Exército de 1911», *Jornal do Exército*, Agosto, 1980, pp.4 – 5.
- 16- Anónimo, «Guarda Nacional Republicana», *Jornal do Exército*, Junho, 1983, pp.44-45.
- 17- AFONSO, Aniceto, *Grande Guerra 1914-1918: Angola, Moçambique e Flandres*, Matosinhos, Quidnovi, 2006.
- 18- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos, *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, Lisboa, Quidnovi, 2009.
- 19- IDEM, *Os Anos da Guerra Colonial. 1961: O princípio do fim do império*, Vol. II, Lisboa, Quidnovi, 2009.
- 20- IDEM, *Os Anos da Guerra Colonial. 1962: Optar pela guerra*, Vol. III, Lisboa, Quidnovi, 2009.
- 21- IDEM, *Os Anos da Guerra Colonial. 1965: Continuar a Guerra*, Vol. VI, Lisboa, Quidnovi, 2009.

- 22- IDEM, *Os Anos da Guerra Colonial. 1966: Construir um bastião branco na África Austral*, Vol. VII, Lisboa, Quidnovi, 2009.
- 23- IDEM, *Os Anos da Guerra Colonial. 1967: África para sempre*, Vol. VIII, Lisboa, Quidnovi, 2009.
- 24- IDEM, *Os Anos da Guerra Colonial. 1968: Continuar o regime e o império*, Vol. IX, Lisboa, Quidnovi, 2009.
- 25- IDEM, *Os Anos da Guerra Colonial. 1969: Acreditar na vitória*, Vol. X, Lisboa, Quidnovi, 2009.
- 26- IDEM, *Os Anos da Guerra Colonial. 1970: A ilusão das grandes operações*, Vol. XI, Lisboa, Quidnovi, 2009.
- 27- IDEM, *Os Anos da Guerra Colonial. 1971: Lutar em novas frentes*, Vol. XII, Lisboa, Quidnovi, 2009.
- 28- IDEM, *Os Anos da Guerra Colonial. 1972: Negar uma solução política para a guerra*, Vol. XIII, Lisboa, Quidnovi, 2009.
- 29- IDEM, *Os Anos da Guerra Colonial. 1973: Perder a guerra e as ilusões*, Vol. XIV, Lisboa, Quidnovi, 2009.
- 30- IDEM, *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Lisboa, Diário de Notícias, 2003.
- 31- BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (coords.), *Nova História Militar*, 4.º Vol, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- 32- BASGRA, S.J., *Portugal and NATO*, Angola Comité, Amesterdão, 1969.
- 33- CANN, John P., *Contra-subversão em África: Como os portugueses fizeram a guerra em África, 1961-1974*, Lisboa, Prefácio, 2005.
- 34- CARDOSO, José Vicente Pessoa Gomes, «Crónica militar sobre a Organização territorial do Exército», *Revista Militar*, n.º 1, 1961, pp.67 – 69.
- 35- CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no sec. XX: Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Imp. Nac. Casa da Moeda, Lisboa, 1985.
- 36- CUNHA, Manuel Barão da, «O papel da população na guerra subversiva», *Jornal do Exército*, Novembro, 1973, pp.26 – 29.

- 37- DINIZ, José M., «Portugal na OTAN – Elemento essencial na defesa do Ocidente», *Jornal do Exército*, Fevereiro, 1982, pp.14 – 15.
- 38- DUARTE, António Paulo, *A Política de Defesa Nacional de 1919 – 1958*, Lisboa, ICS, 2010.
- 39- FARIA, Telmo, *As chefias militares no Estado Novo: das vésperas do conflito espanhol aos inícios da guerra mundial, 1935-1941*, Lisboa, [s.n.], 1999.
- 40- IDEM, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-1941)*, Lisboa, Cosmos: Instituto da Defesa Nacional, 2000.
- 41- FERREIRA, José Medeiros, *Portugal em Transe: notas de política internacional e política de defesa*, Pandora, Aveiro, 1985.
- 42- MARQUES, A.H. de Oliveira, *História da 1ª República Portuguesa: as estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978.
- 43- MARQUES, A.H. de Oliveira, *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- 44- MONTEIRO, Armando da Silva Satumino, *O poder naval português, esses desconhecido*, Lisboa : Academia de Marinha, 1990, -- imp. 1992.
- 45- OLIVEIRA, A. N. Ramires (Coord.), *História do Exército Português (1910-1945)*, Lisboa, E.M.E., 1996.
- 46- RAMOS, Rui, ALMEIDA, João Marques de, (coords.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal séc. XIX-XX*, Lisboa, Cosmos/IDN, 2008.
- 47- ROMÃO, M., «A Banda da Armada», *Revista da Armada*, n.º 11, 1972, pp.22-23.
- 48- ROSAS, Fernando, «Estado Novo (1926-1974)», in *História de Portugal*, coord. José Mattoso, s.p. 7º Vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- 49- SILVA, António José dos Santos, CIOE: Da Guerra do Ultramar aos dias de hoje, Lisboa, Nova Arracanda, 2002.
- 50- SILVA, F. Marques, «Postos da Armada», *Revista da Armada*, n.º 15, 1972, p.36.
- 51- IDEM, «Postos e Graduações», *Revista da Armada*, n.º 16, 1973, p.36.

- 52- IDEM, «Distintivos de Classes para Sargentos», *Revista da Armada*, n.º 25, 1973, p.36.
- 53- IDEM, «Distintivos de Classes para Sargentos (Conclusão da anterior edição)», *Revista da Armada*, n.º 26, 1973, p.36.
- 54- SOUTO, António Meyrelles do, «Reestruturação do Serviço de Saúde Militar», *Revista Militar*, n.º 5, 1968, pp.359 – 367.
- 55- TAVARES, João Moreira, *A indústria militar portuguesa no tempo da guerra (1961-1974)*, Lisboa, s.n., 2002.
- 56- TEIXEIRA, Nuno Severiano e PINTO, António Costa (coords.), *A Primeira República Portuguesa: entre o Liberalismo e o Autoritarismo - Curso de Verão*, 1ª ed., Lisboa, Colibri, IHC, 2000.
- 57- TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O poder e a guerra: 1914-1918: objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*, 1ª ed., Lisboa, Estampa, 1996.
- 58- TEIXEIRA, Luís Macias, «O Serviço de Medicina Militar no nosso Exército», *Revista Militar*, n.º 5, 1961, pp.255 – 264.
- 59- TELO, António José; Álvares, Mário, *Armamento do exército português*, Lisboa, Prefácio, s.n. 2004.
- 60- TELO, António José, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1984.
- 61- IDEM, *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, 1ª ed., Lisboa, Cosmos, 1996.